



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SÃO PAULO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da **IN TCU nº 63/2010**, da **DN TCU nº 108/2010**, da **Portaria TCU nº 123/2011** e das orientações do órgão de controle interno.

SÃO PAULO, MARÇO DE 2012.

Superintendência Regional de São Paulo

Superintendente Regional: José Giácomo Baccarin

Procuradoria Federal Especializada

Procurador Chefe: Paulo Sérgio Miguez Urbano

Divisão de Administração

Chefe de Divisão: Wanderley de Oliveira Brito

Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

Chefe de Divisão: Reinaldo Rodrigues Leite

Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento

Chefe de Divisão: Sinésio Luiz Sapucahy Filho

Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

Chefe de Divisão: Mauro Furquim de Almeida Baldijão

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS, QUADROS, FIGURAS E DECLARAÇÕES.....	5
LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS.....	7

INTRODUÇÃO	19
PARTE “A” – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO (Conforme Anexo II da DN TCU Nº 108/2010).....	20
1. Identificação de Relatório de Gestão Individual	Erro! Indicador não definido.
2. Objetivos e metas institucionais (DN 108 TCU, Parte A, item 2).....	22
2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas. (alínea a, I e II).....	22
2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais. (alínea b)	25
2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária	25
2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento	26
2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento	26
2.2.4 Divisão de Gestão Administrativa.....	28
2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade (alínea c)	29
2.3.1 Programa 0135 - Assentamento de Trabalhadores Rurais.....	29
Principais ações do Programa	30
2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária	40
Principais Ações do Programa	40
2.3.3 Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas .53	
Principais Ações do Programa	54
2.3.4 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário	60
Principais Ações do Programa	61
2.3.5 Programa 1120 – Paz no Campo.....	63
Principais Ações do Programa	63
2.3.6 Programa 1336 – Brasil Quilombola	65
Principais Ações do Programa	66
2.3.7 Programa 1350 – Educação no Campo	73
Principais Ações do Programa	74
2.3.8 Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura	80
Principais Ações do Programa	80
2.3.9 Programa 0750 – Apoio Administrativo.....	85
Principais Ações do Programa	85
2.3.10 Consolidado da execução física das ações em seus diversos programas.....	88
2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro.....	90
2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa.....	90
2.4.2 Programação de Despesas Correntes.....	90
2.4.3 Programação de Despesas de Capital.....	91

2.4.3.1	Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência	91
2.4.3.2	Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	92
2.4.4	Execução Orçamentária da Despesa.....	94
2.5	Indicadores Institucionais.....	97
2.5.1	Comentários Indicadores Institucionais.....	97
3.	Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	122
3.1	Análise Crítica	122
4.	Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.	123
4.1	Análise Crítica	123
5.	Informações sobre Recursos Humanos da unidade.....	124
5.1	Composição do Quadro de servidores ativos	124
5.1.2	Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada	Erro! Indicador não definido.
5.2	Composição do Quadro de servidores inativos e pensionistas	128
5.2.1	Classificação do Quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria.....	Erro! Indicador não definido.
5.3	Composição do Quadro de Estagiários.....	129
5.4	Demonstração de custos de pessoal da unidade Jurisdicionada.....	130
5.5	Terceirização de mão de Obra empregada pela Unidade Jurisdicionada.....	132
5.6	Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços	133
5.7	Indicadores gerenciais sobre recursos humanos	135
6.	Informação sobre as Transferências Vigentes no Exercício de Referência.....	136
6.1	Transferências efetuadas no exercício	136
6.2	Análise Crítica	140
7.	Declaração de Atualização de Dados no Siasg e siconv	140
8.	Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93.	142
8.1	Análise Crítica.....	142
9.	Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ.....	143
10.	Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras. (Parte A, Item 10, do Anexo II da DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010)	145
11.	Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros. (Parte A, Item 11, do Anexo II da DN TCU Nº108, DE 24/11/2010)	147
11.1	Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	147
11.1.1	Análise crítica:	149
12.	Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ.....	150
13.	Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.	152

14. Informações sobre Renúncia Tributária.....	153
15. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento. (Parte A, Item 15, do Anexo II da DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010).....	153
Parte B - Informações Contábeis da Gestão (PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108/2010)	157
CRC nº: Número do registro do Contador junto ao Conselho Regional de Contabilidade. Erro! Indicador não definido.	
17. Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6)......	158
Parte C - Informações Específicas a constar do Relatório de Gestão – Superintendências Regionais do INCRA.....	167
18. Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis contendo, no mínimo, as seguintes informações:.....	167
19. Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.	168

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual Erro! Indicador não definido.	
Quadro A.2.2 - Execução física das ações realizadas pela UJ - consolidado	88
Quadro A.2.3 - Identificação das unidades orçamentárias	90
Quadro A.2.4 - Programação de despesas correntes.....	90
Quadro A.2.5 - Programação de despesas de capital.....	91
Quadro A.2.6 - Quadro resumo da programação de despesas e reserva de contingência.....	91

Quadro A.2.7 - Movimentação orçamentária por grupo de despesa.....	92
Quadro A.2.11 Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação.....	94
Quadro A.2.12 - Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação	94
Quadro A.2.13 - Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação	96
Quadro A.3.1 - Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	122
Quadro A.4.1 - Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores.....	123
Quadro A.5.1 – Força de trabalho da UJ - situação apurada em 31/12/2011.....	124
Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho - situação apurada em 31/12/2011	125
Quadro A.5.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ - situação apurada em 31/12/2011	126
Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - situação apurada em 31/12/2011.....	127
Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - situação apurada em 31/12/2011.....	127
Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de servidores inativos - situação apurada em 31/12/2011.....	128
Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de instituidores de pensão - situação apurada em 31/12/2011.....	128
Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de estagiários.....	129
Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal nos exercícios de 2009, 2010 e 2011	130
Quadro A.5.10 - Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da Unidade Jurisdicionada	132
Quadro A.5.11 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concursos públicos ou de provimento adicional autorizados.....	132
Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva	133
Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	134
Quadro A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.....	Erro! Indicador não definido.
Quadro A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios....	137
Quadro A.6.3 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes	137
Quadro A.6.4 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.....	138
Quadro A.6.5 - Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse.	139
Quadro A.7.1 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV.....	141
Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....	142
Quadro A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ.....	143
Quadro A.10.1 - Gestão ambiental e licitações sustentáveis.....	145
Quadro A.11.1 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União.....	147
Quadro A.11.2 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros.....	148
Quadro A.11.3 - Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ.....	149
Quadro A.12.1 - Gestão de TI da UJ.....	150
Quadro A.13.1 – Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por portador – ver necessidade de adaptação ao uso das SRs	152

Quadro A.13.2 – Despesa com cartão de crédito corporativo (série histórica)	153
Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	153
Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	154
Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	155
Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	155
Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício	156
Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência	157
Quadro B.1.1 – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.	157
Quadro B.1.2 – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.	158

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

APP - Área de Preservação Permanente

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar

CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados no Setor Público Federal

CAR – Cadastro Ambiental Rural

CATP - Contrato de Alienação de Terras Públicas

CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural

CCU - Contrato de Concessão de Uso

CDB – Associação Crédito do Brasil

CDR – Comitê de Decisão Regional

CGU - Controladoria Geral da União

CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas

CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais

CNISS - Cadastro Nacional de Informação Social

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

CPL - Comissão Permanente de Licitação

CRC – Conselho Regional de Contabilidade

DAC - Coordenação-Geral de Contabilidade

DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF

DE - Diretoria de Gestão Estratégica

DET - Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação

DF – Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária

DFDA - Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário

DFR - Coordenação-Geral de Regularização Fundiária

DFQ – Diretoria Fundiária de Quilombola

DN - Decisão Normativa

DOU - Diário Oficial da União

FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e à Seguridade Social

FUNASA - Fundação Nacional de Saúde

GAP - Gestão e Administração do Programa

GEE - Grau de Eficiência na Exploração

GPS - *Global Positioning System* (Sistema de Posicionamento Global)

GT – Grupo de Trabalho

GUT - Grau de Utilização da Terra

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade Biológica

IN - Instrução Normativa

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

LIO - Licença de Instalação e Operação

LOA - Lei Orçamentária Anual

LP - Licença Prévia

LTDA - Limitada

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem

MAS – Microsistema de Abastecimento de Água

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MP - Medida Provisória

MPF – Ministério Público Federal

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

NE - Norma de Execução

NTGARFAL - Norma Técnica para Georreferenciamento em Ações de Regularização Fundiária Aplicada à Amazônia Legal

OCI – Órgão de Controle Interno

PA - Projeto de Assentamento

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PAF - Projeto de Assentamento Florestal

PB – Projeto Básico

PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento

PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação

PGE - Plano Geral de Estatísticas

NDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural

PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PO - Programação Operacional

PPA - Plano Plurianual

PRA - Plano de Recuperação de Assentamento

PRAD - Plano de Recuperação de Área Degradada

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PU - Planos de Utilização

RB – Relação de Beneficiários

RBMC - Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo

RG - Relatório de Gestão

RIBAC - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS

RL - Reserva Legal

RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

SEDAM - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental

SEMA - Secretária Estadual de Meio Ambiente

SGBD - Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse

SIG - Sistema de Informações Geográficas

SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal

SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia

SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária

SIR - Sistema de Informações Rurais

SISDOC – Sistema de Documento

SISPAD - Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar

SISPROT – Sistema de protocolo

SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural

SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

SPU - Secretaria de Patrimônio Público da União

SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil

TCE - Tomada de Contas Especiais

TCT – Termo de Cooperação Técnica

TCU - Tribunal de Contas da União

TD - Título Definitivo

TDA - Título da Dívida Agrária

TI - Tecnologia da Informação

UA - Unidade Avançada

UG - Unidade Gestora

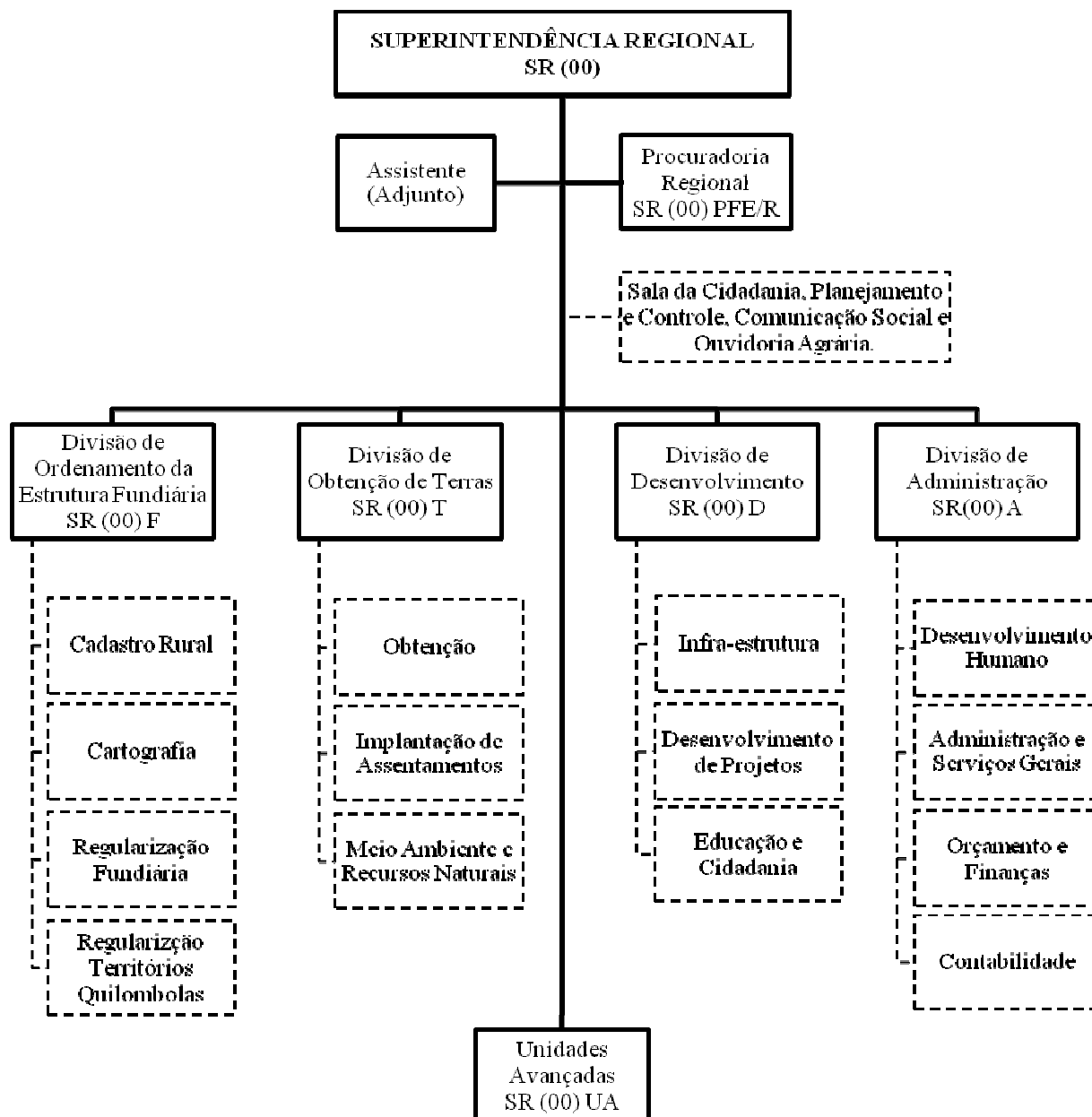
UGR - Unidade Gestora Responsável

UJ - Unidade Jurisdicionada

UMC - Unidade Municipal de Cadastramento

UO - Unidade Orçamentária

Figura I – Organograma Funcional conforme Decretos nº 5.735 de 27/3/2006 e 5.928 de 13/10/2006



A estrutura organizacional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA apresentado através do organograma acima foi definida através dos Decretos nº 5.735 de 27/3/2006 e 5.928 de 13/10/2006 e Portaria MDA/Nº 69 de 19/10/2006, sendo esses normativos alterados pelo Decreto nº 6.812 de 3/4/2009 e Portaria nº 20 de 8/4/2009, onde não estabelece desenho de organograma, mas apresenta nova estrutura, incluindo Divisões Estaduais de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (SRFA (00)), no mesmo nível das demais Divisões; estabelecendo as atribuições / competências de cada um dos setores, conforme abaixo:

1) Superintendências Regionais - SR(00) – Órgãos descentralizados, compete coordenar e executar, na sua área de atuação, as atividades homólogas às dos órgãos seccionais e específicos relacionadas ao planejamento, programação, orçamento, informática, modernização administrativa e garantir a manutenção, fidedignidade, atualização e disseminação de dados do cadastro de imóveis rurais e sistemas de informação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

As funções vinculadas ao Gabinete da Superintendência Regional - SR (00)G possuem as seguintes atribuições:

a) Atendimento ao Cidadão (Sala da Cidadania) - Gerenciar as atividades de atendimento ao cidadão; Orientar, pesquisar e recepcionar os documentos afetos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR de acordo com as normas vigentes; Emitir o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR; Emitir Certidão de Assentado da Reforma Agrária e outros documentos de acordo com as normas vigentes; Buscar parcerias em nível local e regional para facilitar o atendimento ao cidadão; Promover gestões para assegurar condições e funcionalidade de atendimento, inclusive de infraestrutura física que facilite o acesso aos portadores de necessidades especiais, através da sinalização, iluminação, temperatura, acústica, mobiliário e equipamentos, sistemas de informação e pessoal capacitado; Subsidiar o Centro Cultural da Reforma Agrária com documentos e registros históricos; Administrar o acervo bibliográfico, promovendo gestão para assegurar condições para a preservação do mesmo, o acesso e sua consulta de maneira prática e funcional, assim como melhoria, conservação e ampliação; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

b) Planejamento e Controle - Coordenar e acompanhar as unidades da Superintendência Regional, na elaboração dos seus planos, programas, ações e metas, dentro da filosofia e preceitos de planejamento compartilhado; Coordenar e acompanhar a aplicação das diretrizes estratégicas e elaboração dos planos de curto, médio e longo prazo das ações de reforma agrária e ordenamento da estrutura fundiária; Coordenar, orientar e supervisionar a elaboração do Plano Regional de Reforma Agrária da Superintendência Regional; Disseminar, no âmbito de sua competência, as orientações emanadas do órgão central; Coordenar e supervisionar a elaboração e detalhamento da Programação Operacional e suas reformulações; coordenar a elaboração de análises gerenciais e disponibilização de informações referentes à evolução da aplicação dos recursos orçamentários e metas físicas, visando dar suporte ao processo decisório na Superintendência Regional; Coordenar o monitoramento da execução e desempenho das atividades finalísticas das Unidades Regionais; Coordenar, orientar e supervisionar a elaboração dos relatórios mensais e anuais de gestão da Superintendência Regional; Realizar gestão da infraestrutura da rede de comunicação de dados, voz e imagem, inclusive políticas e normas de segurança; Propor os projetos básicos ou termos de referência definindo os critérios de aceitação dos serviços ou produtos relativos à infraestrutura de rede no âmbito da Regional; Gerenciar os contratos de prestação de serviços e controlar a qualidade dos produtos ou serviços relacionados à infraestrutura de rede no âmbito da Regional; Promover a capacitação técnica dos usuários quanto ao uso dos sistemas de informação; Prestar assistência técnica aos usuários da rede local, de forma remota ou presencial, incluindo a instalação e configuração de softwares e componentes físicos nas estações de trabalho e respectivos periféricos; Manter controle dos softwares adquiridos, no âmbito da Regional, incluindo as respectivas mídias, bem como controlar a instalação dos mesmos de acordo com o número de licenças adquiridas; Realizar inventários nos computadores da Superintendência Regional, visando

controlar a configuração de componentes instalados e o uso de produtos homologados; Dar suporte às demandas da Auditoria Interna do INCRA; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

c) Comunicação Social - Assistir o Superintendente Regional nos assuntos relacionados à comunicação social e ao relacionamento com os meios de comunicação internos e externos; Elaborar e executar o plano de comunicação para a Superintendência Regional, em conformidade com as diretrizes emanadas pelo órgão central; Promover a publicação, divulgação e acompanhamento das matérias de interesse da Superintendência Regional e do INCRA; Produzir comunicação interna das atividades da Superintendência Regional; Realizar assessoria de imprensa junto aos veículos de comunicação social; Supervisionar as atividades de comunicação social relacionadas à realização de eventos, cerimonial e relações públicas; Providenciar o registro audiovisual, fotográfico e jornalístico de interesse da Superintendência Regional; Apresentar à administração central contribuições para a atualização e alimentação das informações constantes da página institucional na internet; Produzir e submeter à aprovação da Sede material publicitário para divulgação dos programas e ações da Superintendência Regional; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

d) Ouvidoria Agrária - Prevenir e mediar conflitos agrários; Articular com os órgãos governamentais federais, estaduais, municipais e não-governamentais para garantia dos direitos humanos e sociais das pessoas envolvidas em conflitos agrários; Receber, processar e oferecer encaminhamento às denúncias sobre violência no campo, irregularidades no processo de reforma agrária, desrespeito aos direitos humanos e sociais das partes envolvidas nos conflitos agrários; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

I) À Procuradoria Regional - SR(00)PFE/R - compete promover a apresentação judicial e extrajudicial e realizar as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos cometidos à Procuradoria Federal Especializada e suas Coordenações-Gerais, bem como assistir o Superintendente Regional e os demais dirigentes das unidades no controle interno da legalidade dos atos a serem por estes praticados ou já efetivados.

II) À Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária - SR(00)F - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) De Cadastro Rural - Executar as atividades de manutenção e atualização dos registros cadastrais no SNCR, assegurando a inclusão dos imóveis oriundos dos projetos de assentamento, da regularização fundiária e da regularização de territórios quilombolas; Analisar e verificar a consistência de atualizações cadastrais; Avaliar e controlar a fidedignidade, qualidade e segurança dos arquivos cadastrais e disseminação de suas informações; Acompanhar, analisar e aplicar a legislação cadastral, inclusive quanto à taxa de serviços cadastrais; Propor e controlar a celebração de termos de cooperação técnica com as prefeituras municipais para implantação das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC e sua integração ao SNCR; Propor programa regional de treinamento e capacitação das UMC; Propor celebração de convênios, contratos, ajustes e termos de cooperação técnica para acesso e execução das atividades relativas ao SNCR, incluindo o CNIR; Desenvolver as atividades necessárias à microfilmagem e recuperação de dados e informações cadastrais; Manter registro e controle de máquinas e equipamentos de serviços de microfilmagem; Desenvolver, avaliar e executar as atividades de fiscalização dos imóveis rurais com vistas ao combate da grilagem de terras; Executar as atividades relacionadas à fiscalização de imóveis rurais em conjunto com outras instituições; Executar as atividades de controle do arrendamento e da aquisição de imóveis rurais por estrangeiros residentes no país; Executar as atividades relativas à verificação do cumprimento da função social da propriedade e de combate ao trabalho escravo; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) De Cartografia - analisar, aprovar e encaminhar os requerimentos de certificação de imóveis rurais pelo Comitê Regional de Certificação; Executar, controlar, recepcionar e fiscalizar os serviços de georreferenciamento de imóveis rurais, medição e demarcação de projetos de reforma agrária e de certificação de imóveis rurais; Produzir dados geodésicos referenciais e homologados, como suporte às atividades de georreferenciamento de imóveis rurais, em todo o país; Produzir

dados padronizados de natureza cartográfica de interesse do INCRA; Adquirir, produzir, arquivar e tratar plantas, mapas, imagens obtidas por sensores remotos e demais materiais de natureza cartográfica; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) De Regularização Fundiária - Realizar discriminação e arrecadação de terras devolutas e terras públicas da União; Propor, acompanhar, fiscalizar e controlar a celebração e a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica para execução das atividades de sua competência; Propor a destinação de imóveis rurais arrecadados e discriminados; Analisar as solicitações, bem como propor as doações e as concessões de terras públicas; Realizar levantamentos dos recursos naturais, vistorias e avaliações dos imóveis da União/INCRA, visando promover a regularização fundiária e as doações e concessões, excetuado os casos de projetos de reforma agrária e de colonização; Executar atividades de destinação, titulação, concessão, doação e de ratificação para fins de regularização fundiária; Elaborar a pauta de valores de imóveis rurais para fins de regularização fundiária; Autorizar a emissão de documentos de titularidade como resultado das ações de regularização fundiária; Elaborar o Plano Ecológico Econômico - PEE; Analisar as solicitações de ratificação das concessões e alienações de terras devolutas federais realizadas pelos Estados na faixa de fronteira; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

d) De Regularização de Territórios Quilombolas - Identificar e orientar as comunidades quilombolas quanto aos procedimentos relativos à regularização do território; Realizar as atividades de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação dos territórios quilombolas; Promover a elaboração do relatório antropológico das áreas remanescentes de quilombos reclamadas pelas comunidades; Efetuar o cadastramento das famílias quilombolas; Executar o levantamento dos ocupantes não-quilombolas nos territórios quilombolas e promover a sua desintrusão; Promover a publicação do edital e os encaminhamentos do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; Propor a desapropriação ou a aquisição das áreas particulares incidentes nos territórios quilombolas; Propor, acompanhar, fiscalizar e controlar a celebração e a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica relativos à regularização de territórios quilombolas; Propor o reassentamento das famílias de ocupantes não quilombolas incidentes em território quilombola, suscetíveis de inclusão no Programa de Reforma Agrária; Dar suporte técnico à defesa dos interesses dos remanescentes das comunidades de quilombos nas questões surgidas em decorrência dos procedimentos da titulação de suas terras; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

III) Divisão de Obtenção de Terras - SR(00)T - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) De Obtenção - Proceder a vistoria e avaliação de imóveis rurais, para fins de desapropriação, aquisição, arrecadação e outras formas de obtenção de terras, destinadas à implantação de projetos de assentamento de reforma agrária; Participar em perícias judiciais e em audiências de conciliação, nas ações de desapropriação de terras; Atualizar semestralmente a Planilha de Preços Referenciais de Terras; Coletar e manter atualizados os dados referentes aos negócios realizados no mercado de imóveis rurais; Acompanhar a evolução do mercado regional de terras e analisar sua dinâmica; Promover discussões da Câmara Técnica e dos Grupos Técnicos de vistoria e avaliação; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) De Implantação de Assentamentos - Proceder ao cadastramento, seleção e assentamento de famílias em projetos criados e em áreas retomadas ou vagas em projetos de assentamento de reforma agrária e de colonização; Executar as ações voltadas à desintrusão de não-índios em terras indígenas; Providenciar os atos de criação e de implantação de projetos de assentamento; Elaborar documentos necessários ao reconhecimento de projetos de assentamento; Gerenciar o sistema de informações referente aos projetos de reforma agrária; Aprovar projetos de

colonização oficial e/ou particular; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) De Meio Ambiente e Recursos Naturais - Elaboração de mapeamentos temáticos; Adoção de providências necessárias ao licenciamento ambiental dos projetos de assentamento de reforma agrária criados pelo INCRA; Fomentar a implantação de projetos de assentamento com atividades ambientalmente diferenciadas; Analisar, encaminhar e supervisionar os projetos de recuperação de áreas degradadas em assentamentos de reforma agrária; Monitorar e sistematizar as informações referentes à utilização dos recursos naturais nos assentamentos de reforma agrária; Promover estudos e diagnósticos que subsidiem o planejamento das ações de obtenção de terras, de gestão ambiental e de avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização oficial; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

IV) À Divisão de Desenvolvimento - SR(00)D - compete coordenar, executar e supervisionar a implementação e o desenvolvimento dos projetos de assentamentos, por meio das seguintes atividades, dentre outras:

a) De Infraestrutura - Acompanhar a execução física e orçamentária para a viabilização do desenvolvimento dos serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES; do Crédito Instalação, em todas as suas modalidades; dos Planos para o Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos e das ações de Formação e Capacitação dos Assentados e Profissionais de ATES, e dos serviços de topografia; Promover a identificação das demandas de formação e capacitação dos beneficiários do Programa de Reforma Agrária e dos profissionais de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES; Proceder articulação institucional, interinstitucional e com entidades não-governamentais buscando identificar e potencializar a cooperação e parcerias voltadas para o desenvolvimento dos projetos de reforma agrária; Analisar, aprovar, supervisionar e acompanhar os Planos de Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos; Nas obras de engenharia, arquitetura, urbanismo e serviços correlatos: a.1. Elaborar os projetos básicos; a.2. Analisar e emitir pareceres técnicos; a.3. Acompanhar, supervisionar e receber as obras e serviços; a.4. Promover a integração e institucionalização de cooperação e parcerias com organizações governamentais e não-governamentais; a.5. Acompanhar a execução física dos créditos destinados à habitação rural e outras edificações; a.6. Acompanhar a aplicação física e financeira dos recursos; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) De Desenvolvimento de Projetos - Selecionar os beneficiários para acesso às políticas de crédito voltadas para a produção, com base nos instrumentos normativos; Implementar projetos de apoio à agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas e solidárias nos projetos de assentamento; Executar e monitorar os projetos ambientais, de biodiversidades e de energia alternativa, com foco no desenvolvimento sócio-cultural e econômico dos projetos; Analisar, elaborar, supervisionar e fiscalizar os convênios, contratos, protocolos, parcerias e demais instrumentos congêneres firmados no âmbito de sua competência; Promover estudos e realizar diagnósticos para avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização; Promover a integração de políticas públicas e ações do INCRA objetivando a consolidação dos projetos de reforma agrária e de colonização; Definir as pautas de valores dos projetos de assentamento, para fins de autorização do respectivo título de domínio; Realizar vistorias, supervisionar a situação ocupacional dos projetos de assentamento e promover as ações de retomada de parcelas irregularmente ocupadas; Emitir Contrato de Concessão de Uso aos beneficiários dos projetos de reforma agrária; Autorizar a emissão de títulos de domínio a beneficiários de projetos de assentamento e de colonização; Promover a destinação de bens remanescentes de projetos de assentamento e de colonização; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) De Educação e Cidadania - Promover parcerias com o Governo do Estado, Municípios, movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais e instituições públicas e/ou comunitárias de ensino, sem fins lucrativos, para a implementação do PRONERA; Divulgar,

articular, programar, acompanhar e supervisionar o PRONERA e as atividades voltadas para a promoção da cidadania, no âmbito da Superintendência Regional; Analisar e emitir parecer técnico sobre as propostas de projetos e de convênios voltadas para a educação e cidadania; Apoiar e participar dos colegiados executivos estaduais; Mobilizar, dinamizar e orientar as atividades afetas ao PRONERA e à cidadania; Apoiar as ações voltadas ao exercício da cidadania da população adulta das áreas de reforma agrária; Articular e propor parcerias para a realização das atividades de cultura e lazer nas áreas de reforma agrária; Promover articulação com diferentes órgãos e políticas públicas nas ações voltadas para o bem-estar das crianças, dos jovens e da população da terceira idade das áreas de reforma agrária; Promover ações de inserção nas políticas públicas das trabalhadoras rurais beneficiárias do programa de reforma agrária e de resgatados em situação de trabalho escravo, objetivando a promoção da igualdade no campo; Articular a interação dos cursos executados no âmbito do PRONERA, ou outro que vier a substituí-lo, com as ações do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

V) À Divisão de Administração - SR(00)A - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) De Desenvolvimento Humano - Coletar, sistematizar e manter atualizada a legislação de pessoal; Manter atualizadas as informações relativas ao cadastro, lotação, pagamento de pessoal e registros necessários à homologação dos atos de concessão de aposentadoria e pensão; Instruir consultas e requerimentos que envolvam questões relativas a direitos, deveres, responsabilidades e disciplina de pessoal, despesas de exercícios anteriores e vantagens decorrentes de decisões judiciais; Expedir documentos de identificação funcional, certidões e declarações funcionais; Efetuar o levantamento das necessidades de treinamento e acompanhar, controlar e avaliar a execução das ações de capacitação; Acompanhar a aplicação de instrumentos de avaliação de desempenho, o processo de adaptação do servidor em estágio probatório e identificar e propor alternativas para neutralizar causas de inadequações funcionais; Executar, acompanhar e controlar as atividades relativas ao Programa de Estágio Supervisionado; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) De Contabilidade - Executar os lançamentos dos fatos contábeis, dos ajustes das contas da Unidade Gestora em consonância com o plano de contas da União; Orientar e supervisionar as unidades gestoras sob sua jurisdição; manter atualizado o rol de responsáveis; Elaborar o processo de prestação de contas anual da Superintendência e atender às diligências dos órgãos de controle interno e externo; Examinar as prestações de contas diárias, suprimento de fundos, convênios e outros instrumentos congêneres que envolvam transferência de recursos; Controlar a concessão de diárias e passagens, cotação e indicação de reserva de bilhetes de passagens; Instaurar processos de Tomada de Contas Especial; Promover o registro no CADIN e no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI dos órgãos inadimplentes; Controlar e acompanhar convênios, contratos e instrumentos congêneres, que envolvam transferência de recursos; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) De Administração e Serviços Gerais - Administrar os serviços de transporte e de manutenção de viaturas oficiais; Administrar as atividades de reprografia e de serviços gráficos; Manter e controlar os serviços de telecomunicação; Supervisionar os serviços de limpeza, manutenção e vigilância; Controlar a autorização para transporte de cargas; Recepcionar, registrar e entregar a correspondência oficial da Superintendência Regional; Expedir e receber a documentação tramitada entre a Superintendência Regional e a sede do INCRA; Manter atualizado o sistema de controle de processos e documentos; Orientar e supervisionar as unidades descentralizadas quanto à execução das atividades de protocolo; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

d) De Orçamento e Finanças - Acompanhar e controlar a execução orçamentária e programação financeira, emitindo os respectivos relatórios gerenciais; Promover emissões de empenhos, anulações, ajustes, ordens bancárias e recolhimentos legais de despesas devidamente liquidadas e autorizadas pelo ordenador de despesas; Movimentar sempre em conjunto com o

ordenador de despesas, a Conta Única do INCRA, relacionada a pagamentos e recebimentos, procedendo à conformidade mensal de diárias e operadores dos lançamentos no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI; Registrar, cadastrar e publicar os termos de convênios, contratos e instrumentos congêneres; Registrar, controlar e manter sob guarda, em cofre, os bens e valores representados por títulos, cauções e fianças bancárias; Promover a cobrança e o controle das obrigações financeiras decorrentes de financiamentos e créditos concedidos aos beneficiários da Reforma Agrária; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

VI) À Divisão Estadual de Regularização Fundiária na Amazônia Legal - (SRFA(00)) - compete a coordenação e supervisão da execução das atividades de regularização fundiária e cadastramento dos ocupantes das terras públicas no âmbito estadual, acompanhar e fiscalizar a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica, com execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) Ao Serviço Técnico (SRFA(00)T) - Mobilizar, executar, acompanhar e controlar as atividades de cadastramento dos ocupantes das terras públicas; Executar e controlar o ordenamento de dados observados em campo, arquivar, tratar e disponibilizar dados geoespaciais, plantas, mapas, imagens obtidas por sensores remotos e demais materiais de natureza cartográfica, básica e temática, no âmbito institucional; Executar e/ou recepcionar e fiscalizar os serviços de georreferenciamento de imóveis rurais, medição e demarcação de terras públicas para fins de regularização, retomada e destinação; Executar a certificação de perímetros de glebas georreferenciadas; Executar a recepção, análise e homologação de peças técnicas; Executar a alimentação de banco de dados geoespaciais; Executar atividades de alimentação, manutenção e atualização dos registros cadastrais junto ao SNCR, assegurando a inclusão dos imóveis oriundos de regularização fundiária; Analisar e verificar a consistência dos cadastros coletados para fins de atualizações cadastrais; Mobilizar, executar, controlar e acompanhar as atividades de regularização fundiária dos ocupantes das terras públicas; Analisar as solicitações, bem como propor as doações e as concessões de terras públicas; Realizar levantamentos dos recursos naturais, vistorias e avaliações dos imóveis da União e do INCRA, visando promover a regularização fundiária e as doações e concessões, excetuado os casos de projetos de reforma agrária e de colonização; Executar atividades de destinação, titulação, concessão, doação e de ratificação para fins de regularização fundiária; Propor a emissão de documentos de titularidade como resultado das ações de regularização fundiária; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) Ao Serviço Administrativo (SRFA(00)A) - Solicitar a concessão de diárias e passagens, realizando cotação e indicação de reserva de bilhetes de passagens; Examinar as prestações de contas diárias e suprimento de fundos; Acompanhar convênios, contratos e instrumentos congêneres, que envolvam transferência de recursos; Solicitar e administrar os serviços de transporte e de manutenção de viaturas oficiais; Solicitar e administrar as atividades de reprografia e de serviços gráficos; Solicitar, manter e controlar os serviços de telecomunicação; Solicitar e supervisionar os serviços de limpeza, manutenção e vigilância; Solicitar e controlar a autorização para transporte de cargas; Recepcionar, registrar e entregar a correspondência oficial ao escritório Regional e Superintendência; Expedir e receber a documentação tramitada entre o Escritório Regional e a Superintendência; Manter atualizado o sistema de controle de processos e documentos; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

VII) Às Unidades Avançadas - SR(00)UA - são órgãos descentralizados, de caráter transitório, subordinados às Superintendências Regionais, e lhes competem executar as atividades finalísticas especialmente supervisionar os projetos de reforma agrária e colonização; executar as atividades pertinentes as ações de ordenamento da estrutura fundiária; articular-se com os organismos governamentais, não-governamentais e os beneficiários, no sentido de viabilizar a participação e a integração das ações nos projetos de reforma agrária de colonização; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas atribuições.

INTRODUÇÃO

Etimologicamente, reforma vem das palavras re e formare, ou seja, significa mudar uma estrutura anterior, para modificá-la em determinado sentido. O prefixo re significa a idéia de renovação, enquanto formare é a maneira de existência de um sentido ou de uma coisa. Reforma Agrária é, pois, na acepção etimológica, a mudança do estado agrário vigente, procurando-se mudar o estado atual da situação agrária. É esse estado que se procura modificar é o do feudalismo agrário (que influenciou o surgimento das sesmarias e capitanias hereditárias no Brasil colonial) e o da grande concentração agrária (latifúndios) em benefício das massas trabalhadoras do campo. Por consequência, as leis de reforma agrária se opõem a um estado anterior de estrutura agrária privada que se procura modificar para uma estrutura de propriedade com sua função social.

Assim, a reforma agrária foi criada visando uma revisão e novo regramento das normas disciplinando a estrutura agrária do país, tendo em vista a valorização humana do trabalhador e o aumento da produção, mediante a utilização racional da propriedade agrícola e de técnica apropriada ao melhoramento da condição humana da população rural.

Ela deve combater simultaneamente formas menos adequadas de produção, sobretudo o latifúndio e o minifúndio. Mesmo a pequena propriedade familiar, também não apresenta grande grau de produtividade sem as técnicas do crédito e do melhor assentamento do homem à terra. Não se confundindo com a política agrária, também prevista na Carta magna, que é o conjunto de princípios fundamentais e de regras disciplinadoras do desenvolvimento do setor agrícola.

A política fundiária, por sua vez, difere da política agrícola; onde o visa disciplinamento da posse da terra e de uso adequado (função social da propriedade). Visando e promovendo o acesso à terra daqueles que saibam produzir, dentro de uma sistemática moderna, especializada e profissionalizada.

E, nesse contexto, a terra tem uma função social, que é justamente a produção agrícola para alimentar a população humana e a sociedade urbanizada. E a redistribuição das terras é normalmente um dos principais objetivos de qualquer programa de reforma agrária.

Assim, os instrumentos legais vigentes, em especial a Lei nº 11.653 de 7/4/2008 que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2008/2011 e objetiva assim a organização da atuação governamental em Programas orientados para o alcance dos objetivos estratégicos definidos para o período do Plano trouxe integrado a si programas finalísticos, dentre esses alguns específicos para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, dos quais a Superintendência Regional no Estado de São Paulo - SR-08/SP, durante o exercício de 2011, alcançou os seguintes resultados: o assentamento de 401 (quatrocentos e uma) famílias; criação de 2 (dois) projetos de assentamento proporcionando 32 (trinta e duas) novas vagas para assentamento de trabalhadores rurais sem terra; realização de vistorias em 33 (trinta e três) imóveis representando o total de 23.845,58 ha (vinte e três mil, oitocentos e quarenta e cinco hectares e cinquenta e oito ares), de área vistoriada; protocolo junto ao órgão ambiental estadual de 3 (três) licença ambiental; imissão na posse de 3 (três) imóveis com o total de 3.675,54 ha (três mil seiscentos e setenta e cinco hectares e cinquenta e quatro ares) o que beneficiará 274 (duzentos e setenta e quatro) famílias; descentralização de 4.150,63 (quatro mil, cento e cinquenta reais e sessenta e três centavos) em TDA (títulos da dívida agrária) para 7 (sete) imóveis, o que deverá beneficiar 329 (trezentos e vinte e nove) famílias. Houve ainda o atendimento a 1150 (mil cento e cinquenta) famílias com abastecimento de água; expedição de 36 (trinta e seis) documentos de concessão de uso em 1 (um) Projeto de Assentamento; atendimento de 65 (sessenta e cinco) famílias com a concessão de crédito-instalação na modalidade Crédito Apoio Inicial em 1 (um) Projeto de Assentamento; foram supervisionadas 500 (quinhentas) parcelas para verificação da situação ocupacional; capacitação de 280 (duzentos e oitenta) profissionais para a Reforma Agrária; gerenciamento de 26.621 (vinte e

seis mil, seiscentos e vinte e um) imóveis; emissão de 261.982 (duzentos e sessenta e um mil, novecentos e oitenta e dois) Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais – CCIR. Assistência técnica para atendimento de 243 (duzentos e quarenta e três) projetos de assentamento com disponibilidade para atender até 16.516 (dezesesseis mil, quinhentas e dezesseis) famílias; certificação de 824 (oitocentos e vinte e quatro). Publicação de 1 (um) Relatório Técnico de Identificação e Delimitação de Território Quilombola referente a 1 (uma) comunidade de 29 (vinte e nove) famílias compreendida numa área total de 2.177,17 ha (dois mil cento e setenta e sete hectares e dezessete ares); capacitação de 112 (cento e doze) servidores; cadastro de 160 (cento e sessenta) acampamentos com prestação de diversos tipos de assistência para 15.716 (quinze mil, setecentos e dezesseis) famílias acampadas; e o atendimento de 557 (quinhentos e cinquenta e sete) pessoas, com a concessão de 491 (quatrocentos e noventa e um) documentos, referentes à Documentação da Trabalhadora Rural.

De acordo com a Lei Orçamentária Anual 2011, com o detalhamento da Programação Operacional para o exercício de 2011 e posteriores ajustes decorrentes de contingenciamento de recursos, o orçamento previsto para a Superintendência Regional no Estado de São Paulo – SR(08)SP, foi o montante de R\$ 68.926.157,00 (sessenta e oito milhões, novecentos e vinte e seis mil, cento e cinquenta e sete reais), sendo descentralizados R\$ 64.598.680,33 (sessenta e quatro milhões, quinhentos e noventa e oito mil, seiscentos e oitenta reais e trinta e três centavos), que representa 94% do valor inicialmente programado. Do montante descentralizado, R\$ 56.183.318,69 (cinquenta e seis milhões, cento e oitenta e três mil, trezentos e dezoito reais e sessenta e nove centavos), 87% foram empenhados e, desse valor o montante de R\$ 11.427.887,73 (onze milhões, quatrocentos e vinte e sete mil, oitocentos e oitenta e sete reais e setenta e três centavos), 20% foram efetivamente liquidados, resultando em 16,58% de execução orçamentária.

Organizado em três partes, o presente Relatório de Gestão tem por objetivo apresentar de forma objetiva e transparente a execução física e orçamentária da Superintendência Regional no Estado de São Paulo – SR(08)SP ao longo do exercício de 2011, retratando as principais atividades realizadas nos programas de Reforma Agrária e de Ordenamento da Estrutura Fundiária, através da consonância entre as disposições constantes nos Normativos do Tribunal de Contas da União.

Na primeira, denominada Parte A, de acordo com a Decisão Normativa - TCU nº 108 de 24/11/2010, os conteúdos gerais, tais como a identificação da unidade, informações sobre o planejamento e gestão orçamentária e financeira, considerando o atingimento dos objetivos e metas físicas e financeiras, bem como as ações administrativas consubstanciadas em projetos e atividades.

A segunda, denominada Parte B, apresenta as informações contábeis, entre essas a declaração do contador responsável pela unidade atestando se os demonstrativos contábeis, como os balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320 de 17/3/1964, também constantes da referida Parte B, refletem ou não da adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial.

E, na terceira e última, denominada Parte C, os conteúdos específicos da Superintendência Regional no Estado de São Paulo - SR-08/SP, assim como as principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação; e alguns Indicadores Institucionais que gradativamente vêm sendo utilizados com instrumento de análise quanto o direcionamento das ações empreendidas ao longo do exercício.

Assim, que este seja utilizado como um instrumento de reflexão ao esforço e ao aprimoramento da busca ao benefício coletivo, onde esta Autarquia precisa avançar.

PARTE “A” – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Identificação de Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário		Código SIORG: 17125
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional do Estado de São Paulo		
Denominação abreviada: INCRA – SR(08)		
Código SIORG: 4033	Código LOA: 49201	Código SIAFI: 22201
Situação: ativa		
Natureza Jurídica: Autarquia		
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:	(11) 3823-8560	
E-mail: jose.baccarin@spo.incra.gov.br		
Página na Internet: http://www.incra.gov.br		
Endereço Postal: No Estado de São Paulo, a autarquia é representada através de sua Superintendência Regional, cuja sigla é SR (08), CNPJ 00.375.972/0010-51, com endereço à Rua Doutor Brasília Machado nº 203, Santa Cecília, São Paulo – SP, CEP 01230-906		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
Decreto nº 1.110, de 09 de julho de 1970, Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra) e legislação complementar, com Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 5.735, de 27 de março de 2006, publicado no DOU de 28 de março de 2006 e Regimento Interno aprovado pela Portaria MDA nº 69, de 19 de outubro de 2006, publicado no DOU em 20 de outubro de 2006.		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
PPA – Plano plurianual		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
Texto (identificação da norma e data de publicação)		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
-	Não se aplica	
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
-	Não se aplica	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão	
-	Não se aplica	

2. Objetivos e metas institucionais

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é uma autarquia federal criada pelo Decreto n. 1.110, de 9 de julho de 1970, com a missão prioritária de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União.

Reforma agrária é entendida como sendo o conjunto de medidas que visem promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, do desenvolvimento rural sustentável e ao aumento de produção. A concepção é estabelecida pelo Estatuto da Terra. Na prática, a reforma agrária proporciona:

- A desconcentração e democratização da estrutura fundiária;
- A produção de alimentos básicos;
- A geração de ocupação e renda;
- O combate à fome e à miséria;
- A diversificação do comércio e dos serviços no meio rural;
- A interiorização dos serviços públicos básicos;
- A redução da migração campo-cidade;
- A democratização das estruturas de poder;
- A promoção da Cidadania e da Justiça Social.

De acordo com as diretrizes estabelecidas no II PNRA, implantado em 2003, a reforma agrária executada pelo INCRA deve ser integrada a um projeto nacional de desenvolvimento, massiva, de qualidade, geradora de trabalho e produtora de alimentos. Deve, ainda, contribuir para dotar o Estado dos instrumentos para gerir o território nacional.

O que se busca com a reforma agrária atualmente desenvolvida no País é a implantação de um novo modelo de assentamento, baseado na viabilidade econômica, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial; a adoção de instrumentos fundiários adequados a cada público e a cada região; a adequação institucional e normativa a uma intervenção rápida e eficiente dos instrumentos agrários; o forte envolvimento dos governos estaduais e prefeituras; a garantia do reassentamento dos ocupantes não-índios de áreas

indígenas; a promoção da igualdade de gênero na reforma agrária; assegurando o direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas.

Em suma, o INCRA tem como atividades principais, nos termos da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 – Estatuto da Terra, e expressos em seu Regimento Interno (Portaria MDA nº 69, de 19 de outubro de 2006):

a) quanto ao Ordenamento da Estrutura Fundiária (Programas 0138 e 1336):

- Zoneamento do país em regiões homogêneas, do ponto de vista socioeconômico e das características da estrutura agrária, além de definir critérios para a fixação da fração mínima de parcelamento e do módulo fiscal;
- Promove estudos e diagnósticos sobre a estrutura fundiária nacional, mercados de terras, controle do arrendamento e aquisição de imóveis rurais por estrangeiros, sistemas de produção e cadeias produtivas;
- Como entidade cadastral, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) organiza e mantém atualizado um cadastro nacional de imóveis rurais, de proprietários e detentores de imóveis rurais, de terras públicas, de arrendatários e parceiros. Na condição de órgão gestor do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), promove a sua integração com outros sistemas de cadastro de terras propiciando o aumento do conhecimento e a correção da estrutura fundiária e socioeconômica do meio rural. Promove, ainda, a identificação e a classificação do imóvel rural, mediante ações de fiscalização cadastral, contribuindo para a erradicação do trabalho escravo;
- Controla e executa a certificação de imóveis rurais, identificando e impedindo a superposição do registro imobiliário, numa ação conjunta com o sistema cartorário nacional, mediante ações de georreferenciamento desses imóveis;
- Realiza atividades de discriminação, arrecadação e destinação das terras devolutas federais, através de ações de regularização fundiária, visando incorporá-las ao sistema produtivo. Além disso, coordena a execução das atividades de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombos.

b) quanto à Obtenção e Destinação de Terras e Assentamento dos Beneficiários da Reforma Agrária e da Colonização (Programa 0135):

- Atividades de aquisição, desapropriação e incorporação ao patrimônio do INCRA, das terras

necessárias à reforma agrária. Esse trabalho é realizado a partir do desenvolvimento e do monitoramento dos mecanismos de obtenção de terras, incluindo a incorporação ao patrimônio público das terras devolutas federais, a serem destinadas a essa finalidade;

- Realizar seleção de famílias, a promoção do acesso a terra e a criação de projetos de assentamento, bem como as atividades relativas ao aproveitamento sustentável dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente nos projetos de reforma agrária, com destaque à implantação de projetos ambientalmente diferenciados.

c) quanto ao Desenvolvimento dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária (Programas 0137, 0139, 1350 e 1427):

- Elaboração de propostas que visem ao desenvolvimento e à recuperação dos projetos de reforma agrária;
- Normatizar, coordenar, acompanhar, monitorar, avaliar, autorizar movimentações orçamentárias e propor alterações nos programas relacionados às ações voltadas ao desenvolvimento dos projetos de assentamento. O objetivo é promover o desenvolvimento sustentável, a viabilidade econômica e a justiça social nos assentamentos, bem como promover a recuperação e consolidação dos projetos da reforma agrária;
- Implementação da infraestrutura (água, saneamento, estradas); acompanhamento e concessão de créditos (nas suas diversas modalidades, desde o Apoio Inicial, passando pelo Fomento até a modalidade de Aquisição de Material de Construção;
- Estabelecimento de parcerias para a prestação de assessoria técnica e a capacitação de beneficiários e técnicos da reforma agrária;
- Titulação e destinação de imóveis; apoio à agroindustrialização, à comercialização e às atividades pluriativas e solidárias;
- Promoção da cidadania e educação no campo, visando à equidade de gênero, raça e etnia.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.

Com o intuito de preservar a necessidade de desenvolver melhor os projetos implantados e **aqueles que se encontram em fase de implantação**, e tendo em vista a missão de implementar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável, o INCRA-SP, na atual gestão, desenvolveu ações que visaram o desenvolvimento e o debate sobre a importância da Reforma Agrária, em bases atuais tendo como eixos as desigualdades regionais e a exclusão social. Vale ressaltar que, atualmente, no Estado de São Paulo encontram-se **16.083** famílias assentadas, num total de **252** Projetos de Assentamento, sendo que **9.693** famílias são de projetos exclusivos do Governo Federal (PA e PDS - INCRA) e **6.390** famílias em projetos do governo estadual (PE - ITESP), reconhecidos pelo INCRA¹. **(dados extraídos do SIPRA – 31/12/2011).**

2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

As ações de gerenciamento da estrutura fundiária revelaram-se de grande relevância no ano de **2011**. Em relação às ações de cadastramento de imóveis rurais, durante todo o ano foram debatidas e lançadas as bases da reforma do cadastro rural multifinalitário brasileiro, com destaque à modernização do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR). Desde dezembro de 2009, o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) passou a ser emitido também pela internet.

Em **2010**, o INCRA-SP trabalhou a grande demanda de processos referente às ações de georreferenciamento, tanto em relação às áreas particulares como também às pequenas propriedades (áreas de até quatro módulos fiscais) na qual o georreferenciamento é de responsabilidade do INCRA.

As ações de Regularização Fundiária ganharam uma nova dinâmica com a publicação das Instruções Normativas nº 45 e nº 46, em maio de 2008, que adequaram os procedimentos administrativos às alterações realizadas na Lei nº 8.666/93, possibilitando a ampliação das áreas de regularização fundiária até o limite de 15 (quinze) módulos fiscais. Tais medidas também deram maior celeridade ao processo de regularização fundiária.

Também foram desenvolvidas as ações referentes ao Programa Brasil Quilombola. Desde 2004 quando o programa foi criado, as ações de

¹ Fonte: Divisão de Desenvolvimento/SIPRA 05-03-2012.

Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos passaram a ser estratégicas dentro do INCRA. Atualmente existem **48** processos administrativos de reconhecimento e titulação de territórios quilombolas tramitando no INCRA-SP e que tiveram acompanhamento durante o ano de **2011**.

2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento

O Programa de Reforma Agrária se mantém como de significativa importância, num país de 850 milhões de hectares em que mais de 50% das áreas das grandes propriedades rurais estão concentradas por 3% dos proprietários, associando-se ao crescente agronegócio que de um lado pode acrescentar produtividades maiores, de outro, socialmente, tem-se revelado mais excludente.

O planejamento da estratégia de intervenção fundiária toma por base a forte concentração fundiária do país, a demanda dos movimentos sociais e os dados históricos da execução do programa de reforma agrária: imóveis obtidos (número e área), projetos de assentamento criados, número de famílias atendidas, áreas prioritárias de atuação, custos. A demanda do público alvo muitas vezes constitui-se em conflito que envolve imóveis considerados emblemáticos, para os quais o processo de obtenção é mais complexo, em virtude de situação jurídica de impedimento que exige esforços adicionais para solução.

A estratégia de atuação prioritária para obtenção de imóveis para a implantação de projetos de assentamento é a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, instrumento constitucional regulamentado pela Lei 8.629/93. Entretanto em regiões onde não é mais possível encontrar imóveis improdutivos ou passíveis de desapropriação, utiliza-se a opção da aquisição por compra e venda prevista no Decreto nº 433/ 92, que não é atrativa aos proprietários rurais em virtude dos longos prazos para resgate dos Títulos da Dívida Agrária. Há também assentamentos criados a partir da incorporação de terras públicas federais. Em especial, neste caso, cabe mencionar processos já existentes em São Paulo referentes à destinação de mais de **11,5** mil hectares de transferência entre a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e o INCRA-SP das áreas dos Hortos Florestais da extinta Rede Ferroviária Federal S/A, transferida para a União por força da Lei nº 11.483/07.

2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

Cabe à Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento coordenar, supervisionar e normatizar as ações de desenvolvimento dos Projetos de

Assentamento, integrar políticas públicas e ações do INCRA para promover o desenvolvimento dos projetos de assentamento, com base nos princípios da sustentabilidade econômica, social e ambiental do campo e dos homens e mulheres que ali vivem, em consonância ao II Plano Nacional de Reforma Agrária.

A cargo da Divisão estão o **Programa 0137 - Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária; o Programa 1350 - Educação no Campo; o Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar; o Programa 0351 – Agricultura Familiar – PRONAF.**

Os Programas citados acima, com suas respectivas Ações, são de fundamental importância para o início da estruturação, recuperação e desenvolvimento dos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, pois contribuem para o desenvolvimento rural sustentável. As atividades e serviços disponibilizados pelos Programas possibilitam que os projetos de assentamento se transformem em espaços produtivos de geração de trabalho e renda e de garantia da segurança alimentar, combinando produtos de subsistência com outros voltados à comercialização e ainda, promovendo a introdução de novas culturas e a diversificação da produção e do crescimento da oferta de produtos para o mercado local.

Visando aprimorar a gestão e melhor atender as necessidades das famílias assentadas, durante o ano de **2011**, empenhou esforços no aprimoramento das parcerias institucionais e dos normativos, visando contemplar a promoção da igualdade de gênero, desenvolvimento produtivo e diferenças regionais e as ações de Assistência Técnica, Social e Ambiental (ATES).

Dentre as dificuldades que têm impactado a execução dos trabalhos de Desenvolvimento, destaca-se a **inadequação da norma legal que rege a celebração de convênios, que não contempla as especificidades requeridas para a execução das ações de reforma agrária**, nem tampouco a diversidade rural das regiões brasileiras. Concomitante ao prazo decorrente do calendário eleitoral e dentre os fatores que afetaram a execução desde o exercício de 2008 e estendendo-se para **2011**, consta a publicação da PORTARIA INTERMINISTERIAL MP/MF/MCT N° 127, de 29 de maio de 2008, que estabelece normas para execução do disposto no Decreto n° 6.170, de 25 de julho de 2007, o qual dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse e dá outras providências. Este decreto institui, legalmente, o **Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse**. A implantação desse sistema tem como diretrizes a ênfase na transparência do repasse de recursos públicos, a redução do custo operacional com a simplificação de procedimentos, a facilidade na fiscalização e controle, a integração e o suporte à padronização.

Após alterações e acréscimos ao Decreto nº 6.170/07, o SICONV/Portal de Convênios entrou em operação em 01º de setembro de 2008. Devido às dificuldades na sua operacionalização, ao desconhecimento do sistema por parte da administração pública e das entidades proponentes, e às imperfeições que estão se ajustando ao processo, houve atraso no cadastramento, credenciamento, inserção e análise técnica e jurídica das propostas, conforme previsto na legislação, o que impactou na execução do Programa.

No ano de 2010, foi sancionada a Lei nº 12.188, que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER, regulamentada pelo Decreto nº 7215 e Portaria nº 35 MDA. Tais ações criaram no âmbito do INCRA, um fluxo operacional para seleção, contratação e implementação dos serviços de ATER.

2.2.4 Divisão de Gestão Administrativa

A Divisão de Gestão Administrativa exerce atividades relacionadas com os sistemas federais de orçamento e finanças, de contabilidade, de recursos humanos e materiais e administração de material e patrimônio e serviços gerais. Os trabalhos desenvolvidos pela referida Divisão estão diretamente relacionadas às ações de atividade meio, dando condições às demais divisões da Autarquia de desenvolverem as atividades fins do órgão, que beneficiam de uma forma direta as famílias beneficiadas pelo programa de Reforma Agrária do Governo Federal.

A administração do quadro funcional do INCRA (servidores, procuradores e estagiários) é efetuada pela Coordenação de Desenvolvimento Humano, que dentre as suas atribuições regimentais tem a competência de propor, implementar e avaliar a política de desenvolvimento de recursos humanos, instruindo pedidos relativos a direitos, deveres e vantagens dos servidores ativos, aposentados e pensionistas, orientando e coordenando as atividades desenvolvidas, bem como a coordenação de todos os procedimentos de avaliação de desempenho para fins de concessão da GDATA e da GDARA, progressão e promoção funcional, bem como o estágio probatório. Também **foram** realizados cursos de capacitação e aprimoramento para servidores das divisões.

No que tange às atividades relativas à administração e serviços gerais, dentre as competências regimentais consta a de prover as unidades fins da Autarquia de bens, materiais e serviços necessários ao desempenho de suas atividades, efetivando

procedimentos licitatórios necessários à aquisição desses bens e materiais e da contratação das prestações de serviços.

Relativamente às ações voltadas para as atividades de orçamento e finanças, é a Divisão que efetua fisicamente a execução orçamentária e financeira das dotações aprovadas para a Autarquia na Lei Orçamentária Anual dando suporte às demais divisões da Autarquia no gerenciamento dos recursos que são de suas responsabilidades em razão de suas destinações aprovadas no Orçamento Geral da União.

No que concerne às atividades da área contábil dentre as suas competências tem a atribuição de analisar as prestações de contas da aplicação dos recursos da Autarquia, que são aplicados via concessão de suprimento de fundos, de transferências voluntárias mediante a celebração de convênios ou de instrumentos congêneres, bem como o controle da concessão de diárias e comprovação de realização de viagens.

2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade

2.3.1 Programa 0135 - Assentamento de Trabalhadores Rurais

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a democratização do acesso a terra.

Gerente do programa: Marcelo Afonso Silva.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados: Unidade de Produção Familiar Gerada por imóvel incorporado ao Programa Nacional de Reforma Agrária Área em hectares vistoriada – Área em hectares obtidos e incorporados ao Programa Nacional de Reforma Agrária - Número de Famílias Beneficiadas nos Programas de Reforma Agrária;

Público-alvo (beneficiários): Trabalhadores rurais sem-terra.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.²

² Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais ações do Programa

2.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Identificar, cadastrar, selecionar, legitimar e homologar famílias para assentamentos rurais e manter atualizado o Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária.

Descrição: Identificação, cadastramento, seleção, legitimação e homologação de famílias beneficiárias da Reforma Agrária; acompanhar a movimentação das famílias beneficiadas (assentamento, transferência, desistência, eliminação, titulação); manter atualizado o sistema de informações dos projetos de reforma agrária especialmente no que se refere aos dados sobre a situação econômica, social e ambiental dos projetos de assentamentos (Créditos recebidos, habitação rural e infraestrutura e produção); emitir relação de beneficiários dos projetos de assentamentos; emitir documentos para o Beneficiário para atendimento da legislação vigente (Contrato de assentamento, Contrato de Crédito, Certidões para fins de Seguridade Social, e Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP).

Coordenador nacional da ação: Luciano Gregory Brunet

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho ³	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) $(d \cdot 100/a)$	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0135.8384	A	3	Família Assentada	2440	401	0	401	16,43%	2039

Fonte: LOA 2011/ SIPRA

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
234.035	146.058,72	146.055,15	99,99%	80.363,57	55,02%	80.363,57	55,02%

Fonte: LOA e SIAFI

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
2.319,44	20,53	1.888,21	410,70

Fonte: SIAFI

A ação de **Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária** tem por objetivo principal identificar, cadastrar, selecionar, legitimar e homologar famílias para assentamentos rurais, bem como atualizar o Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária (SIPRA). Tal ação executou R\$ 80.363,57 no ano de 2011.

Foram criados no ano de 2011, 1 projetos de assentamentos federais e 1 reconhecimento. Atualmente, em São Paulo, existem implantados 252 Projetos de Assentamento sendo que 98 Projetos Assentamento, 18 Projetos de Desenvolvimento Sustentável e 136 Projetos de Assentamento Reconhecidos, numa área de 323.552,3223 mil hectares, nos quais residem pouco mais de 15.803 mil famílias. Já do ponto de vista do assentamento de famílias, no ano de 2011, o INCRA-SP assentou 401 famílias. Para se ter uma idéia do aumento efetivo da ação do INCRA no Estado de São Paulo, ressalte-se que no ano de 2002, existiam 43 projetos de assentamento.

Em relação ao ano de 2011, a ação de seleção e assentamento de novas famílias alcançou 16,43% da meta para o ano.

Exercício de 2011	TOTAL
Família cadastrada – (Família)	1.506
Família Assentada em Área Desapropriada - (Família)	79
Família Assentada em Área Comprada - (Família)	3
Família Assentada em Área Arrecada - (Família)	3
Família assentada em Área Reconhecida - (Família)	279
Família Assentada em Área Obtida Através de Outras Formas - (Família)	37
Família assentadas em PA's criados em exercícios anteriores – (Família)	382
Total de Famílias Assentadas em PA's criados no exercício atual – (Família)	19

2.3.1.2 Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Promover a identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de

desapropriação ou de aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção

Descrição: Vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção; promoção da declaração de imóveis rurais como de interesse social para fins de reforma agrária; imissão na posse de imóveis rurais desapropriados; provisão de recursos para as despesas com processos administrativos e judiciais, e publicação de editais; apoio logístico por meio de aquisição de máquinas e equipamentos; levantamento de cadeia dominial e registros cartoriais de imóveis; despesas com publicações e notificações a proprietários; custear desmontes e transporte de bens móveis e semoventes nos processos de desapropriações

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Emerson Luis Schmidt

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) =(b+c)		
21.631.0135.8387	A	3	Área Vistoria da (ha)	23.000	23.845,58	0	23.845,58	103,68%	0

Fonte: SIAFI/LOA e SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
166.000	261.380,42	257.428,82	98,49%	238.501,52	91,25%	238.501,52	91,25%

Fonte: LOA e SIAFI

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
16.528,79	1.500,00	12.650,92	2.377,87

Fonte: SIAFI.

A ação de vistoria e avaliação de imóveis rurais é a atividade fundamental para efetivamente realizar Reforma Agrária, já que é a ação que identifica os imóveis passíveis de serem incorporados ao Programa Nacional de Reforma Agrária (vistoria de fiscalização) assim como permite alocar os recursos financeiros necessários a desapropriação dos imóveis (avaliação). Em que pese o corte de gastos foi possível atingir satisfatoriamente a meta almejada.

Conforme tabelas a baixo verifica-se uma drástica diminuição de vistorias de novas áreas, priorizando áreas que já estavam em curso de desapropriação. É o caso da vistoria de avaliação, que permite alocação de recursos para desapropriação; e as vistorias ambientais necessárias para licenciamento junto ao órgão ambiental, fase fundamental que antecede o decreto presidencial.

VISTORIA DE FISCALIZAÇÃO

JANEIRO - DEZEMBRO

Nº PROCESSO	NOME DO IMÓVEL	MUNICÍPIO	ÁREA (ha)	MEDIDA
54.190005462/09-07-SP	FAZ DAS COBRAS	DRACENA	448,4531	
54.190004018/10-08-SP	FAZ IMPERIO	VERGEM G. DO SUL	1841,5049	
			2.281,9049	

VISTORIA DE AVALIAÇÃO

JANEIRO - DEZEMBRO

Nº PROCESSO	NOME DO IMÓVEL	MUNICÍPIO	ÁREA (ha)	AVALIADA
54190.001245/07-78-SP	FAZ PORTAL DO PARAISO I	GALIA / UBIRAJARA	868,2800	
54190.003444/07-11-SP	FAZ RECREIO GL 01	GALIA / UBIRAJARA	378,9944	
54190.000545/07-30-SP	REMANESC. RIO PARANÁ CESP	ANDRADINA	901,3300	
54190.000294/10-99-SP	FAZ GUANABARA - REMANESCENTE	ANDRADINA	257,9715	
54190.001106/98-65-SP	FAZ. COLOMBIA	COLOMBIA	1.952,4889	
54190.003822/10-61-SP	FAZ. SÃO FRANCISCO	IARAS	131,0917	
54190.000595/02-11-SP	FAZ. SÃO JOSÉ	MIRANDÓPOLIS	700,8000	
54190.004002/07-91-SP	SITIO JUCA PINTO / PORTEIRO (CAIXA)	MOGI DAS CRUZES	240,00	
			5.430,9565	

VISTORIA AMBIENTAL
JANEIRO - DEZEMBRO

Nº PROCESSO	NOME DO IMÓVEL	MUNICÍPIO	ÁREA (ha)	MEDIDA
54190.002438/2006-65	SITIO EMILIO POUSADA	ITANHAEM	400,0000	
54190.003175/2006-10	FAZ DO MEIO	CAÇAPAVA	629,2000	
54190.004185/2007-45	HORTO FLORESTAL AIMORÉS	BAURU	5.262,1300	
54190.002332/07-42-SP	FAZ ITAOCA	MONGAGUA	509,1933	
54190.001071/09-13-SP	P.A. SÃO PEDRO	RANCHARIA	1.787,7256	
54190.001106/98-65-SP	FAZ. COLOMBIA	COLOMBIA	1.952,4889	
54190.000362/02-18-SP	FAZ. RETIRO	MIRANDÓPOLIS	2.824,5000	
54190.004416/05-59-SP	FAZ. MACUCO/SÍTIOS REUNIDOS	PINDAMONHANGABA	711,30	
54190001025/01-59-SP	FAZ. TIMBORÉ	ANDRADINA	797,98	
5419000595/02-11-SP	FAZ. SÃO JOSÉ	MIRANDÓPOLIS	700,80	
			15.575,3178	

Desta maneira, somando-se as áreas com vistorias de fiscalização, vistoria de avaliação e vistorias ambientais (**2.281,9049 + 5.430,9565 + 15.575,3178**), chegamos a um total de **23.288,1792**. Considerando que a meta de 2011 é de 23.000 ha, alcançamos ao resultado de **101,25%** da meta atingida.

Há ainda algumas vistorias que, embora não faça parte da ação 8387, foram realizadas no âmbito da Divisão de Obtenção de terras. Trata-se de vistorias realizadas para atendimento do Ministério Público, em áreas de indícios de loteamentos clandestinos. Para realização destas vistorias houve designação de servidor lotado nesta divisão, além de dispêndios com diárias, etc. Portanto achamos por certo incluí-las na meta final de 2011 em decorrência dos recursos disponibilizados para realizá-las.

Nº PROCESSO	NOME IMÓVEL	DO	MUNICÍPIO	ÁREA (ha)	MEDIDA
54190001257/11-89-SP	S/D	REC.	BIRITIBA ASSU	36,30	
54190001332/11-10-SP	CHAC. NATUREZA		BIRITIBA MIRIM	34,90	
54190.001331/11-67-SP	S/D		MOGI DAS CRUZES	2,42	
I. CIVIL Nº 02/10-2	S/D		MOGI DAS CRUZES	7,90	
54190.002333/11-73-SP	S/D		MOGI DAS CRUZES	14,52	
54190001330/11-12-SP	SITIO TOCA DO LEAO		S. L. DO PARAÍTINGA	12,10	
54190001353/11-27-SP	SITIO DOM EMILIO		AMPARO	50,12	
54190001334/11-09-SP	SITIO MARENGO		STA B. D'OESTE	5,50	

54190001333/11-56-SP	CHAC. ESPERANÇA	STA B. D'OESTE	3,06
54190001335/11-45-SP	PRO-AVE	INDAIATUBA	45,98
54190001057/09-94-SP	S/D	SOCORRO	147,62
54190004173/07-11-SP	SITIO S. LAZARO	MOGI GUAÇU	2,30
54190001763/09-53-SP	DESM. FAZ STA CLARA	MORANGABA	186,30
			549,0200

Sendo assim, somando-se às vistorias de fiscalização, vistoria de avaliação, vistorias ambientais e vistorias para atendimento do Ministério Público (**23.288,1792 + 549,0200**), totaliza-se ao valor de **23.837,1992ha** de áreas vistoriadas. Considerando que a meta de 2011 é de 23.000 ha, chegamos ao resultado de **103,63%** da meta atingida.

2.3.1.3 Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover o licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária, proporcionando a regularidade da situação ambiental dos projetos de assentamento de Reforma Agrária, em consonância com compromissos institucionais assumidos quando da assinatura pelo MDA/INCRA e MMA/IBAMA, sob a supervisão do Ministério Público Federal, do Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização ambiental de todos os projetos de assentamento, atendendo ainda ao disposto na Resolução Conama 387/06.

Descrição: Realização de estudos e diagnósticos voltados para o licenciamento ambiental dos projetos de assentamento; obtenção e custeio do licenciamento ambiental prévio; obtenção e custeio do licenciamento de instalação e operação; pagamento de taxas relativas à expedição de licenças e publicações; pagamento de taxas aos órgãos ambientais relativas à averbação da reserva legal.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Carlos Eduardo Portella Sturm

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0135.8374	A	3	Licença Ambiental - Protocolada	45	3	0	3	6,67%	42

Fonte: SIAFI/LOA e SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
348.487	102.550,20	102.410,80	99,86%	89.102,18	86,89%	89.102,18	86,89%

Fonte: LOA e SIAFI

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1.026.978,50	2.589,72	401.819,40	622.569,38

Fonte: SIAFI

O Setor de Licenciamento Ambiental do INCRA-SP gerencia atualmente o licenciamento ambiental de 107 assentamentos junto ao órgão ambiental estadual – CETESB (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo). Conforme já foi informado no Relatório de Gestão 2010, a legislação referente ao licenciamento ambiental no Estado de São Paulo passou por uma reestruturação no ano de 2010, transferindo-se a competência relativa à emissão das licenças (antes centralizada em um único departamento – DAIA/SMA) para as Agências Ambientais locais. Essa mudança ainda reflete na análise dos processos de licenciamento dos assentamentos rurais, os quais foram todos reunidos nas agências (que ainda não estavam capacitadas para essa análise) e, posteriormente, encaminhados para serem analisados pelo Setor de Apoio da Diretoria da CETESB, que por sua vez, está devolvendo cada processo à respectiva agência ambiental, com instruções sobre as complementações que devem ser solicitadas ao INCRA. Essa análise, entretanto, é bastante lenta, devido tanto à quantidade de processos, quanto ao número de funcionários para analisá-los (ressaltando que não são apenas processos de assentamentos federais, mas também dos assentamentos estaduais).

Outro fato relevante quando se trata da transferência do licenciamento ambiental do antigo Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental – DAIA/SMA – para a CETESB, envolve as discussões que foram feitas anteriormente entre o INCRA e a diretoria do DAIA, resultando na orientação desse departamento para que o INCRA protocolizasse os processos de regularização do licenciamento ambiental dos assentamentos por Bacia Hidrográfica ou UGRHI (Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos). Em janeiro de 2.009 foram protocolizados os processos referentes a 17 UGRHIs, agrupando-se os assentamentos pertencentes a cada uma delas.

Atualmente estes processos encontram-se sob análise da CETESB, a qual não aceita o licenciamento por Bacia Hidrográfica ou UGRHI, sendo que para o primeiro desses processos que foi analisado (e único até o momento), a CETESB oficiou o INCRA/SP para que refaça o licenciamento ambiental, agora de acordo com os novos procedimentos exigidos pelo órgão, apresentando nova documentação, como certidões das prefeituras, matrículas atualizadas, plantas e um Memorial de Caracterização de Empreendimento específico para assentamentos, cujo modelo é fornecido no site da CETESB.

2.3.1.4 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Obter áreas rurais por desapropriação ou aquisição direta para implantação de assentamento de trabalhadores rurais.

Descrição: Obtenção de imóveis rurais e indenização de benfeitorias de posseiros em áreas destinadas à reforma agrária, mediante pagamento da terra nua em Títulos da Dívida Agrária - TDA e das benfeitorias em moeda corrente.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Emerson Luis Schmidt.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0135.4460	A	3	Área Obtida (ha)	3.600	4.150,63	0	4.150,63	115,30%	0

Fonte: SIAFI/LOA e SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
7.912.000	3.829.967,35	3.348.838,37	87,44%	55.894,23	1,46%	55.894,23	1,46%

Fonte: LOA/SIAFI

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
481.218,83	-	481.218,83	-

Fonte: SIAFI

A obtenção de terras se dá de três formas: desapropriação (de áreas que não cumprem a sua função social), aquisição (operação de compra direta com o proprietário) e não-onerosa (na prática, terras públicas). As duas primeiras modalidades compreendem pagamento do imóvel, sendo pago em moeda corrente os valores referente a benfeitorias; e a terra nua indenizada em Títulos da Dívida Agrária (TDA).

Na tabela abaixo transcrevemos os imóveis que receberam recursos da ação 4460 no ano de 2011. Há que salientar que a Ação 4460 – Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária refere-se tão somente a descentralização de recursos a título de indenização para a Superintendência, não englobando aqui, a imissão na posse do imóvel propriamente dita.

DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS EM 2011 (AÇÃO 4460)

PROC. 54190.00	IMÓVEL	MUNICIPIO	ÁREA (ha)	NÚM. FAM.
0208/06-61-SP	FAZ. CACHOEIRA	SOROCABA	205,39	13
5163/08-83-SP	FAZ VARGEM DO RIO JUNDIAÍ	MOGI DAS CRUZES	131,25	44
1207/08-04-SP	FAZ BOM JESUS I	INDIAPORA	791,48	53
3094/07-92-SP	FAZ SÃO JOSÉ	ALTAIR	1.353,22	90
2055/07-78-SP	FAZ STA TEREZINHA/ FAZ GUIRATINGA	NV INDEPENDENCIA	516,75	34
0531/08-05-SP	FAZ STA MARIA DA VARZEA	ITAPETININGA	684,17	57
4486/08SP	ESTANCIA SANTO ANTONIO	DRACENA	468,37	38
TOTAL			4.150,63	329

Conforme visto a meta realizada esta de acordo com o previsto, beneficiando cerca de 330 famílias. No ano de 2011 não houve qualquer imprevisto que prejudica-se o planograma estipulado. Além da meta atingida, há ainda, conforme tabela abaixo, outros imóveis que apenas dependem de liberação por parte da Sede/BSB para dar continuidade nos processos de desapropriação.

Aguardando descentralização de recursos

PROC.54190.00	IMÓVEL	MUNICIPIO	ÁREA (ha)	NÚM. FAM.
1248/07-10-SP	FAZ RECREIO / GL 3	GALIA/ UBIRAJARA	404,90	27
1208/08-41-SP	FAZ SÃO VICENTE	INDIAPORA	1.014,35	68
1623/08-02-SP	FAZ RANCHO	PONTALINDA	502,00	40
0611/02-67-SP	FAZ SÃO PEDRO	NOVA INDEPENDENCIA	852,38	66
1245/07-78-SP	FAZ PORTAL DO PARAISO I	GALIA / UBIRAJARA	868,28	25
3095/07-37-SP (3028/08-01 APENSO)	FAZ NS SRA APARECIDA I e II	APARECIDA D OESTE	611,74	31
TOTAL			4.253,66	257

2.3.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias

e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciano Gregory Brunet.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) =(b+c)		
21.122.0135.2272	A	3	Não há	Não há	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI e LOA

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0	5.500,00	5.499,60	99,99%	5.499,60	99,99%	5.499,60	99,99%

Fonte: LOA e SIAFI

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
135.943,57	0	134.091,31	1.852,26

Fonte: SIAFI.

As ações de **Gestão e Administração do Programa** dão suporte a outras atividades-meio da autarquia e que são necessárias à gestão e administração de programas como a implantação e instalação das famílias assentadas, garantindo as condições iniciais de sua subsistência, garantia da segurança alimentar e ao suprimento de suas necessidades básicas, através da aquisição de bens de consumo essenciais e indispensáveis à qualidade de vida. Os recursos inseridos no GAP visam atendimento às ações administrativas como, pagamento de diárias, passagens, publicações, suprimento de fundos que não estejam ligadas diretamente a cada uma das ações compreendidas no Programa e/ou àquelas que envolvam mais de uma ação.

Foram empenhados R\$ 5.499,60. Esses recursos foram utilizados para o acompanhamento e execução das Ações do Programa que compreende pagamentos com locomoção, gastos com diárias, passagens e material de consumo, dentre outras.

2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Desenvolver, recuperar e consolidar assentamentos da Reforma Agrária.

Gerente do programa: Luiz Gugé Santos Fernandes.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: .

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Consolidação de Projetos de Assentamento

Público-alvo (beneficiários): Famílias assentadas.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁴

Principais Ações do Programa

2.3.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Prover ou recuperar os projetos de assentamento rural de infra-estrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Priorização, a partir do levantamento das demandas de infra-estrutura, dos Projetos de Assentamento a serem beneficiados com a implantação ou recuperação de estradas vicinais, rede elétrica, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água etc, visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores	Execução Total (d) =(b+c)		

⁴ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

						(c)			
21.631.0137.8396	A	3	Família Atendida (Unidade)	818	0	1150	1150	140,58	0

Fonte: SIAFI/LOA e SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
4.500.000	12.730.000	12.730.000	100%	934.260	7,34%	934.600	7,34%

Fonte: LOA e SIAFI

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
8.650.521,43	32.868,42	6.423.688,44	2.193.964,57

Fonte: SIAFI.

Foram empenhados R\$ 12.730.000,00 e pago R\$ 934.260,00 o que proporcionou uma execução financeira de 7,34%. O valor empenhado contempla saldo do exercício anterior que pela não descentralização de recursos financeiros foram inscritos em restos a pagar.

As ações de infraestrutura de recuperação e abertura de estradas que se iniciaram no exercício de 2010 que estavam sendo executadas em virtude da continuidade da parceria com a CODASP – Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo – Contrato 051/2009, foram paralisadas no ano de 2011 em razão da insuficiência de recursos financeiros.

No ano de 2011 apenas foram executadas obras de infraestrutura de acesso à água, com a perfuração e instalação de poços tubulares profundos o que propiciou o atendimento a 1.150 famílias.

2.3.2.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prover os projetos de assentamento rural de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Realização de serviços topográficos, levantamento das potencialidades do solo e de suas adversidades naturais e identificação do perímetro das parcelas (lotes).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) =(b+c)		
21.631.0137.8398	A	3	Família Atendida (Unidade)	202	0	0	0	202	202

Fonte: SIAFI/LOA e SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
173.698	0	0	0%	0	0%	0	0%

Fonte:LOA e SIAFI

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1.441.287,69	8.473,80	1.431.126,87	1.687,02

Fonte: SIAFI.

Para o exercício de 2011, houve programação orçamentária e não houve descentralização orçamentária/financeira, não havendo, portanto, programação de atividades para execução da demanda Física.

Porém no ano de 2011, foram iniciados serviços, com empresa contratada, entretanto não foram vistoriados, em razão do contingenciamento financeiro.

2.3.2.3 Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Viabilizar o incremento de renda dos Projetos de assentamentos Rurais, por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiência e potencialidades locais.

Descrição: a) Apoio à implantação e recuperação de agroindústrias: contratação de serviços de consultoria e/ou assessoria técnica para os projetos de agroindústrias existentes e aos novos; capacitação de multiplicadores (técnicos e agricultores); sensibilização e organização de produtores; apoio à realização de

diagnóstico para identificação de oportunidades de negócios; e apoio à implantação e recuperação de edificações e equipamentos b) apoio às ações de inserção mercadológica da produção dos assentados: apoio à realização de pesquisa de mercado; apoio à divulgação e vendas dos produtos da reforma agrária; e apoio ao desenvolvimento de logotipos e embalagens adequadas ao mercado; c) capacitação dos beneficiários (homens e mulheres) e jovens em gestão administrativa, associativismo e cooperativismo, comercialização, processamento de alimentos e boas práticas de fabricação; d) implantação de projetos pluriativos solidários: apoio ao estabelecimento de parcerias institucionais para viabilizar e estruturar os sistemas de produção, tendo em vista uma transição agroecológica; e) valorização dos produtos e serviços oferecidos pelos assentados, apoiando a diversificação das economias e potencialidades locais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Rachel Cossich Furtado

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) =(b+c)		
21.691.0137.4320	A	3	Família beneficiada (Unidade)	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI/LOA

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
0	0	0	0

Fonte: SIAFI.

Para o exercício de 2011, não houve programação orçamentária e tampouco descentralização orçamentária/financeira, não havendo, portanto, programação de atividades para execução da demanda Física

2.3.2.4 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e a entidades públicas ou privadas.

Descrição: a) Conceder documentação às famílias assentadas, a título provisório (concessão de uso) ou definitivo (título de domínio) e às entidades públicas ou privadas, na forma de doação, cessão ou concessão de uso; b) Realização de vistorias periódicas para verificação do cumprimento das cláusulas contratuais; c) Realização de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para retomada das parcelas e reversão do domínio ao INCRA, visando sua redesignação; d) Realização de procedimentos para destinação de áreas remanescentes dos projetos na forma da Lei.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Rachel Cossich Furtado.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) =(b+c)		
21.631.0137.4358	A	3	Família beneficiada (unidade)	37	36	0	36	97,30%	1

Fonte: SIAFI/LOA e SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
5.164	3.819,50	1.475,36	28,57%	237,86	6,23%	237,86	6,23%

Fonte: LOA/SIAFI

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
4.683,24	0	4.658,44	24,80

Fonte: SIAFI.

Já a ação de **Titulação, Concessão de Uso e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento**, tem por objetivo transferir o

domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e a entidades públicas ou privadas. Tal ação se dá mediante a concessão de documentação às famílias assentadas, a título provisório (concessão de uso) ou definitivo (título de domínio) e às entidades públicas ou privadas, na forma de doação, cessão ou concessão de uso; realização de vistorias periódicas para verificação do cumprimento das cláusulas contratuais; realização de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para retomada das parcelas e reversão do domínio ao INCRA, visando sua redestinação; e realização de procedimentos para destinação de áreas remanescentes dos projetos na forma da Lei.

A ação de Titulação, Concessão de Uso e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento alcançou 97,30% da meta para o ano.

Exercício de 2011

Total de Contrato de Concessão de Uso Emitido no Exercício de 2011		36
--	--	----

Como a ação de titulação (concessão de uso) depende de uma série de outras ações dentro de um projeto de assentamento como homologação e demarcação topográfica, além de procedimentos administrativos como orçamento e publicação em DOU para que o título seja emitido, não foi possível atender a todos os beneficiários, ficando como meta para o exercício de 2012.

2.3.2.5 Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Consolidar e emancipar 70 projetos de assentamento originários do Acordo de Empréstimo nº 1248 firmado com o BID e encerrado em 31 de dezembro de 2007.

Descrição: a) Fortalecimento da organização das famílias assentadas e intensificação da participação ativa das mesmas nas tomadas de decisão, na gestão de recursos financeiros e execução de obras, serviços e ações financiadas; b) execução dos planos de consolidação de assentamento - PCA, com investimentos complementares em infra-estrutura socioeconômica; c) monitoramento e acompanhamento do projeto. O escopo desta ação se restringe aos 70 projetos de assentamento não consolidados e emancipados: São João das Neves (MA); Brinco de Ouro, Chico Mendes, Novo Horizonte II, Rosário, Nova Vida II, Guarapes, Canto da Ilha de Cima, Antonio Conselheiro, Bonsucesso, Auora da Serra, Poço Novo e Nova Vida (RN); Jacaré Curitiba I a VIII (SE); Ireno Alves, Nova Fartura e Nova Terra (PR); Santa Alice, Apolo, Recanto, Posto Novo, Bom Será, Cerro dos Munhoz, Piratini, Alegrias, São Manoel, Jaguarão e Vimão (RS); Aldeia, Palmeiras, São

Judas, Sta Guilhermina, Tamarinheiro II, Paiozinho, Taquara e Taquaral (MS); Caetés, Paulo Freire, 14 de agosto, 4 de outubro, 28 de outubro, Sto Antonio da Fatura, Guapirama, Jandira, Sadia II, Vale Verde, Campo Limpo, Vale do Sol, Riozinho, Rio Branco, Fatura e Independente I (MT); e Rio das Pedras, Tapera, Campo Novo, Pontal dos Arantes, Barro Azul, Mamoneiras, Mangal, Saco do Rio Preto, Vazante, Paraíso e Corrente (MG).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Rachel Cossich Furtado.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) =(b+c)		
21.631.0137.10YN	P	3	Projeto Consolidado (Unidade)	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI/LOA e SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: LOA/SIAFI

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
0	0	0	0

Fonte: SIAFI.

Para o exercício de 2011, não houve programação orçamentária e tampouco descentralização orçamentária/financeira, não havendo, portanto, programação de atividades para execução da demanda Física

2.3.2.6 Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Implantar projetos de manejo, recuperação, conservação e monitoramento do uso de Recursos Naturais, visando a recuperação ambiental de áreas protegidas por regramento jurídico e a promoção da gestão ambiental e o manejo florestal em projetos de assentamentos da reforma agrária.

Descrição: Implantação de projetos de recuperação das áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal; realização de práticas tecnológicas que visem à recuperação dos solos; cumprimento das condicionantes definidas pelos órgãos ambientais competentes, no âmbito do licenciamento ambiental, no que se refere à conservação de áreas protegidas por regras jurídicas; estimular a implementação do manejo florestal sustentável e do manejo de fauna como atividade produtiva básica ou complementar dos assentamentos; sensibilização e capacitação dos assentados quanto à importância da conservação e/ou recuperação de áreas degradadas e/ou protegidas; monitorar a utilização dos recursos naturais nos assentamentos; realizar materialização (demarcação/cercamento) das Áreas de Reserva.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Carlos Eduardo Portella Sturm

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) =(b+c)		
21.631.0137.2B06	A	3	Unidade de Família de Produção Atendida (Unidade)	1	0	0	0	0	1

Fonte: SIAFI/LOA e SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
4.584	4.584,00	4.549,02	99,24%	4.549,02	99,24%	4.549,02	99,24%

Fonte: LOA/SIAFI

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
7.130.660,63	28.947,42	1.002.257,26	6.099.455,95

Fonte: SIAFI.

Foram empenhados R\$ 4.549,02 e liquidados R\$ 4.549,02. Em razão da provisão recebida, não foi possível avançar na execução desta ação, não sendo computada nenhuma meta. Os recursos foram utilizados no acompanhamento das ações iniciadas no exercício anterior, ações administrativas com deslocamento, pagamento de diárias, passagens, publicações, suprimento de fundos que estejam ligadas diretamente a cada uma das ações compreendidas no Programa e/ou àquelas que envolvam mais de uma ação.

Dos recursos descentralizados no exercício de 2009, que estão registrados em restos a pagar, cerca de R\$ 7 milhões, estavam em execução, pela CODASP, porém devido à restrição dos recursos financeiros estão paralisados.

Para esta ação, a Superintendência Regional do INCRA-SP vêm desenvolvendo Convênios, Termos de Cooperação, Termos de Compromisso e Termos de Ajustamento de Conduta Estadual com os Órgãos Estaduais de Meio Ambiente e outras entidades com o intuito de promover a regularização ambiental, a reorientação da atividade agrícola em busca de sustentabilidade e a promoção do licenciamento ambiental dos assentamentos.

A execução do programa de meio ambiente nos projetos de assentamento, tem sua base fundamentada em que as áreas ambientais também devem ser objeto de ação governamental, com vistas à sua conservação, do seu restauro e do seu uso sustentável, posto que representa um patrimônio atual, e ao mesmo tempo para as gerações futuras.

Atualmente no Estado de São Paulo, dos 173.691 hectares ocupados pelas 9.637 famílias assentadas, 9.319 hectares são de área de preservação permanente (APP) e 33.516 hectares de área de reserva legal (RL).

É comum encontrar nos processos de obtenção de áreas para fins de reforma agrária, em sua grande maioria, propriedades que não cumpriram a legislação ambiental e por consequência apresentavam vastas áreas degradadas. Isto porque, não existia nestas áreas reserva legal vegetada; as áreas de preservação permanente estavam degradadas, e os solos utilizados sem nenhuma prática conservacionista.

Por isso, o programa de meio ambiente deve visar à recuperação e conservação dos recursos naturais nos projetos de assentamento, tratando inclusive o elemento água, para além da discussão com os assentados, haja vista a sua importância para atender ao consumo humano, animal e no uso agrícola para o desenvolvimento dos projetos de assentamento.

2.3.2.7 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Dar condições iniciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas pelo INCRA por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades.

Descrição: Concessão de crédito individual aos assentados e assentadas da reforma agrária, para auxiliar na construção e recuperação de unidades habitacionais, segurança alimentar e atividades produtivas, sendo a aplicação, preferencialmente, na forma coletiva; Concessão de crédito adicional que vise proporcionar a segurança hídrica às famílias localizadas na região do Semi-Árido Brasileiro.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) =(b+c)		
21.631.0137.0427	OP	3	Família Atendida (Unidade)	8.213	65	0	65	0,79%	8.148

Fonte: SIAFI/LOA e LOA

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
29.054.860	26.220.728,54	18.312.728,54	69,84%	228.128,54	0,87%	228.128,54	0,87%

Fonte: LOA e SIAFI

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
25.269.000,00	0	8.983.200,00	16.285.800,00

Fonte: SIAFI.

A Ação Concessão de Crédito Instalação às famílias assentadas contribui para o alcance dos objetivos direcionados às fases de implantação e recuperação dos Projetos de Assentamento e proporciona aos assentados os meios para suprir

demandas, por ventura existentes, de moradia, de subsistência, e de geração de renda, observadas as especificidades locais, com vistas a dar condições de uma instalação mais digna às famílias nas parcelas e fomentar o desenvolvimento das atividades econômicas dos assentamentos.

Além de dar suporte inicial para ocupação da parcela recebida pelo programa, o crédito interliga-se a outras atividades e iniciativas governamentais indispensáveis à promoção do desenvolvimento rural sustentável nos assentamentos, com destaque para o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER e Capacitação de Assentados, obras de saneamento e abastecimento de água (poços e cisternas), e o Programa Luz Para Todos, realizado pelo Ministério de Minas e Energia. Assim, a Ação Concessão de Crédito Instalação articula-se e integra-se às políticas públicas de assistência técnica, extensão rural, eletrificação rural e saneamento básico, necessárias ao desenvolvimento dos Projetos de Assentamento.

Vale ressaltar que essas alterações contribuíram no atendimento às necessidades das famílias assentadas nos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, e adequaram os valores a parâmetros competitivos de mercado. Os recursos são repassados às contas correntes (bloqueadas) vinculadas às associações ou aos representantes dos assentados por meio de contrato de prestação de serviços celebrados entre o INCRA e as Instituições Financeiras responsáveis pela sua operacionalização.

Para o exercício de 2011, havia uma programação de se atender 8.213 famílias com R\$ 29.054.860,00. contudo, houve uma execução de 0,79% na meta física com o atendimento de apenas 65 famílias e na meta física de 0,87% na financeira.

Isso decorre devido a demora na descentralização dos recursos orçamentários e falta dos recursos financeiros. No geral foram descentralizados R\$ 26.220.728,54, e empenhados R\$ 18.312.728,54 o que corresponde a 69,84%. Do valor empenhado foram pagos R\$ 228.128,54 ou 0,87%.

Diante desta situação cabe ponderar que gradativamente os recursos orçamentários e financeiros vêm ano após ano em um ciclo decrescente, gerando um passivo classificado em restos a pagar por dois anos consecutivos, acarretando uma série de interrupções na execução das políticas públicas de desenvolvimento dos projetos de assentamento, aos quais descrevo abaixo:

➤ A disponibilização de recursos orçamentários, sem a previsão de recursos financeiros para suprimir o passivo em restos a pagar de exercícios anteriores, promove uma frustração para as famílias assentadas bem como ao corpo técnico da divisão de desenvolvimento.

➤ A falta de recursos financeiros bem como sua previsão acarreta também a diminuição de fornecedores interessados em participar dos processos de cotação/orçamento de produtos/serviços realizados pelas famílias assentadas em conjunto com as equipes de ATER e servidores do INCRA-D.

➤ A não descentralização dos recursos num cronograma planejado, inviabiliza toda e qualquer discussão sobre a efetiva aplicação do Plano de Desenvolvimento do Assentamento/ Plano de Recuperação do Assentamento e do Plano de Exploração Anual. Sendo necessário refazer todo um cronograma de ações ao longo do ano.

➤ As modalidades do programa crédito instalação são interrompidas subseqüentemente, pois é necessária a conclusão de determinadas modalidades para que sejam iniciadas outras.

➤ Conseqüentemente as demais políticas públicas como eletrificação rural (Luz pra Todos), programa de aquisição de alimentos (PAA-CONAB), Saneamento Básico (FUNASA), Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e a PNATER ficam desarticuladas e em alguns momentos impossíveis de serem acessadas pelas famílias assentadas.

➤ Situações adversas como a depreciação pública da autarquia em não honrar seus compromissos assumidos.

➤ A desvalorização do poder de compra das famílias assentadas e o aumento inflacionário que estas podem sofrer pelo mercado local

➤ Com este descompasso entre os recursos orçamentários e financeiros, gera também o não atendimento integral ao conjunto das famílias assentadas num mesmo projeto de assentamento, pois haja vista que estas passam por um processo de seleção com um cronograma e procedimento processual específico conforme instruções e normativos próprios. Ilustro da seguinte maneira:

Um projeto de assentamento criado a mais de dois anos, ao qual no início do ano passado teve apenas 2/3 (dois terços) da sua capacidade preenchida pelas famílias homologadas nos devidos lotes produtivos, recebe o provisionamento dos recursos, no entanto o restante das famílias, ou seja 1/3(um terço) que seja devidamente homologado seis meses depois, pode não receber os recursos naquele ano e ficar até 12 meses ou mais aguardando a vinda do restante dos recursos, causando a falsa idéia de que a Superintendência ou seus agentes estejam privilegiando algumas famílias em detrimento de outras.

2.3.2.8 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) =(b+c)		
21.122.0137.2272	A	3	Não há	Não há	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI e LOA

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
590.000	1.169.841,95	1.162.460,25	99,37%	683.767,53	58,45%	683.767,53	58,45%

Fonte: LOA e SIAFI

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
132.157,02	0	16.529,12	115.627,90

Fonte: SIAFI.

Esta ação contribuiu para o alcance das metas institucionais das demais ações deste programa promovendo o acompanhamento, o monitoramento

e a fiscalização dos projetos de assentamento. Por ser uma ação de suporte à consecução de serviços técnicos e administrativos, esta ação custeia desde diárias e passagens até formulação e divulgação de políticas públicas. Os recursos desta ação custearam também diárias para o gabinete da superintendência e a procuradoria federal especializada.

2.3.3 Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo

Objetivos Específicos: Conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra, bem como assegurar a gestão fundiária nas terras públicas e incorporar as terras federais à reforma agrária.

Gerente do programa: Richard Martins Torsiano.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de destinação de Terra Pública, Taxa de Ocupação Territorial Aparente, Taxa de Atualização do Sistema Nacional de Cadastro Rural; Taxa de Georreferenciamento de Áreas Rurais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis até quatro módulos fiscais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis Rurais; Taxa de Ocupação Territorial Aparente; Taxa de Regularização de Imóveis Rurais até quatro módulos fiscais.

Público-alvo (beneficiários): Detentores a qualquer título de imóveis rurais, nacional e estrangeiro, serviços registrares de imóveis, profissionais e entidades envolvidas com a questão agrária e agrícola.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁵

⁵ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.3.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Auferir qualidade e funcionalidades à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis rurais para fins de: registro imobiliário; de controle de aquisição de terras por estrangeiro; de controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e de identificação daqueles passíveis de ações de reforma agrária, bem como os flagrados com trabalho escravo pelos órgãos públicos competentes. Modelar e implementar o Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos - SGBD, de forma a permitir o conhecimento da malha fundiária, do uso e cobertura do solo do país. Manter o acervo do cadastro rural existente, em microfilmes, microfichas e digitalização de novos documentos. (alteração no PPA 2011)

Descrição: a) Captação, análise e crítica aos dados literais dos imóveis rurais, certificando sua regularidade e informações sobre detenção e uso temporário apresentado por iniciativa do detentor, ação de recadastramento ou levantamento in loco (vistoria de fiscalização);

b) inserção em sistema informatizado que permite a classificação fundiária do imóvel rural, a emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, lançamento, cobrança e controle da arrecadação da Taxa de Serviços Cadastrais e intercâmbio de informações entre o INCRA e os Serviços Registrais;

c) qualificação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC, localizadas em todas as prefeituras municipais do país;

d) fonte de informações para os estudos no estabelecimento dos índices de rendimento de produtos vegetais, extrativos florestais e para a pecuária, no cálculo do Grau de Utilização da Terra - GUT e Grau de Eficiência na Exploração - GEE, e na fixação do Módulo Fiscal Municipal, base para a classificação dos imóveis quanto à produtividade e tamanho;

e) produção de dados do Plano Geral de Estatísticas - PGE;

f) geração de informação que subsidiem políticas agrárias, agrícolas e de controle social; e

g) base das informações para o controle e registro das aquisições de imóveis rurais por estrangeiros.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Evandro Carlos Miranda Cardoso

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.125.0138.2105	A	3	Imóvel Gerenciado	17.810	26.621	0	26.621	149,47%	0

Fonte: SIAFI/LOA e SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
160.290	78.790,00	67.680,34	85,90%	17.680,34	22,44%	17.680,34	22,44%

Fonte: LOA e SIAFI

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
71.737,00	0	71.731,00	0

Fonte: SIAFI.

De acordo com as informações extraídas do Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, no período de janeiro a dezembro de 2011, foram gerenciados 26.621 imóveis rurais localizados neste estado de São Paulo. A meta prevista para o ano de 2011 foi estimada em 17.810 imóveis e o executado 26.621, resultando em 8.811 imóveis gerenciados acima da meta estabelecida para 2011 com percentual de 149,14% de meta realizada.

Embora a meta tenha sido superada, o número de imóveis gerenciados em 2011 deveria ser de aproximadamente 30.000 imóveis, uma vez que, não foi possível analisar e processar até o mês de dezembro todas as declarações apresentadas em 2011.

O maior problema enfrentado foi a constante instabilidade e erros do SNCR, que impossibilitaram a realização contínua dos trabalhos. Outro fator importante foi a falta de servidores para a execução dos trabalhos. Estes fatos acarretaram grande atraso na análise e processamento das declarações para cadastro de imóveis rurais durante todo o ano de 2011.

Em 2011 foram firmados 27 Termos de Cooperação Técnica com as Prefeituras Municipais totalizando 235 termos vigentes.

2.3.3.2 Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Localizar geograficamente os imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, identificando seus limites, uso e aptidão, incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, melhorando a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliação da Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC. Reestruturação e ampliação dos Comitês Regionais de Certificação. Padronizar e Sistematizar a coleta de dados espaciais, bem como o fluxo destes entre as Superintendências Regionais e a Sede do INCRA. Integrar as informações georreferenciadas com serviços de Registro Imobiliários e demais Entes Públicos. Efetuar o Georreferenciamento das áreas públicas com seus limites referenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro, conforme previsto na Lei 10.267 de 2001.

Descrição: Localização geográfica dos limites e uso da terra dos imóveis rurais, através de levantamento de campo, com auxílio de tecnologia de posicionamento global (GPS) e Sensoriamento Remoto, constituindo o Sistema de Informações Geográficas - SIG Corporativo do INCRA, melhorando assim, a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliar a Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Evandro Carlos Miranda Cardoso.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) =(b+c)		
21.127.0138.4426	A	3	Área Georreferenciada (há)	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI/LOA e SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0	479.972,40	479.972,40	100%	0	0	0	0

Fonte: LOA e SIAFI

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
0	0	0	0

Fonte: SIAFI.

O INCRA-SP através de procedimento licitatório, pregão eletrônico, realizado em 2011 contratou a empresa TOPOSAT Engenharia para execução dos trabalhos de análise de processos de certificação.

No ano de 2011 foram certificados 824 processos num total de 3.056 atingindo assim 26,96 % da meta prevista para o ano de 2011.

2.3.3.3 Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais e Urbanos

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Regularizar a situação jurídica de posseiros e populações tradicionais com expedição de títulos de domínio ou concessão de direito real de uso incluindo a ratificação de títulos já emitidos, objetivando o ordenamento fundiário.

Descrição: Análise conclusiva de processos administrativos de regularização fundiária de imóveis rurais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) =(b+c)		
21.127.0138.2110	A	3	Imóvel Regularizado	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI/LOA e SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: LOA e SIAFI

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
0	0	0	0

Fonte: SIAFI.

Para o exercício de 2011, não houve programação orçamentária e tampouco descentralização orçamentária/financeira, não havendo, portanto, programação de atividades para execução da demanda Física

2.3.3.4 Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Retomar terras públicas irregularmente ocupadas, de forma a combater a grilagem e outras formas de ocupações ilícitas, por meio de ações judiciais.

Descrição. Abertura de processos administrativos de retomadas de terras da União ocupadas de forma ilícita, mediante ação judicial; vistoria, avaliação e demarcação de imóveis previamente identificados como irregulares; indenização de benfeitorias úteis e necessárias edificadas de boa fé.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Produto/ Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) =(b+c)		
21.127.0138.8380	A	3	Área com Processo Impetrado (ha)	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI/LOA e SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: LOA

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
0	0	0	0

Fonte: SIAFI.

Para o exercício de 2011, não houve programação orçamentária e tampouco descentralização orçamentária/financeira, não havendo, portanto, programação de atividades para execução da demanda Física

2.3.3.5 Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Diagnosticar e destinar as terras públicas a serem regularizadas.

Descrição. Realização de diagnóstico fundiário; efetivação da matrícula das terras devolutas, em nome do INCRA, após o processo discriminatório; cadastramento dos ocupantes e das ocupações; estudos e análises do mercado de terras; articulação interinstitucional, audiências públicas, publicidade de utilidade pública. (texto do PPA 2008/2011, alterada em 2011).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marrek Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.127.0138.8378	A	3	Área Diagnosti cada/ha	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI/LOA e SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: LOA

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
0	0	0	0

Fonte: SIAFI.

Para o exercício de 2011, não houve programação orçamentária e tampouco descentralização orçamentária/financeira, não havendo, portanto, programação de atividades para execução da demanda Física

2.3.3.6 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Evandro Carlos Miranda Cardoso.
Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) =(b+c)		
21.122.0138.2272	A	3	Não há	Não há	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI e LOA

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
182.174	185.174,00	185.174,00	100%	160.317,07	86,58%	160.317,07	86,58%

Fonte: LOA e SIAFI

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
661,18	0	661,18	0

Fonte: SIAFI.

Esta ação contribuiu para o alcance das metas institucionais das demais ações deste programa promovendo o acompanhamento, o monitoramento e a fiscalização dos projetos de assentamento. Por ser uma ação de suporte à consecução de serviços técnicos e administrativos, esta ação custeava desde diárias e passagens até formulação e divulgação de políticas públicas. Os recursos desta ação custearam também diárias para o gabinete da presidência, a procuradoria federal especializada

2.3.4 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Gestão de Políticas Públicas

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de desenvolvimento agrário.

Gerente do programa: Márcia da Silva Quadrado.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: não tem.

Público-alvo: Servidores.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁶

Principais Ações do Programa

2.3.4.1 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Descrição: Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Anselmo Silva Costa.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) =(b+c)		
21.128.0139.4572	A	3	Servidor Capacitado (unidade)	45	112	0	112	248,89%	0

Fonte: SIAFI/LOA e SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
19.395	20.590,39	20.590,39	100%	18.997,47	92,26%	18.997,47	92,26%

Fonte: LOA e SIAFI

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
7.020,91	0	6.074,35	946,56

Fonte: SIAFI.

⁶ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

As ações de capacitação, no âmbito da Administração Pública Federal, seguem as diretrizes estabelecidas pelo Decreto 5.707, de 23 e fevereiro de 2006, que instituiu as bases para o desenvolvimento de pessoal da administração pública federal, e trouxe o modelo de Gestão por Competências, cuja metodologia é a gestão da capacitação orientada para o desenvolvimento do conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho das funções dos servidores, visando ao alcance dos objetivos da instituição.

As oportunidades de capacitação foram oferecidas nas diferentes modalidades, como por exemplo: cursos presenciais, à distância, oficinas, seminários e congressos.

Na execução física das ações de capacitação, a Superintendência Regional de São Paulo superou a meta prevista na PO 2010, em função das ações internas de treinamento e do cômputo de um mesmo servidor participar de diversos eventos de capacitação.

As ações de treinamento/capacitação dos servidores desta SR-08 foram definidas através de levantamentos realizados junto às diversas unidades e seus servidores, bem como as demandas pontuais.

Os treinamentos contemplaram os segmentos Técnico Finalístico, Técnico Administrativo, Gerencial, Informática e Comportamental.

As metas programadas foram superadas em função das iniciativas internas de capacitação.

No quadro abaixo estão relacionadas as capacitações realizadas no exercício de 2011:

Capacitação de Servidores Públicos Federais do INCRA
Superintendência Regional de São Paulo
Exercício de 2011

Curso	Participantes	Período	Horas-Aula	Local
Curso Licenciamento Ambiental Prévio e de Instalação	16	29/03	8h	São Paulo-SP
Mestrado em Ciências da Comunicação Pública	01	03/2011 a 08/2012	1440	São Paulo-SP
Curso Superior em Políticas e Instrumentos de Gestão Ambiental	01	25/04 a 25/07	270	Madri-Espanha
As 7 Dimensões da Comunicação`	01	14/04	8	São Paulo
A Força de um Grande Líder	01	15/04	4	São Paulo
Oficina Nac.Sobre Fiscalização e Monitoramento de Contratos de ATER no âmbito do INCRA	02	14 a 15/04	16	Brasília
Congresso Nacional dos Peritos Federais Agrários	07	03 a 05/05	24	Brasília-DF
Capacitação no Sistema de Gestão de Proc. Disciplinares-CGU-PAD	02	01/06	8	Brasília-DF
Curso SICONV – Curso Prático	09	17 a 10/08	24	São Paulo-SP
Uso GPS JUNO-JB e Softwares Terrasync Pathfinder Office	23	15 a 18/08	32	São Paulo-SP
Seminário Internacional de Direito Constitucional	02	19 a 20/09	6	São Paulo-SP
Audiências Trabalhistas: Procedimentos com Foco na Atuação do Preposto	01	13/09	3	São Paulo-SP

Capacitação na Elaboração de Mapas Temáticos com a Ferramenta QuantumGis	17	03 a 07/10	40	São Paulo-SP
Curso de Retenção de Tributos pelos Órgãos da Administração Pública	01	24 a 25/10	16	São Paulo-SP
Mesa Redonda “Quilombos de São Paulo: trajetórias, reflexões e políticas públicas”	24	22/11	3,5	São Paulo-SP
IV Simpósio de Restauração Ecológica	02	16 a 18/11	32	São Paulo-SP
Tomada de Contas Especial-Apuração de Responsabilidade	02	05 a 06/12	16	Brasília-DF
T O T A L	112	--,--	3.909	--,--

2.3.5 Programa 1120 – Paz no Campo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Universalizar os direitos, paz, qualidade de vida e justiça social no meio rural.

Objetivos Específicos: Reduzir a violência no campo com mecanismos de prevenção e mediação de conflitos agrários e garantia dos direitos humanos.

Gerente do programa: Gercino José da Silva Filho.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:.

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Assassinatos decorrentes de conflitos agrários.

Público-alvo (beneficiários): Famílias no campo nas condições de acampados, assentados, agricultores familiares, as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e garimpeiras, e os trabalhadores atingidos por barragens.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁷

Principais Ações do Programa

2.3.5.1 Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Ação orçamentária

Finalidade: Articular junto à Ouvidoria Agrária Nacional e as diferentes esferas governamentais e não-governamentais, o atendimento das demandas das famílias acampadas, incluindo-se as vítimas de trabalho escravo, minimizando o impacto das dificuldades enfrentadas, contribuindo para a garantia dos direitos humanos e iniciando um processo de informação e formação para a inclusão social e produtiva dessas famílias.

Descrição: a) apoio jurídico às famílias acampadas com o objetivo de garantir o respeito aos direitos humanos, ao facilitar seus acesso a serviços advocatícios e de expedição de documentos; b) apoio jurídico, social e psicológico aos vitimizados pela escravidão; c) apoio técnico às famílias acampadas visando a capacitação técnica para a produção agrícola; e d) apoio social às famílias acampadas, visando melhoria das condições de vida e da segurança alimentar, por meio da atenção médico-psicológica e logística para as famílias despejadas ou vítimas de violências no campo.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciano Gregory Brunet

Unidades executoras: Superintendências Regionais

⁷ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) $(d*100/a)$	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.1120.2109	A	3	Família Acampada Assistida (unidade)	0	10.100	0	10.100	100%	0

Fonte: SIAFI e SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0	90.596,37	90.596,37	100%	90.596,37	100%	90.596,37	100%

Fonte: SIAFI

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
3.209,42	0	1.600,00	1.609,42

Fonte: SIAFI.

Cumprimento das metas físicas - No exercício de 2011 não existiu meta física a ser cumprida na Programação Orçamentária – P.O.

Meta realizada apresenta o número de 15.716 (quinze mil setecentos e dezesseis).

Desse número, 10.100 (dez mil e cem) referem-se ao número de famílias atendidas com cestas básicas, essas famílias não são as mesmas atendidas em todas as etapas de entregas das cestas, há uma alternância grande no número delas dentro dos acampamentos. Mesmo esses acampamentos, variam, pois há cisões, fusões, extinções e criações de novos acampamentos.

O restante, 5.616 (cinco mil, seiscentos e dezesseis) refere-se a ações oriundas de outras formas de atendidas, excluídas a entrega das cestas básicas, tais como entrega de lonas, visita a acampamentos, acompanhamento de cumprimento de liminares de reintegrações de posse, e principalmente, atendimento telefônico.

O número de famílias acampadas oscilou durante o ano 2011, devido às dinâmicas dos diversos movimentos sociais, que invariavelmente implica na saída e entrada de famílias em um acampamento de trabalhadores rurais sem terra. O número de acampamentos girou em torno de 160 (cento e sessenta), porém o número de famílias vem caindo gradualmente durante o ano de 2011.

A SR (08) / São Paulo realiza recadastramentos das famílias acampadas, ainda assim não é possível realizá-los em todos existentes, porém através de contatos telefônicos realizados, acreditamos o número atual do estado de São Paulo gira em torno de 8.800 (oito mil e oitocentas) famílias.

Durante o ano de 2011, o setor desenvolveu as seguintes ações:

- Entrega de lonas doadas pela Ouvidoria Agrária Nacional, às famílias de trabalhadores rurais sem terra em estado de periculosidade habitacional.
- Cadastramento de trabalhadores rurais sem terra candidatos ao Programa Nacional de Reforma Agrária. Também é utilizado para efeitos previdenciários e de apoio à quantificação de cestas básicas, nos locais de acampamento.
- Entrega de cestas básicas a trabalhadores rurais sem terra, via convênio Conab x MDS x Incra, visando garantir a segurança alimentar.
- Acompanhamento de cumprimento de liminares de reintegração de posse pela Polícia Militar estadual, visando apoio jurídico às famílias em iminência de despejo.
- Atendimento telefônico de famílias de trabalhadores rurais sem terra.
- Visita a acampamentos de trabalhadores rurais sem terra visando levantamento de informações e estratégias que possam subsidiar as ações da Superintendência Regional.
- Apoio social, psicológico às famílias de trabalhadores rurais sem terra vítimas de violência no campo.
- Mediação entre as partes em conflito fundiário e instâncias de governo: reuniões com lideranças, entidades de apoio, representantes dos envolvidos e contatos com órgãos governamentais, poder judiciário e polícia militar.

Ações que apresentaram problemas na execução – o maior problema é a falta de funcionários para a realização de todas as ações, é urgente a necessidade de se fomentar a área com funcionários. O desenvolvimento das entregas de cestas básicas deveria ser retomado ao seu ministério de origem – MDS – Ministério do Desenvolvimento Social, pois sobrecarrega em demasia as ações-fim desse setor.

2.3.6 Programa 1336 – Brasil Quilombola

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a equalização do acesso aos serviços públicos e aos direitos sociais básicos para as comunidades remanescentes de quilombos e comunidades de terreiros.

Objetivos Específicos: Assegurar às comunidades remanescentes de quilombos a propriedade de suas terras, desenvolvimento econômico sustentável, infra-estrutura adequada para suas atividades, melhoria das condições de vida, preservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial e capacidade para exercer controle efetivo sobre as políticas públicas que lhes são destinadas.

Gerente do programa: Givânia Maria da Silva

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Atendimento às Comunidades Remanescentes de Quilombos por Ações de Fomento ao Desenvolvimento Local e Sustentável; Taxa de Evolução de Comunidades Certificadas como Remanescentes de Quilombos; Taxa de Evolução de Comunidades Quilombolas com Terras Tituladas.

Público-alvo (beneficiários): População de comunidades remanescentes de Quilombos.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁸

Principais Ações do Programa

2.3.6.1 Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Regularizar a posse das terras dos remanescentes de quilombos.

Descrição: Elaboração de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; publicação de RTID; Cadastramento das famílias quilombolas; Consulta aos órgãos competentes do Governo Federal; notificação às partes interessadas; análise e julgamento de contestações; Publicação de portaria de Reconhecimento do território; emissão de Decreto de desapropriação; Vistoria e avaliação de imóveis de ocupantes não quilombolas; Encaminhar os não quilombolas para reassentamento, em caso de público da reforma agrária; Demarcação e titulação de território (texto do PPA 2008/2011, alterado em 2011).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.127.1336.1642	P	3	Área Reconh	263	0	0	0	0	263

⁸ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

			ecida/ha					
--	--	--	----------	--	--	--	--	--

Fonte: SIAFI/LOA e SIR SR-08 F4

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
87.768	44.000,00	43.551,48	98,98%	31.737,56	72,13%	31.709,55	72,07%

Fonte: LOA e SIAFI

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
7.782,18	0	7.000,00	782,18

Fonte: SIAFI.

Foram empenhados R\$43.551,48 e liquidados R\$ 31.737,56, o que representou uma execução financeira de 72,13% das provisões recebidas. O valor recebido pela UJ foi bastante próximo do estimado na PO 2011

Dentro do Programa Brasil Quilombola, do Governo Federal, o INCRA foi incumbido da competência para a regularização fundiária dos territórios ocupados pelas comunidades remanescentes de quilombolas e tem as seguintes atribuições e ações a desempenhar:

- Identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sem prejuízo da competência concorrente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (art 3º do Decreto 4.887/03). Isso significa que, uma vez identificados e discriminados os regimes de domínio de determinado território, caberá ao INCRA a regularização das terras públicas federais e dos territórios particulares (desapropriação); a transferência do domínio das terras devolutas (estaduais) aos remanescentes de quilombo é de competência dos respectivos órgãos estaduais. Para essa atribuição, segue-se o procedimento atualmente estabelecido na Instrução Normativa nº 57 do INCRA, que inclui tarefas como: executar o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) dos territórios pleiteados; notificar seus ocupantes e confinantes; acolher e analisar as manifestações referentes à identificação territorial realizada; analisar, junto aos demais órgãos competentes, as situações em que os territórios identificados se sobreponham a unidades de conservação, terras indígenas ou outras áreas de interesse da União e dos Estados; analisar a dominialidade dos imóveis incidentes sobre o território identificado; propor a edição de decreto-desapropriação, quando for o caso, sobre as áreas particulares incidentes nos territórios remanescentes de quilombo identificados e formalmente reconhecidos pela Presidência do INCRA.
- Quanto à publicação dos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID), muitas comunidades remanescentes de quilombo já possuem estudos de reconhecimento realizados pela Fundação ITESP, órgão do governo do Estado de São Paulo, com base em lei estadual específica. Acolhidos pela equipe técnica do INCRA, estes estudos são complementados e adequados à legislação federal pertinente (Decreto nº 4.887/03 e Instrução Normativa INCRA nº57/09), permitindo assim sua publicação.

- Após analisadas e julgadas eventuais contestações aos RTIDs (em duas instâncias), encaminha-se o processo para a Presidência do INCRA em Brasília, para a publicação de Portaria de Reconhecimento do território identificado. É após a etapa de reconhecimento que podem ser tomadas as ações necessárias à titulação dos territórios – avaliação dominial; proposta de edição de decreto desapropriatório para as áreas particulares; avaliação de terra nua e benfeitoria para as áreas particulares, visando o pagamento de indenizações (Ação 0859).
- Além disso, conforme o Artigo 15 do Decreto nº 4.887/03: “Durante o processo de titulação, o INCRA garantirá a defesa dos interesses dos remanescentes das comunidades dos quilombos nas questões surgidas em decorrência da titulação das suas terras”. A Procuradoria do INCRA, respaldada pela equipe técnica do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas desta Superintendência, atua em qualquer pólo (ativo ou passivo) e em qualquer instância, na defesa dos interesses dos remanescentes das comunidades dos quilombos, inclusive antes da existência de processo de desapropriação, na defesa da posse de seus territórios. Atualmente, por exemplo, estamos atuando na defesa dos interesses quilombolas em processos de conflitos de luta pelo território das comunidades de Cambury, Caçandoca e Porcinós.

Análise das metas e resultados – Exercício 2011:

Ao longo do exercício de 2011, foram alcançados os seguintes indicadores de metas, no âmbito da Ação 1642:

- Em agosto, foi publicado o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (**RTID**) da Comunidade Remanescente de Quilombo de **Galvão** (cuja execução fora iniciada em exercício anterior), localizada nos municípios de Eldorado e Iporanga, com área de **2.177,17 hectares** e **29 famílias**;
- Ressalte-se que também está concluído e já aprovado pelo Comitê de Decisão Regional (CDR) o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) da Comunidade Remanescente de Quilombo de **São Pedro** (cuja execução fora iniciada em exercício anterior), localizada nos municípios de Eldorado e Iporanga, com área de 3.179,27 hectares e 39 famílias. A publicação do RTID no Diário Oficial da União e no Diário Oficial do Estado de São Paulo só não ocorreu no presente exercício por falta de recursos financeiros.
- Ao longo do exercício de 2011, foram concluídos 4 (quatro) **Laudos de Vistoria e Avaliação** de Imóveis incidentes sobre territórios quilombolas decretados para desapropriação, sendo 2 (dois) imóveis incidentes sobre a comunidade do **Cafundó** (Salto de Pirapora-SP) e 2 (dois) imóveis incidentes sobre a comunidade de **Brotas** (Itatiba-SP), totalizando **150,33 hectares** avaliados.
- Ao longo do exercício de 2011, foram produzidos e enviados ao INCRA-Sede 06 (seis) **Conjuntos Avaliação Quilombola**, referentes aos 4 (quatro) imóveis incidentes sobre o Território da comunidade do **Cafundó** (Salto de Pirapora-SP) e aos 2 (dois) imóveis incidentes sobre o Território da comunidade de **Brotas** (Itatiba-SP);
- Ao longo do exercício de 2011, foram ajuizadas as 06 (seis) **ações judiciais de desapropriação por interesse social** correspondentes aos imóveis avaliados e objetos de Conjunto Avaliação Quilombola mencionados (Comunidade remanescentes de quilombo

de **Cafundó** e **Brotas**). Todas as ações já contam com os recursos desapropriatórios depositados em juízo, e aguardam tão somente as determinações judiciais para efetivo pagamento das indenizações correspondentes e titulação definitiva das comunidades em tela (para maiores detalhes, ver **Ação 0859**).

- Quanto à publicação dos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) dos demais territórios, aguarda-se a alocação de novos servidores junto ao Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas desta Superintendência, no exercício de 2012, que deve permitir que estas publicações ocorram em maior número e com maior celeridade, especialmente nos casos de comunidades já contempladas com estudos de reconhecimento previamente realizados por outros órgãos relacionados à questão quilombola (por exemplo, Fundação ITESP, Ministério Público Federal). Para estes casos, será fundamental a alocação de Peritos Federais Agrários (Engº Agrônomos) na equipe multidisciplinar que deverá executar a complementação dos relatórios antropológicos para a completa instrução do RTID.

Processos em trâmite:

- Durante o exercício de 2012, a equipe da Superintendência do INCRA em São Paulo, deu encaminhamento aos trabalhos da ação, de acordo com as diversas fases em que se encontram. Segue abaixo o quadro com todos os processos de reconhecimento e titulação de comunidades remanescentes de quilombos em trâmite na UJ. As comunidades listadas em *itálico* já tiveram seu Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) publicado pela SR-08:

Nº Processo (54190.)	Data de abertura	Comunidade	Município
002551/2004-89	08/10/04	Cafundó	S. Pirapora
003179/2004-28	09/12/04	Mandira	Cananéia
003180/2004-52	09/12/04	Sapatu	Eldorado
003181/2004-05	09/12/04	Jaó	Itapeva
003183/2004-96	09/12/04	Capivari	Capivari
003184/2004-31	09/12/04	Pedro Cubas de Cima	Eldorado
003185/2004-85	09/12/04	André Lopes	Eldorado
000476/2005-01	23/02/05	Ivaporunduva	Eldorado
000474/2005-11	23/02/05	Galvão	Eldor./Ipor.
000475/2005-58	23/02/05	São Pedro	Eldor./Ipor.
000473/2005-69	23/02/05	Pilões	Iporanga
000477/2005-47	24/02/05	Caçandoca	Ubatuba
001044/2005-17	05/04/05	Poço Grande	Iporanga
001218/2005-33	02/05/05	Cambury	Ubatuba

001212/2005-88	02/05/05	Fazenda	Ubatuba
001267/2005-76	09/05/05	Brotas	Itatiba
001281/2005-70	10/05/05	Porto Velho	Iporanga
001485/2005-19	31/05/05	Cangume	Itaoca
001541/2005-15	07/06/05	Morro Seco	Iguape
001655/2005-57	30/06/05	Bombas	Iporanga
001694/2005-54	12/07/05	Maria Rosa	Iporanga
001696/2005-43	12/07/05	Pedro Cubas	Eldorado
001697/2005-98	12/07/05	Nhungara	Eldor./Ipor.
001698/2005-32	12/07/05	Praia Grande	Iporanga
003820/2005-13	25/10/05	Varadouro	Cananéia
003821/2005-50	25/10/05	Santa Maria	Cananéia
003822/2005-02	25/10/05	Taquari	Cananéia
003823/2005-43	25/10/05	Reginaldo	Barra do Turvo
003824/2005-93	25/10/05	Porto Cubatão	Cananéia
000360/2006-44	17/02/06	Boa Esperança	Eldorado
001641/2006-14	06/04/06	Sertão do Itamambuca	Ubatuba
002985/2006-41	17/07/06	José Joaquim Camargo	Votorantim
002991/2006-06	17/07/06	Carmo	São Roque
004013/2006-91	11/08/06	Fazenda Pilar	Pilar do Sul
004014/2006-35	11/08/06	Caxambu	Sarapuí
004092/2006-30	14/08/06	Terra Seca/Rib. Grande	Barra do Turvo
004094/2006-29	14/08/06	Cedro	Barra do Turvo
004095/2006-73	14/08/06	Pedra Preta/Paraíso	Barra do Turvo
001189/2007-71	05/04/07	Piraporinha	Salto de Pirapora
001645/2007-83	09/05/07	Abobral	Eldorado
001719/2007-81	17/05/07	Fazendinha dos Pretos	Salto de Pirapora
000475/2008-09	25/02/08	Piririca	Iporanga
002771/2008-36	07/07/08	Poça	Jacupir./ Eldor.

003295/2008-71	28/08/08	Caçandoquinha	Ubatuba
003805/2008-18	30/09/08	Porcinos	Agudos
003810/2010-37	05/08/10	Bairro Retiro	Cananéia
006064/2010-33	13/12/10	Peropava	Registro
001984/2011-46	25/04/11	Biguazinho	Miracatu

2.3.6.2 Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Indenizar terras e benfeitorias dos territórios reconhecidos, demarcados e titulados em nome das comunidades remanescentes de quilombos.

Descrição: Pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Reconhecidas Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes dos Quilombos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) =(b+c)		
21.631.1336.0859	OP	3	Área Indenizada (ha)	6.667	0	0	0	0%	6.667

Fonte: SIAFI/LOA e SIR; SR-08 F4.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
1.000.000	3.061.751,01	3.061.751,01	100%	3.061.751,01	100%	3.061.751,01	100%

Fonte: LOA e SIAFI

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
------------------	----------------	-----------	-------------

0	0	0	0
---	---	---	---

Fonte: SIAFI.

Foram empenhados R\$3.061.751,01, que foram integralmente liquidados. O valor recebido pela UJ foi superior ao estimado pela PO 2011. A diferença resultante é consequência dos valores apurados nos **Laudos de Vistoria e Avaliação de 06 (seis) imóveis incidentes sobre os Territórios das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Cafundó (Salto de Pirapora-SP) e de Brotas (Itatiba-SP)**. Estes seis laudos foram produzidos entre os exercícios de 2010 e 2011 (ver Ação 1642 para maiores detalhes).

Dentro do Programa Brasil Quilombola, do Governo Federal, o INCRA foi incumbido da competência para a regularização fundiária dos territórios ocupados pelas comunidades remanescentes de quilombolas e tem as seguintes atribuições e ações a desempenhar:

- Identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sem prejuízo da competência concorrente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (art 3º do Decreto 4.887/03). Isso significa que, uma vez identificados e discriminados os regimes de domínio de determinado território, caberá ao INCRA a regularização das terras públicas federais e dos territórios particulares (desapropriação); a transferência do domínio das terras devolutas (estaduais) aos remanescentes de quilombo é de competência dos respectivos órgãos estaduais. Para essa atribuição, segue-se o procedimento atualmente estabelecido na Instrução Normativa nº 57 do INCRA, que inclui tarefas como: executar o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) dos territórios pleiteados; notificar seus ocupantes e confinantes; acolher e analisar as manifestações referentes à identificação territorial realizada; analisar, junto aos demais órgãos competentes, as situações em que os territórios identificados se sobreponham a unidades de conservação, terras indígenas ou outras áreas de interesse da União e dos Estados; analisar a dominialidade dos imóveis incidentes sobre o território identificado; propor a edição de decreto-desapropriação, quando for o caso, sobre as áreas particulares incidentes nos territórios remanescentes de quilombo identificados e formalmente reconhecidos pela Presidência do INCRA.
- Quanto à publicação dos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID), muitas comunidades remanescentes de quilombo já possuem estudos de reconhecimento realizados pela Fundação ITESP, órgão do governo do Estado de São Paulo, com base em lei estadual específica. Acolhidos pela equipe técnica do INCRA, estes estudos são complementados e adequados à legislação federal pertinente (Decreto nº 4.887/03 e Instrução Normativa INCRA nº57/09), permitindo assim sua publicação.
- Após analisadas e julgadas eventuais contestações aos RTIDs (em duas instâncias), encaminha-se o processo para a Presidência do INCRA em Brasília, para a publicação de Portaria de Reconhecimento do território identificado. É após a etapa de reconhecimento que podem ser tomadas as ações necessárias à titulação dos territórios – avaliação dominial; proposta de edição de decreto desapropriatório para as áreas particulares; avaliação de terra nua e benfeitoria para as áreas particulares, visando o **pagamento de indenizações (Ação 0859)**.

Análise das metas e resultados – Exercício 2011:

Ao longo do exercício de 2011, no âmbito da Ação 0859, foram **empenhados e depositados em juízo, nas respectivas ações judiciais competentes**, os seguintes valores indenizatórios, referentes à desapropriação de imóveis incidentes sobre territórios quilombolas:

Comunidade	Imóvel	Nº da ação judicial	Valor avaliado, empenhado e depositado em juízo
Cafundó	“Gleba A”	0008290-02.2011.4.03.6110	R\$ 1.056.499,21
Cafundó	“Gleba B”	0009767-60.2011.4.03.6110	R\$ 190.510,90
Cafundó	“Gleba C”	0006463-53.2011.4.03.6110	R\$ 144.219,16
Cafundó	“Gleba D”	0009322-42.2011.4.03.6110	R\$ 1.248.536,28
Brotas	“Sítio Brotas”	0016129-93.2011.4.03.6105	R\$ 360.881,60
Brotas	“Nascente”	0016128-11.2011.4.03.6105	R\$ 61.103,86
TOTAL			R\$ 3.061.751,01

Lembramos que para que os indicadores acima demonstrados possam ser caracterizados como “*Meta realizada*”, é necessário que o imóvel tenha sido integralmente indenizado e desintrusado, o que depende, fundamentalmente, do trânsito em julgado das respectivas ações de desapropriação. Assim, em que pese o depósito judicial dos valores acima descritos, ainda são aguardadas as decisões judiciais que determinem o pagamento das indenizações aos legítimos detentores dos títulos e aos posseiros detentores de benfeitorias de boa-fé e a completa desintrusão dos imóveis.

Finalmente, informe-se que os valores constantes dos campos “*Meta prevista na PO 2011*” e “*Meta a ser realizada em 2012*” não foram estipulados ou indicados pela equipe do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas da Superintendência do INCRA em São Paulo. Os indicadores ora apresentados nestes campos são absolutamente incompatíveis com as possibilidades de atuação da SR para a presente Ação, haja vista a situação dos processos cuja fase administrativa já permite a proposição de ações desapropriatórias e/ou a respectiva indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos, conforme tabela abaixo:

Comunidade	Município	Área objeto da avaliação	Situação em Março/2012
Ivaporunduva	Eldorado-SP	2.035,12 ha.	Comunidade titulada; aguarda avaliação de benfeitorias de posseiros não quilombolas para desintrusão completa
Morro Seco	Iguape-SP	164,69 ha.	Decreto desapropriatório publicado em dez/10; aguarda avaliação.

2.3.7 Programa 1350 – Educação no Campo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a capacitação e o acesso à educação formal dos trabalhadores e trabalhadoras das áreas de Reforma Agrária.

Gerente do programa: Luiz Gugé Santos Fernandes.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados: Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária matriculados no ensino fundamental; Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária não alfabetizados.

Público-alvo (beneficiários): Jovens e adultos assentados da Reforma Agrária; agricultores Familiares; profissionais egressos de cursos de áreas afins à Reforma Agrária. De acordo Norma de execução/DA/INCRA nº 8 de 30 de janeiro de 2009, art3º as superintendências Regionais do INCRA (SR-01/PA; SR-02/CE; SR – 05/BA; SR-06MG; SR-07/RJ; SR-08/SP; SR-10/SC; SR-18/PB; SR-19/RN; SR-20/ES; SR-22/AL; SR-23/SE; SR-24/PI; SR-26/TO; SR-28/DFE; SR-29/MSF; SR-30/SANTÁREM e o INCRA/Sede), apresentarão o processo de prestação de contas consolidado do exercício. Desta forma trabalharemos com as 17 superintendências regionais e o INCRA/SEDE.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁹

Principais Ações do Programa

2.3.7.1 Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar, alfabetizar, escolarizar jovens e adultos assentados pela reforma agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo na idade própria, mediante a utilização de metodologias específicas para o campo, dando-lhes condições de domínio da leitura e da escrita, além de conhecimentos básicos sobre sociedade e desenvolvimento sustentável, de forma a permitir a sua inserção social.

Descrição: Capacitação, alfabetização e escolarização para jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo em idade regular, "considerando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho", utilizando metodologias específicas que considerem o contexto sócio-ambiental e a diversidade cultural do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ofertar capacitação de educadores, para atuarem nas escolas dos assentamentos, e coordenadores locais, que agem como multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias. Articular apoio à melhoria da infraestrutura das escolas dos assentamentos na perspectiva de que sejam estruturadas com instalações físicas apropriadas e adequadamente equipadas, inclusive com bibliotecas e acesso aos meios de comunicação e de informática.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

⁹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos
Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) =(b+c)		
21.366.1350.4474	A	3	Trabalhador Rural Escolarizado (unidade)	0	0	0	0	0%	0

Fonte: LOA e SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0	0	0	0%	0	0%	0	0

Fonte: LOA e SIAFI

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
0	0	0	0

Fonte: SIAFI.

Para o exercício de 2011, não houve programação orçamentária e tampouco descentralização orçamentária/financeira, não havendo, portanto, programação de atividades para execução da demanda Física

2.3.7.2 Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar profissionais egressos das ciências agrárias e de áreas afins a Reforma Agrária, à prestação de uma nova concepção de assistência técnica e social, direcionada para uma matriz tecnológica ambientalmente sustentável e condizente com as peculiaridades dos assentamentos de Reforma Agrária. Propiciar para os alunos dos cursos profissionalizantes de nível médio e superior do PRONERA, bolsa de estudo e/ou estágio para atuarem junto as equipes de

ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, na perspectiva de estimular o processo de aproximação entre a educação e trabalho e do aluno reafirmar o envolvimento com sua comunidade, desenvolvendo atividades de reflexão, problematização e intervenção, reforçando a relação escola-comunidade.

Descrição: Profissionais egressos dos cursos de ciências agrárias de outras áreas afins a Reforma Agrária, participarão de Especialização lato sensu, em regime de alternância e receberão bolsa, para atuarem nos assentamentos de Reforma Agrária, garantindo o permanente espaço de reflexão e orientação dessas práticas para a promoção do desenvolvimento sustentável do campo. Os jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária, matriculados nos cursos profissionalizantes de nível médio e superior, ofertados pelo PRONERA, no ultimo período, receberão bolsa de estudo/estágio para atuarem junto às equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, onde realizarão os estágios curriculares obrigatórios e desenvolverão ações de assistência técnica produtiva, social, ambiental e pedagógica. O processo de formação pelo qual estes jovens passarão contribuirá para um imprescindível processo de produção de novos conhecimentos necessários à mudança do modelo de desenvolvimento e para criação de uma nova matriz tecnológica, baseada nos princípios da agroecologia e do desenvolvimento sustentável.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.363.1350.6952	A	3	Profissional Capacitad o (unidade)	0	0	0	0	0%	0

Fonte: LOA e SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0	0	0	0%	0	0%	0	0%

Fonte: LOA e SIR

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
0	0	0	0

Fonte: SIAFI.

Para o exercício de 2011, não houve programação orçamentária e tampouco descentralização orçamentária/financeira, não havendo, portanto, programação de atividades para execução da demanda Física

2.3.7.3 Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar e formar profissionais de nível médio e de nível superior em cursos de graduação e pós-graduação, em diferentes áreas do conhecimento, de modo a atender a demanda por profissionais com formação e titulação adequados às características e aos desafios da realidade do campo, de administrar e organizar a produção agropecuária, de associações e de cooperativas, valorizando a identidade sócio-política e cultural dos alunos e articulando os conhecimentos científicos e os saberes sociais produzidos no contexto em que estão inseridos, com vistas à melhoria da qualidade de vida nos assentamentos

Descrição: Capacitação e formação profissional mediante a oferta de cursos de nível médio e de nível superior de graduação e/ou pós-graduação, por meio de metodologias específicas que considerem o contexto sócio-ambiental e as diversidades culturais do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ampliar a formação de educadores das áreas de Reforma Agrária, com oferta de cursos de licenciaturas e pedagogia. Promover o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades assentadas e as universidades.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) =(b+c)		
21.363.1350.8370	A	3	Profissional Formado (unidade)	130	0	280	280	215,38	0

Fonte: LOA/SIAFI e SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
490.000	498.475,00	498.475,00	101,73%	214.075,00	42,95%	214.075,00	42,95%

Fonte: LOA e SIAFI

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
282.600,00	0	277.200,00	5.400,00

Fonte: SIAFI.

O PRONERA opera por meio de uma parceria do INCRA, com movimentos sociais e sindicais de trabalhadores e trabalhadoras rurais, instituições públicas de ensino, instituições comunitárias de ensino, entidades privadas sem fins lucrativos e com governos estaduais e municipais.

Os cursos de Ensino superior destinam-se ao cumprimento da garantia de formação profissional, mediante cursos de graduação ou pós-graduação, em diversas áreas do conhecimento que qualifiquem as ações dos sujeitos que vivem e/ou trabalham para a promoção do desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Promovem o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades e as universidades, desenvolvendo metodologias apropriadas para as diversidades territoriais. Para promover o desenvolvimento sustentável, as ações do programa têm como base a diversidade cultural e sócio-territorial, os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática e o avanço científico e tecnológico. Já as práticas educacionais têm como princípios o diálogo, a práxis e a transdisciplinaridade.

Em 2011, a SR(08) encerrou o ano com 1 curso superior em andamento, convênio celebrado com a Universidade Federal de São Carlos, UFSCar. Trata-se de Bacharelado em Agronomia, oferecido a 60 alunos oriundos de Projetos de Assentamento, com duração de 5 anos. Teve início em outubro de 2007 e terá vigência até janeiro de 2013.

Todos os cursos tiveram as demandas das famílias beneficiárias da reforma agrária contempladas na construção do projeto pedagógico, sendo que os mesmos seguiram as diretrizes curriculares estabelecidas pelo Ministério da Educação e atenderam simultaneamente a legislação específica de cada universidade. Os cursos são desenvolvidos na modalidade de alternância, com os tempos distribuídos em Tempo Escola e etapas à distância, denominadas Tempo Comunidade, onde os educandos colocam em prática, os conteúdos adquiridos na escola e assim sucessivamente.

Em relação aos gastos, a maioria das despesas, concentra-se em: consumo (aquisição de material didático e pedagógico, material de expediente, combustível, manutenção de veículos); pagamento de pessoa jurídica (locação de espaço, hospedagem, alimentação e aquisição de livros); pagamento de diárias aos professores para acompanhamento do tempo comunidade; despesa de locomoção (aquisição de passagens aéreas e/ou terrestre e locação de veículos).

Não houve celebração de novos convênios, apesar da demanda existente, em função das novas dificuldades impostas pela determinação do Acórdão 2653 – TCU – Plenário, que contribuiu para a desmobilização das organizações de famílias assentadas. Também são fatores que tem dificultado a elaboração de novos projetos o impedimento do pagamento de remuneração aos professores e a própria fragilidade das organizações de famílias assentadas.

Em relação a problemas, o maior refere-se à desistência de alguns alunos no decorrer dos períodos. Em grande parte dos casos, trata-se de alunos que constituem força de trabalho nos lotes de seus pais, tendo dificuldades para ausentar-se durante parte do ano, mesmo adotando-se a metodologia da alternância. Observe-se, no entanto, que a média de desistência é menor nos cursos do PRONERA do que nos cursos regulares.

Outros problemas enfrentados referem-se à liberação, pelo INCRA, dos recursos orçamentários fora dos prazos previstos, afetando o cumprimento dos cronogramas inicialmente acordados, inclusive causando a suspensão das aulas. Prejuízos maiores quanto às atividades programadas não ocorreram graças à dedicação dos professores universitários, muitos dos quais não recebem remuneração pelo trabalho executado.

2.3.7.4 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.122.1350.2272	A	3	Não há	Não há	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI e LOA

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0	8.150,00	8.009,79	98,28%	259,79	3,19%	259,79	3,19%

Fonte: LOA e SIAFI

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
2.688,81	2.464,76	0	224,05

Fonte: SIAFI.

A ação de Gestão e Administração do Programa é utilizada para custear as despesas com os acompanhamentos da execução dos cursos, realização de eventos e para a produção e edição de publicações, visando à divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio.

Principais gastos são: pagamento de diárias, consumo (combustível e manutenção da frota); passagens aéreas, pagamento de pessoa física e pagamento de pessoa jurídica, realização de eventos e apoio à publicação de material didático/pedagógico

2.3.8 Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura***Dados Gerais do Programa***

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Garantir e ampliar a renda agrícola e fortalecer a agricultura familiar.

Objetivos Específicos: Disciplinar, ampliar, organizar e qualificar a prestação dos serviços de Ater para os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais.

Gerente do programa: Laudemir André Muller.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de cobertura de ATER à Agricultura Familiar; Taxa de Agentes de ATER Formados e Taxa de Contratação de Crédito Rural de Investimento (Texto do SIGPlan).

Público-alvo (beneficiários): Agricultores familiares, empreendedores familiares rurais (conforme previsto na Lei nº. 11.326/06), comunidades tradicionais, beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária e agentes de ATER.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo¹⁰**Principais Ações do Programa**

¹⁰ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

2.3.8.1 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prestar assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias da reforma agrária, de forma integral e continuada, desde a implantação do projeto de assentamento, tornando-os unidades de produção estruturadas inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas ao mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional. Elaborar Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) ou Plano de Recuperação do Assentamento (PRA). Capacitar os assentados e suas organizações, visando possibilitar a apropriação dos conhecimentos e das tecnologias e o desenvolvimento de habilidades que potencializem o processo de transição para agricultura de base ecológica, considerando sempre as demandas locais e regionais.

Descrição: Assessoramento técnico, social e ambiental aos assentados, desde a implantação do projeto de assentamento, de forma a fomentar as práticas sócio-ambientais sustentáveis e os espaços e condições de inclusão para os segmentos de gênero, raça e etnia, da seguinte forma: a) assessoramento na elaboração e no aperfeiçoamento do plano de desenvolvimento dos assentamentos, assim como dos projetos produtivos, sociais e estruturantes dele decorrentes, resgatando-se as potencialidades e os valores sócio-culturais das comunidades; b) identificação e difusão de informações estratégicas para os assentamentos no campo mercadológico e das tecnologias apropriadas; c) definição de modelo de auto-sustentação, de comercialização e de exploração agropecuária, extrativista, agroindustrial, organização espacial e infra-estrutura; e d) assessoramento na elaboração e acompanhamento de projetos de economia solidária e na formação de redes.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.606.1427.4470	A	3	Família Assistida (Unidade)	16.516	16.516	0	16.516	100%	0

Fonte: SIAFI/LOA e SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
3.000.000	13.254.333,40	13.254.333,40	441,81%	3.276.102,07	24,72%	3.276.102,07	24,72%

Fonte: LOA e SIAFI

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
12.423.768,52	1.796.000,20	8.119.419,44	2.508.38,88

Fonte: SIAFI.

O Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES) é um novo paradigma de atividade implantado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e tem como premissa aliar o saber tradicional dos assentados aos conhecimentos científicos dos técnicos. Com essa união de experiências, espera-se que os assentamentos tornem-se unidades de produção estruturadas, competitivas e integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional, de forma socialmente justa e ambientalmente sustentável.

Os serviços de ATES são um conjunto de técnicas e métodos constitutivos de um processo educativo, de naturezas solidárias, permanentes, públicas e gratuitas, com ênfase nos enfoques da agroecologia, cooperação e economia popular e solidária. Coordenados pelo INCRA, têm como parceiros instituições públicas, privadas, entidades de representação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, bem como as organizações não-governamentais ligadas à reforma agrária.

Em janeiro de 2010 foi instituída, através da Lei 12.188, de 11 de janeiro de 2010, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER. A mesma Lei instituiu o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PRONATER. Além disso, a Lei 12.188/10 alterou a Lei de Licitações (8.666/93), e passou a exigir, para a contratação dos serviços de ATER, Chamamento Público. Este, por sua vez, promove a seleção da entidade de ATER que apresentar a melhor proposta técnica, e não o menor preço. Assim, em 2011, foi firmado um contrato de ATER, para atendimento de 16.516 famílias em 243 Projetos de Assentamento Federais e Estaduais.

Com o desenvolvimento das atividades de ATES no Estado, houve a necessidade de fomentar sistemas adequados de produção e comercialização dos produtos da reforma agrária, tanto na venda quanto na compra em comum. Assim, através das funções básicas do Programa de ATES, descritas no Espelho de Programas do PPA – Plano Plurianual 2008-2011 (Lei nº 11.653, de 07/04/2008), que são, dentre outras: “identificação e difusão de informações estratégicas para os assentamentos no campo mercadológico e das metodologias apropriadas; definição do plano

emergencial e auto-sustentação e, no decorrer do processo, construção de um modelo de comercialização e de exploração agropecuária, extrativista, agroindustrial, organização espacial, moradia e infra-estrutura, e assessoramento na elaboração de projetos de crédito e nos projetos de economia solidária e na formação de redes”, implementar o projeto de fomento ao cooperativismo e associativismo, como suporte às atividades de ATES no Estado de São Paulo. Os objetivos principais do Projeto Fomento ao Cooperativismo e Associativismo são:

- a) promover a revisão dos sistemas de produção rurais existentes e uma avaliação das suas possibilidades de melhoria, considerando uma projeção de horizonte de longo prazo;
- b) articular as dimensões técnicas, econômico-financeiras, sociais, ambientais e institucionais para que se alcance o desejado desenvolvimento sustentável para a comunidade de assentados;
- c) aumentar a renda das famílias e a valorização das especificidades regionais, respeitando as experiências, potencialidades e a diversidade socioeconômica e cultural de cada localidade;
- d) garantir a transferência de tecnologia de gestão econômica aos assentados, com o intuito de capacitá-los a administrar seus empreendimentos.

Várias ações tem sido executadas neste sentido, sendo a mais significativa a implementação da ATES via implantação dos técnicos de campo, fortalecendo o desenvolvimento das forças produtivas. Cabe ressaltar que este Projeto é um elo entre o Programa de ATES e a ação Terra Sol, que atua na parte final da produção/comercialização, já descritos no Programa 0137 – Desenvolvimento de Assentamentos, e que sem este projeto, entendemos ser impossível garantir que os assentados sejam plenamente independentes e integrados aos desígnios da Reforma Agrária no Estado.

Assim, o Projeto foi conceituado para atuação a nível estadual, na totalidade dos assentamentos no Estado, sejam eles federais ou estaduais, visto que entendemos que o cooperativismo não é separado por ente responsável por determinado assentamento ou região, e que é dever do Estado enquanto fomentador e regulador da Reforma Agrária, neste caso, tornar qualquer assentamento rural auto-sustentável, fazendo com que o investimento feito pela sociedade retorne muitas vezes multiplicado.

2.3.8.2 Ação 2272 - Gestão do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Laudemir André Muller

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) =(b+c)		
21.122.1427.2272	A	3	Não há	Não há	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI e LOA

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
150.876	26.637,55	26.603,61	99,87%	19.419,06	72,90%	19.419,06	72,90%

Fonte: LOA e SIAFI

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
50.072,64	0	48.755,77	1.316,87

Fonte: SIAFI.

As ações de **Gestão e Administração do Programa** dão suporte a outras atividades-meio da autarquia e que são necessárias à gestão e administração de programas como a implantação e instalação das famílias assentadas, garantindo as condições iniciais de sua subsistência, garantia da segurança alimentar e ao suprimento de suas necessidades básicas, através da aquisição de bens de consumo essenciais e indispensáveis à qualidade de vida. Os recursos inseridos no GAP visam atendimento às ações administrativas como, pagamento de diárias, passagens, publicações,

suprimento de fundos que não estejam ligadas diretamente a cada uma das ações compreendidas no Programa e/ou àquelas que envolvam mais de uma ação.

2.3.9 Programa 0750 – Apoio Administrativo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Apoio Administrativo.

Objetivo Geral:

Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Gerente do programa: Fredson Ferreira Gomes

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Não tem.

Público-alvo (beneficiários): Não tem.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.¹¹

Principais Ações do Programa

2.3.9.1 Ação 2000 - Administração da Unidade

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Descrição: A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.

Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Markell Alves e Superintendentes Regionais.

¹¹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Unidades executoras: Superintendências Regionais e INCRA-SEDE

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) =(b+c)		
21.122.0750.2000	A	3	Não há	0	0	0	0	0%	0

Fonte: LOA

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
1.839.130	2.369.406,86	2.368.762,32	99,97%	2.210.275,27	93,28%	2.210.275,27	93,28%

Fonte: LOA e SIAFI

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
650.191,74	14.479,03	485.753,72	149.958,99

Fonte: SIAFI.

De acordo com o Regimento Interno, compete a Divisão Administrativa da UJ a execução das atividades da ação 2000, conforme transcrevemos:

- a) administrar os serviços de transporte e de manutenção de viaturas oficiais;
- b) administrar as atividades de reprografia e de serviços gráficos;
- c) manter e controlar os serviços de telecomunicação;
- d) supervisionar os serviços de limpeza, manutenção e vigilância;
- e) controlar a autorização para transporte de cargas;
- f) recepcionar, registrar e entregar a correspondência oficial da Superintendência Regional;
- g) expedir e receber a documentação tramitada entre a Superintendência Regional e a sede do INCRA;
- h) manter atualizado o sistema de controle de processos e documentos;

i) orientar e supervisionar as unidades descentralizadas quanto à execução das atividades de protocolo; e

j) outras atividades compatíveis com suas atribuições.

Como avanço, nossas programações, nas aquisições diversas, efetuadas nesta UJ, destacando aquelas relacionadas com materiais de expediente, visto que as aquisições são realizadas através de Pregões Eletrônicos - Sistema de Registro de Preços, evitando assim a segregação de despesas com o mesmo objeto, trazendo um maior controle bem como a redução de custos.

Continuamos com problema referente à manutenção e conservação do imóvel, visto que o edifício sede do INCRA em São Paulo, tem mais de 30 anos de uso, necessário se faz reparos e obras, destacando a parte hidráulica entre outras, pois toda a tubulação existente é de ferro, precisa ser substituída por tubulação de PVC. No exercício de 2011, em caráter emergencial, conseguimos executar pequenos reparos nas tubulações sanitárias.

Como esta UJ é uma unidade executora, as transferências são efetuadas pela UO – Unidade Orçamentária - INCRA SEDE/Brasília, de acordo com o caderno de metas desta UJ, sendo que a execução física depende da descentralização dos recursos financeiros, que não ocorre de acordo com a programação orçamentária, em razão da vinculação com STN – Secretaria do Tesouro Nacional, fator este que no exercício de 2011 limitou nossa programação, outro fator foi o contingenciamento com despesas de custeio por parte do Governo Federal.

2.3.10 Consolidado da execução física das ações em seus diversos programas

QUADRO A.2.2 - Execução física das ações realizadas pela UJ - consolidado

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0135.4460	A	3	Área Obtida em ha	3.600	4.150,63	0	4.150,63	115,30%	0
21.631.0135.8387	A	3	Área Vistoriada (ha)	23.000	7.221	0	7.221	31,40%	15.779
21.631.0135.8384	A	3	Família Assentada	2440	401	0	401	16,43%	2039
21.631.0135.8374	A	3	Licença Ambiental - Protocolada	45	1	0	1	2,22%	44
21.631.0137.8396	A	3	Família Atendida (Unidade)	818	0	1150	1150	140,58%	0
21.631.0137.8398	A	3	Família Atendida (Unidade)	202	0	0	0	202	202
21.691.0137.4320	A	3	Família beneficiada (Unidade)	0	0	0	0	0	0
21.631.0137.4358	A	3	Família beneficiada (unidade)	37	36	0	36	97,30%	1
21.631.0137.2B06	A	3	Unidade de Família de Produção Atendida (Unidade)	1	0	0	0	0	1
21.631.0137.0427	OP	3	Família Atendida (Unidade)	8.213	65	0	65	0,79%	8.148
21.606.1427.4470	A	3	Família Assistida (Unidade)	16.516	16.516	0	16.516	100%	0
21.366.1350.4474	A	3	Trabalhador Rural Escolarizado	0	0	0	0	0%	0

			(unidade)						
21.363.1350.6952	A	3	Profissional Capacitado (unidade)	0	0	0	0	0%	0
21.363.1350.8370	A	3	Profissional Formado (unidade)	130	0	280	280	215,38	0
21.125.0138.2105	A	3	Imóvel Gerenciado	17.810	24.907	0	24.907	139,85%	0
21.127.0138.4426	A	3	Área Georreferenciada (há)	0	0	0	0	0	0
21.127.0138.2110	A	3	Imóvel Regularizado	0	0	0	0	0	0
21.127.0138.8380	A	3	Área com Processo Impetrado (ha)	0	0	0	0	0	0
21.127.0138.8378	A	3	Área Diagnosticada/ha	0	0	0	0	0	0
21.127.1336.1642	P	3	Área Reconhecida/ha	263	0	0	0	0	263
21.631.1336.0859	OP	3	Área Indenizada (ha)	6.667	0	0	0	0	6.667
21.128.0139.4572	A	3	Servidor Capacitado (unidade)	45	112	0	112	248,89%	0
21.122.0750.2000	A	3	Não há	0	0	0	0	0%	0
21.631.1120.2109	A	3	Família Acampada Assistida (undade)	0	10.100	0	10.100	100%	0

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

QUADRO A.2.3 - Identificação das unidades orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
	99999	999999

Fonte:

¹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

2.4.2 Programação de Despesas Correntes

QUADRO A.2.4 - Programação de despesas correntes.¹²

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total			0	0	0	0	0	0

Fonte:

¹² Não se aplica à natureza jurídica da UJ

2.4.3 Programação de Despesas de Capital

QUADRO A.2.5 - Programação de despesas de capital.¹³

				Valores em R\$ 1,00					
Origem dos Créditos Orçamentários				Grupos de Despesa de Capital					
				4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
				Exercícios		Exercícios		Exercícios	
				2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO								
	PLOA								
	LOA								
CRÉDITOS	Suplementares								
	Especiais	Abertos							
		Reabertos							
	Extraordinários	Abertos							
		Reabertos							
	Créditos Cancelados								
Outras Operações									
Total				0	0	0	0	0	0

Fonte:

2.4.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência

QUADRO A.2.6 - Quadro resumo da programação de despesas e reserva de contingência.¹⁴

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							

¹³ Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

¹⁴ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
	Outras Operações							
Total			0	0	0	0	0	0

Fonte:

2.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	373066	21122013522720001			5.500,00
		373066	21122013722720001			1.169.841,95
		373066	21122013822720001			185.174,00
		373066	21122075020000001			2.369.406,86
		373066	21122135022720001			8.150,00
		373066	21122142722720001			26.637,55
		373066	21125013821050001			78.790,00
		373066	21127013844260001			479.972,40
		373066	21127133616420001			44.000,00
		373066	21128013945720001			20.590,39
		373066	21363135083700001			498.475,00
		373066	21422143384020001			3.372,67
		373066	21606142744700001			13.254.333,40
		373066	21631013583740001			102.550,20

		373066	21631013583840001			146.058,72
		373066	21631013583870001			261.380,42
		373066	2163101372B060001			4.584,00
		373066	21631013743580001			3.819,50
		373066	21631112021090001			90.596,37
		373066				
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	373066	21631013783960001	12.730.000,00		
		373066	21631013544600001		3.829.967,35	
		373066	21631013704270001		26.220.728,54	
		373066	21631133608590001		3.061.751,01	
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte:
wiki.incra

2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa

QUADRO A.2.11 Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação				
Convite				
Tomada de Preços		82.852,15		82.852,15
Concorrência				
Pregão	4.012.476,75	8.390.222,87	4.012.476,75	8.390.222,87
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas				
Dispensa	2.831.689,02	351.308,42	2.831.689,02	351.308,42
Inexigibilidade	526.243,87	785.154,64	526.243,87	785.154,64
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	63.635,85	52.044,10	63.635,85	52.044,10
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias	276.885,18	887.507,03	276.885,18	887.507,03
Outros	3.993.842,24	14.720.601,71	3.993.842,24	14.720.601,71

Fonte: SIAFI

QUADRO A.2.12 - Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa 08	0,00	9.328,35	0,00	9.328,35	0,00	0,00	0,00	9.328,35
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa - 39	14.210.144,27	16.379.545,60	3.886.335,31	6.612.156,70	10.323.808,96	9.767.388,90	3.886.307,30	6.612.156,70
2º elemento de despesa - 37	1.611.282,30	1.057.176,00	1.437.045,44	889.081,57	174.236,86	168.094,43	1.437.045,44	889.081,57
3º elemento de despesa – 35	1.452.090,44	1.000.000,00	835.757,39	0,00	616.757,39	0,00	838.757,39	1.000.000,00
Demais elementos do grupo	1.453.483,73	8.004.168,98	985.715,81	5.904.592,22	467.767,95	2.099.576,76	985.715,81	5.904.592,22

Fonte: SIAFI GERENCIAL

QUADRO A.2.13 - Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos								
1º elemento de despesa 51	12.730.000,00	4.557.085,42	934.260,00	33.871,00	11.795.740,00	4.523.214,42	934.260,00	33.871,00
2º elemento de despesa 52	3.000,00	1.911.702,00	3.000,00	1.111.469,18	0,00	800.232,82	3.000,00	1.111.469,18
3º elemento de despesa 30	0,00	407.154,92	0,00	213.613,78	0,00	193.541,14	0,00	204.794,97
Demais elementos do grupo	0,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00	0,00
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa 66	18.312.728,54	33.536.588,90	228.128,54	8.273.988,90	18.084.600,00	25.262.600,00	228.128,54	8.273.988,90
2º elemento de despesa 61	6.410.589,38	1.343.410,54	3.117.645,24	1.343.410,54	3.292.944,14	1.343.410,54	3.117.645,24	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI Gerencial

2.5 Indicadores Institucionais

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Ordenamento da Estrutura Fundiária								
Índice de Cadastramento de Imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do Incra, no nível de agregação(ha) multiplicado por 100.	☐ Superfície ocupada por imóveis cadastrados – Disponíveis no SNCR. · Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha) – Conforme disponível em www.ibge.gov.br .	89%
Índice de análise de processos de Certificação de Imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de processos com análise de certificação finalizada[1] no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	☐ Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício – conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais. ☐ Número de processos de certificação protocolados no exercício – Conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação.	27%
Índice de Regularização Fundiária	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da Lei 11.952/2009, regulamentada pelo Decreto 6992/2009, IN 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício[2], no nível de agregação) multiplicado por 100.	☐ Número de imóveis regularizados e titulados – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG. • Número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.	0

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Obtenção de imóveis para Reforma Agrária e Implantação de Projetos de Assentamento								
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Reais/hectare	{valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício ^[3] , dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício}, no nível de agregação ^[4] .	- Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras – Gastos no Programa 135/ação 4460 – SIAFI e SIR. - Quantidade de terras obtidas no nível de agregação – Conforme a publicação do Decreto – SIR e SIPRA.	10370,86
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício[5], no nível de agregação), multiplicado por 100. $3/0 \times 100$	- Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. - Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	0
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais[6], no nível de agregação), multiplicado por 100. $1/118 \times 100$	- Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental em vigor – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. - Quantidade total de PA(s) federais – Sipra.	0,85

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à água para consumo doméstico[7]	Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente[8].	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Exercício	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	• Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; • Quantidade total de famílias assentadas no exercício – Sipra.	11,93
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo Incra[9], dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.	• Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA aprovado pelo INCRA – SIR • Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados – Sipra.	62,93
Índice de acesso a estradas transitáveis ou outras vias de transporte adequado ao escoamento da produção até as unidades produtivas	Expressa o acesso a estradas transitáveis ou outras vias de acesso adequado ao escoamento da produção no exercício, segundo o total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício, dividido pelo número total de famílias assentadas no exercício[10], no nível de agregação) multiplicada por 100.	• Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício – Conforme avaliado pelas equipes de Assistência Técnica atuantes nos PA(s) e SIR. • Número total de famílias assentadas no exercício – Sipra.	0

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício[11], no nível de agregação) multiplicada por 100.	• Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; • Número de famílias assentadas no exercício – Conforme constante do Sistema Sipra.	34,91
Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Superintendência Regional/Brasil	Processo	Por exercício	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	· Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício – Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR	922

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade de famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	· Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica – Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR; .Número de famílias dos PA(s) – Conforme constante do Sistema Sipra.	100
Renda média das famílias (não obrigatório ou por amostragem) [15]	Expressa a renda gerada pelas famílias nas atividades produtivas.	Superintendência Regional	Processo	Ano Safra	Unidade monetária (reais)	Média do valor monetário gerado pelas atividades produtivas por família no nível de agregação.	· Valor monetário gerado pelas atividades produtivas – A ser obtido pelas Entidades de Prestação de Assistência Técnica em conformidade com a tabela constante do item 4 do Manual Operacional de ATEs (pagina 21) disponível em: http://www.incra.gov.br/arquivos/0003602026.pdf em 22/04/2008, ou norma que substituí-la.	-----
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Superintendência/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	• Quantidade de parcelas supervisionadas – Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR. · Quantidade total de parcelas por nível de agregação – Sistema SIPRA/SIR.	5,18

Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados	Expressa o Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados conforme a definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Unidade	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no exercício no nível de agregação.	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no período – Conforme o Sistema Sipra e definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	0
---	---	----------------------------------	-----------	---------------	---------	---	---	---

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de consolidação de assentamentos[16]	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001 – Conforme constante do Sistema Sipra e apurado pela Assistência Técnica. Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA – Sipra.	0

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Gestão Administrativa								
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários no nível de agregação.) multiplicado por 100.	quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	106,67
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Horas/funcionário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	37,29
Índice de aprovação de Convênios	Expressa a capacidade de gestão de convênios firmados pela Autarquia, conforme IN 01/93 e lei 8.666.	Superintendência/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de convênios com status "aprovado" no exercício/Quantidade de convênios com status "comprovado" no exercício)multiplicado por 100.	SIAFI e SICONV	8,16
Índice de Qualidade de dados	Expressa a quantidade de inconformidades entre os registros eletrônicos e os dados que os deram origem.	Sistema/Superintendência/Diretoria/Brasil.	Resultado	Ano	Porcentagem	(Quantidade de inconformidades/Quantidade de registros analisados pela AUD conforme técnica amostral aplicada) multiplicada por 100.	Quantidade de inconformidades – Informado pela AUD. · Quantidade de registros analisados – Informado pela AUD.	

2.5.1 Comentários aos resultados dos indicadores

Ordenamento da Estrutura Fundiária

a) Índice de Cadastramento de imóveis Rurais

Superintendência Regional do INCRA	Superfície Territorial IBGE (em ha)	Total de imóveis rurais cadastrados no SNCR - em 07/02/2011	Total de área cadastrada no SNCR (em ha) - em 07/02/2011	Indicador TCU (área cadastrada no SNCR/área Territorial)x100
SR 08 - São Paulo	24.820.944,2000	440.649	22.181.927,4950	89%

O índice de cadastramento de imóveis rurais em 2011 foi de 89%, considerando o total de área cadastrada no SNCR em relação à superfície territorial do Estado de São Paulo. Comparado ao ano de 2010, cujo índice foi de 88,6%, temos um acréscimo de 0,4% do total de área cadastrada.

Segundo dados fornecidos pela Coordenação Geral de Cadastro, em janeiro de 2012 estavam cadastrados no SNCR 440.649 imóveis rurais e em 07/02/2011, 434.062 imóveis cadastrados, significando um aumento de 6.587 imóveis rurais cadastrados no período de um ano.

Dentre outros motivos, o aumento de imóveis cadastrados no SNCR deve-se ao cumprimento das exigências legais, em especial da Lei 10.267/2001, e a ampliação da rede de cadastro rural com a implantação de novas Unidades Municipais de Cadastro Rural através de Termos de Cooperação Técnica firmados com as Prefeituras Municipais..

b) Índice de análise de processos de Certificação de Imóveis

Número de processos de análise de certificação finalizada	Número de processos de certificação protocolados	Percentual
		%
3056	824	27%

Com o advento da Lei 10.267, de 28 de agosto de 2001, foram criados mecanismos de controle e cadastro nos serviços de registro de imóveis rurais. Em especial, os serviços de registro de imóveis sofreram alterações, incluindo o georreferenciamento e o cadastramento no Sistema Nacional de Cadastro Rural como elementos fundamentais de referência no registro desses imóveis. Assim, o gerenciamento da estrutura fundiária existente, a perfeita delimitação e identificação das dimensões, da disposição física e localização dos imóveis passa a contar com níveis cada vez melhores de precisão e clareza nas referências utilizadas.

Assim, assegurar a qualidade e a conformidade técnica nos serviços de cadastramento de imóveis rurais tem sido uma meta social e institucional, principalmente agora, em que esta nova legislação possibilita compor uma base única de informações a ser compartilhadas por instituições públicas produtoras e usuárias de informações sobre o meio rural do país.

A Superintendência Regional de São Paulo, visando atender às exigências do Decreto 4449/02 que regulamentou a Lei nº 10.267/01, em seu artigo 8º, relativo aos custos financeiros de que tratam o §3º do Artigo 176 e o §3º do Artigo 225 da Lei nº 6.015/73 elaborou um Programa para o georreferenciamento e a certificação de imóveis dos proprietários rurais do Estado de São Paulo. No exercício de 2011 foram certificados 824 no total 3056 processos, sendo possível atender a 27% da demanda de serviços.

c) Índice de regularização fundiária

Número de imóveis regularizados e titulados	Número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado	Percentual
		%
0	316	0

No ano de 2011, iniciou-se procedimento de regularização fundiária no imóvel Fazenda Valformoso, no município de sete Barras, região do Vale do Ribeira neste estado.

Este imóvel foi desapropriado pelo Incra, ainda nos anos 80 em virtude de conflitos fundiários entre os ocupantes e uma empresa agropecuária. Contudo, após esses anos todos, nunca foi realizado procedimento de regularização fundiária. Esse fato deixou os ocupantes a viverem todos esses anos em insegurança jurídica e sem acesso as políticas públicas voltadas à agricultura familiar.

Em 2011, após levantamento e mapeamento dos ocupantes, realizado pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), iniciou-se a abertura e instrução inicial dos processos de regularização fundiária. No ano de 2012 será realizado os trabalhos de campo visando a confecção de Laudos de Vistoria, a fim de verificar quais destes ocupantes virá a ter direito, de acordo com a legislação vigente, a ser titulado.

22.1.2 Obtenção de imóveis para Reforma Agrária e Implantação de Projetos de Assentamento

a) Índice de gastos com Obtenção de Terras

Liquidado	Realizado	Custo de Obtenção por ha
R\$	Hectare	R\$
43.045.627,65	4.150,63	R\$ 10.370,87/há

A obtenção de terras destinada à reforma agrária se dá de três formas: desapropriação (áreas que não cumprem os índices de produtividade), aquisição (operação de compra disciplinada pelo decreto 433/92 a alterações posteriores) e não-onerosa (na prática, terras públicas). Para as duas primeiras modalidades se faz necessário a indenização do proprietário referente ao valor de mercado do imóvel, sendo as benfeitorias pagas em moeda corrente e a terra nua em Títulos da Dívida Agrária (TDA), conforme legislação correlata. Conforme quadro abaixo, foram obtidos 7 (sete) imóveis, com uma média de **R\$ 10370,86 por hectare**.

IMÓVEIS OBTIDOS EM 2011 - AÇÃO 4460

Proc	Imóvel	Município	Área (Av)	Em TDAs (VTN)	Moeda (Benf)	Moeda (Sobra TDAs)	VTI
0208/06SP	Faz. Cachoeira	Sorocaba	205,39	2.513.607,68	55.776,65	32,14	2.569.416,47
1207/08SP	Faz. Bom Jesus I	Indiaporã	791,48	7.262.035,60	565.702,87	82,72	7.827.821,19
5163/08SP	Faz. Vargem do Rio Jundiá	Mogi das Cruzes	131,25	585.193,16	-	85,44	585.278,60
0531/08SP	Faz. Santa Maria da Várzea	Itapetininga	684,17	9.298.515,88	447.690,30	15,83	9.746.222,01
2054/07SP	Faz. Santa Terezinha	Nova Independência	516,75	4.246.202,14	636.497,72	146,96	4.882.846,82
3094/07SP	Faz. São José e Santo Antônio da Bela Vista	Altair e Guaraci	1.353,22	12.520.733,40	1.192.186,19	70,94	13.712.990,53
4486/08SP	Estância Santo Antônio	Dracena	468,37	3.270.510,06	450.442,95	99,02	3.721.052,03
			4.150,63	39.696.797,92	3.348.296,68	533,05	43.045.627,65

b) Índice de protocolos de licença ambiental para os projetos de assentamento

Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada	Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida	Percentual
		%
3	0	0

No exercício de 2011 as 3 licenças protocoladas refletem o número de laudos de imóveis declarados improdutivos: 4 imóveis, sendo que, desses, alguns encontram-se em fase de recurso.

c) Índice de projetos de assentamentos com licenças ambientais em vigor

Projetos com Licença	Projetos da SR (08)	Percentual
		%
1	118	0,85

O número de licenças expedidas depende do encaminhamento dos processos de licenciamento ambiental pela CETESB. Tratativas anteriores entre o INCRA e o antigo órgão ambiental (DAIA) resultaram na orientação para que o INCRA protocolizasse os processos de regularização do licenciamento ambiental dos assentamentos por Bacia Hidrográfica, porém a CETESB entende que o licenciamento não deve ser feito dessa forma, solicitando que processos que encontravam-se em análise sejam refeitos de acordo com as exigências atuais do órgão.

22.1.3. Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento

a) Índice de acesso à água para consumo doméstico

Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico	Quantidade total de famílias assentadas	Porcentagem
		%
1150	9637	11,93

Tal porcentagem foi extraída do SIR (Sistema de Informações Rurais)

Modulo monitoramento

Lembramos que no ano de 2010 foi realizada pesquisa pelo IPEA - Instituto de Pesquisa Econômicas Aplicada, com base na pesquisa de avaliação da qualidade dos assentamentos da reforma agrária.

. O abastecimento de água nos lotes envolve dois aspectos: água para consumo doméstico e água para a produção.

. 78,98% dos assentados do país afirmam dispor de água em quantidade suficiente para atender às necessidades familiares; para SP, o índice para o ano de 2011 é inferior em razão do contingenciamento financeiro.

. Alguns assentados afirmaram que parte das evasões pode ser explicada pela dificuldade das famílias de ter acesso à água.

. A SR-08 investiu, entre 2003 e 2008, mais de R\$ 11 milhões na perfuração de 181 poços, com a construção de reservatórios e implantação de rede adutora, atendendo a mais de 5 mil famílias assentadas. O custo para levar água a cada família: R\$ 2.200,00; e cada poço serve, em média, a 27,6 famílias.

. A julgar pelo percentual de famílias assentadas em São Paulo que alegam não ter acesso à água em quantidade suficiente para consumo doméstico, pode-se dizer que o déficit de abastecimento afetaria ainda cerca de 4 mil famílias.

. O acesso à água para produção. De acordo com os dados do Censo Agropecuário 2006, apenas 6,3% – 329 mil – dos estabelecimentos agropecuários do país fazem uso de sistemas ou métodos de irrigação. No estado de SP, o índice é de 12,2%.

. O aumento de conflitos em todo o país em função do acesso à água, e as dificuldades do INCRA e assentados de garantir provisão de água aos assentamentos permitem afirmar que a concentração fundiária têm, cada vez mais, como contrapartida, o controle dos recursos hídricos.

. Os assentados reivindicam ter, pelo menos, 1 hectare irrigado no lote. Se é possível apontar uma prioridade de ação para os assentados, em termos de infraestrutura, ela é precisamente esta: aumentar a oferta de água nos lotes com vistas à produção.

Fonte: Pesquisa IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/2010/SIR Módulo Monitoramento

b) Índice de provimento de PDA/PRA

Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA	Total PA(s)	Porcentagem
		%
73	116	62,93

Para o exercício de 2011, não houve programação orçamentária e tampouco descentralização orçamentária/financeira, não havendo, portanto, programação de atividades para execução da demanda Física. Os 73 PDA/PRA foram executados nos exercícios anteriores, atendendo 62,93% dos Assentamentos Federais.

c) Índice de acesso a estradas transitáveis ou outras vias de transporte adequado ao escoamento d

d) a produção até as unidades produtivas

Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas	Número total de famílias assentadas	Porcentagem
		%
0	401	0

No exercício de 2011 não avançamos em obras de infraestrutura de acesso a estradas transitáveis em razão da paralisação dos serviços por parte da empresa contratada CODASP.

A CODASP é uma empresa de economia mista com controle acionário do Governo do Estado de São Paulo, criada em 1987, especializada na prestação de serviços de conservação de estradas rurais, terraplenagem, preparação de solo, construção de açudes e lagoas de tratamento, execução de microbacias hidrográficas, dentre outros. Pelo seu alto grau tecnológico (possui certificação ISO9000), integração de técnicas com as necessidades ambientais e eficiência, foi dada continuidade nessa parceria, iniciada em 2005.

Em relação a quantificar números referentes às obras de infraestrutura, podemos afirmar que esta é uma ação que em geral extrapola o prazo de um ano fiscal (janeiro a dezembro), já que várias obras iniciam-se em um ano e são concluídas no outro. Sendo assim, tendo em vista que o marco legal estabelecido para a contabilização das famílias como efetivamente atendidas por esta ação, se dá por ocasião do recebimento da obra por parte de um engenheiro do INCRA e a emissão do Termo de Aceitação (provisório) da obra, muitas das famílias beneficiadas pelas obras decorrentes desta Ação serão contabilizadas apenas no ano posterior.

e) Índice de acesso à moradia nos assentamentos

Número de unidades habitacionais	Número de famílias	Porcentagem
----------------------------------	--------------------	-------------

efetivamente construídas	assentadas	
		%
140	401	34,91 %

No exercício de 2011 foram construídas 140 casas em projetos de assentamento no Estado de São Paulo. As casas são construídas a partir da concessão de crédito individual aos assentados da reforma agrária, nas modalidades Aquisição de Material de Construção e Recuperação/materiais de Construção, implementada por meio de contrato e repasse às representações de trabalhadores rurais assentados, de recursos financeiros para construção e recuperação de unidades habitacionais com base legal na Constituição Federal; Lei 4.504, art.73; MP 2.183/2001; Decreto 59.428/1996 e IN/54/2009. Esta também é uma ação que em geral extrapola o prazo de um ano fiscal (janeiro a dezembro) porque a concessão do crédito e a construção de casa não ocorrem no momento seguinte à homologação da família no lote. Por esse motivo muitas famílias assentadas, principalmente no final do ano, terão suas casas construídas num período posterior.

- f) Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao PRONAF ou linha de crédito voltada à produção**

	Quantidade contratos firmados	
	unidade	
	922	

Durante o exercício de 2011, em todo o Estado de São Paulo foram firmados 922 contratos de operação do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. O PRONAF destina-se ao apoio financeiro das atividades agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família. Os créditos podem ser concedidos de forma individual, coletiva (quando formalizado com um grupo de produtores, para finalidades coletivas) ou grupal (quando formalizado com grupo de produtores, para finalidades individuais). A unidade neste indicador foi extraída do total de DAPs emitidas e enviadas para o banco para a possível contratação.

g) Índice de provimento de Assistência Técnica

Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica	Número de famílias PA(s) dos	Porcentagem
		%
16.516	16.516	100 %

O programa de Assistência Técnica e Extensão Rural, ATER, tem como premissa aliar o saber tradicional dos assentados aos conhecimentos científicos dos técnicos. Com essa união de experiências, espera-se que os assentamentos tornem-se unidades de produção estruturadas, competitivas e integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional, de forma socialmente justa e ambientalmente sustentável.

Os serviços de ATER são um conjunto de técnicas e métodos constitutivos de um processo educativo, de naturezas solidárias, permanentes, públicas e gratuitas,

com ênfase nos enfoques da agroecologia, cooperação e economia popular e solidária. Coordenados pelo INCRA, têm como parceiros instituições públicas, privadas, entidades de representação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, bem como as organizações não-governamentais ligadas à reforma agrária.

Para a execução do Programa de ATER, através do contrato firmado, organizamos o território a ser atendido em catorze Núcleos de Apoio localizados em locais estrategicamente escolhidos para possibilitar uma atuação direta entre as equipes multidisciplinares de ATER e os beneficiários da reforma agrária. Cada Núcleo é composto por equipes multidisciplinares que realizam diariamente o acompanhamento de projetos, esclarecimento de dúvidas, execução de serviços, entre outros. No total, foram contratados 139 técnicos, de diferentes formações profissionais.

Em São Paulo, o Programa de ATER atendeu, em 2011, 16.516 famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária. Essas famílias são oriundas de 243 Projetos de Assentamento Federais e Estaduais localizados no estado. Foram contratados e executados os seguintes serviços de ATER: Visitas Técnicas Individuais, Elaboração de Pronaf, Oficinas de Planejamento por Projetos de Assentamento e por Núcleos de Apoio, Elaboração de Planos de Utilização dos PDS, Reuniões de Orientação sobre os Planos de Utilização nos PDS, Cursos de Atividades Produtivas em PDS e PA, Intercâmbios, Reuniões de Produção e Comercialização (PAA e PNAE), Reuniões de Assessoramento a Agroindústrias, Cursos de Associativismo, Cooperativismo e Economia Solidária, Reuniões de Educação Ambiental, Dias de Campo sobre Manejo e Conservação de Solos, Reuniões de temas relativos à Saúde, Reuniões de Assessoramento a Associações, Grupos, Cooperativas e afins, Reuniões de Fomento e Assessoramento a Grupos de Mulheres, Reuniões de Fomento e Assessoramento a Grupos de Jovens, Reuniões nas Escolas, Reuniões de Seguridade Social e Atividades Complementares.

Para dimensionar a contratação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, a Superintendência Regional de São Paulo considerou o número de famílias beneficiárias em Projetos de Assentamento Federais e Estaduais (reconhecidos), chegando ao número de 16.516 lotes. No decorrer do ano de 2011, consideramos que todos os assentamentos foram atendidos pelas equipes de ATER, não apenas através de visitas individuais, mas também através da participação em eventos coletivos, como Dias de Campo, Intercâmbios, Reuniões, etc.

A maior dificuldade enfrentada pela Superintendência Regional é o atraso e a falta de previsibilidade no repasse de recursos. Esse atraso compromete a organização, o

planejamento e a qualidade dos serviços prestados. Além disso, a longo prazo, pode tornar a prestação desse serviço, para as entidades executoras de ATER, pouco atrativa, prejudicando a competitividade em futuras chamadas públicas.

h) Renda média das famílias (não obrigatório ou por amostragem)

	Valor monetário gerado pelas atividades produtivas	
	R\$	
	0	

i) Índice de parcelas supervisionadas

Quantidade de parcelas fiscalizadas	Quantidade total de parcelas	Porcentagem
		%
500	9637	5,18

No exercício de 2011 foram supervisionadas 500 parcelas. A ação atende a IN 47/2008 que estabelece diretrizes para a supervisão da situação ocupacional em projetos de reforma agrária e retomada de parcelas ocupadas irregularmente. Anualmente há uma diminuição gradual em relação a parcelas irregulares em consequência de um melhor

acompanhamento dos PAs com desenvolvimento das ações do programa 1427: Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar.

j) Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados

	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no período	
	unidade	
	0	

No exercício de 2011 o INCRA-SP não criou nenhum projeto de assentamento com características ambientalmente diferenciadas. Embora a autarquia contabilize hoje um quadro com dezoito Projetos de Desenvolvimento Sustentáveis (PDS) criados.

k) Índice de consolidação de assentamentos

Número de famílias assentadas em PA(s)	Número total de famílias existentes nos PA(s)	Porcentagem
		%
0	0	0%

No exercício de 2011 não foi consolidado nenhum projeto de assentamento. A consolidação de um PA depende de inúmeros fatores como o pleno desenvolvimento do projeto e independência técnica e financeira dos beneficiários da reforma agrária. Além disso, há necessidade de corpo técnico especializado para realizar a fiscalização e dar encaminhamento ao processo, o que no INCRA ainda é insuficiente.

Gestão Administrativa

a) Índice de abrangência de capacitação

Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação	quantidade total de funcionários no nível de agregação	Porcentagem
		%
112	105	106,67

No exercício de 2011 tivemos um total de 112 servidores capacitados em cursos, palestras, oficinas, todos na modalidade presencial, ultrapassando o número real de servidores da Superintendência Regional, em virtude de um mesmo servidor ter participado de mais

de um evento de capacitação. A ação contempla as diretrizes do Plano Nacional de Capacitação - PNC 2008-2011.

As ações de treinamento/capacitação dos servidores do INCRA-SP foram definidas através das demandas das Divisões, solicitação direta dos servidores e programação de Brasília.

Os treinamentos contemplaram os segmentos: Técnico Finalístico, Técnico Administrativo, Gerencial e Comportamental.

b) Índice de horas de capacitação

Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários	quantidade total de funcionários no nível de agregação	Porcentagem
		%
3.909	105	37,29 %

Conforme o que foi citado acima, esses cursos de capacitação somaram o total de 3.909 horas-aulas. Isso deu uma média de 37,29 horas-aulas por servidor, conforme demonstrado no indicador.

c) Índice de aprovação dos convênios

Quantidade de convênios com status “aprovado” no exercício	Quantidade de convênios com status “comprovado” no exercício	Porcentagem
		%
4	49	8,16

A grande maioria dos convênios firmados por esta Superintendência foram nos moldes da IN/STN 01/97, anterior ao exercício de 2008. À Época da formalização destes convênios foram feitos vários repasses o que gerou um grande estoque de convênios para a análise da prestação de contas, a redução deste estoque está sendo feita de forma gradativa, ano a ano, até porque no início eram apenas dois servidores para análise da prestação de contas, servidores estes que ainda tinham outras atribuições. Com a finalidade de zerar o estoque de convênio foi providenciada uma Ordem de Serviço, criando um grupo de trabalho, com a função de efetuar a análise da prestação de contas dos convênios, ocorre que alguns componentes desta Ordem de Serviço tiveram dificuldades em desenvolver os trabalhos, seja por não estarem familiarizado com o serviço ou até mesmo pela falta de capacitação para desenvolver tal trabalho, mesmo assim no exercício de 2011 foram analisados cerca de 28 (vinte e oito) convênios.

O resultado da análise da prestação de contas pode gerar: a aprovação do convênio, inadimplência da conveniente com a respectiva tomada de contas especial ou a conveniente poderá ser notificada para apresentar nova documentação, sendo que destes apenas 04 (quatro) foram aprovados. De um montante de 49 que estão no Status de comprovado gerando o índice de 8,16%, ainda informamos que do resultado das análises no exercício de 2011 foram encaminhados para TCE 08 (oito) convênios.

Alguns convênios tiveram o fim da vigência no exercício de 2011 o que fez aumentar o numero de convênios vencidos, mesmo assim ainda restaram cerca de 37 (trinta e sete) convênios, nos moldes da IN/STN 01/97, com vigência vencida, para efetuar a análise da prestação de contas dos convênios e mais 12 (doze) convênios formalizados no SICONV, totalizando assim 49 (quarenta e nove) convênios para serem analisados em sua prestação de contas. Para o exercício de 2012, contamos com a chegada de mais um servidor para o setor contábil, bem como uma nova Ordem de Serviço, formando um novo Grupo de Trabalho, com o objetivo de zerar o estoque de convênios com vigência vencida.

3. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

QUADRO A.3.1 - Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
373066		Superintendência Regional do Estado de São Paulo			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2009	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2011
373066		0	0	0	0
Razões e Justificativas:					

Fonte: SIAFI

3.1 Análise Crítica

Não houve reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos no exercício.

4. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

QUADRO A.4.1 - Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	11.367,89	0,00	8.818,81	2.549,08
2009	72.550,00	0,00	22.550,00	50.000,00
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	44.212.648,47	2.464,76	23.488.104,34	20.724.079,37
2009	31.270.630,89	1.984.818,15	22.106.861,79	7.178.950,95
...				
Observações:				

Fonte: wiki.incra.gov.br

4.1 Análise Crítica

Destacamos que os valores registrados em restos a pagar, nos últimos dois exercícios, prejudicam em muito qualquer planejamento orçamentário, visto que contribuem no contingenciamento financeiro. Fato este que a cada ano se agrava, conforme os quadros apresentados, dos valores empenhados, esta UJ efetivamente pagou apenas 53% (cinquenta e três por cento), ficando o restante dos pagamentos comprometidos no presente exercício. Sendo assim o impacto no orçamento não se traduz numa correlação direta com os números de extensão física dos programas em suas respectivas ações.

5. Informações sobre Recursos Humanos da unidade

5.1 Composição do Quadro de servidores ativos

QUADRO A.5.1 – Força de trabalho da UJ - situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)		122	3	1
1.1. Membros de poder e agentes políticos		0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		122	3	1
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		119	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		2	2	1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		1	1	0
2. Servidores com Contratos Temporários		0	0	0
3. Total de Servidores (1+2)		122	3	1

Fonte: SIAPE (GRCOSITCAR e Extrator de Dados)

QUADRO A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho - situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	6
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	1
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	1
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	1
3.1. De ofício, no interesse da Administração	
3.2. A pedido, a critério da Administração	1
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em pessoa da família	
4.2. Capacitação	
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	8
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	1
5.2. Serviço militar	
5.3. Atividade política	
5.4. Interesses particulares	7
5.5. Mandato classista	
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	16

Fonte: Extração SIAPE fev/12.

QUADRO A.5.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ - situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	0	17	9	7
1.1.Cargos Natureza Especial				
1.2.Grupo Direção e Assessoramento superior	0	17	9	7
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		16	8	5
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas		1	1	
1.2.4. Sem vínculo				2
1.2.5. Aposentados				
2. Funções gratificadas	0	2	0	0
2.1.Servidores de carreira vinculada ao órgão		2		
2.2.Servidores de carreira em exercício descentralizado				
2.3.Servidores de outros órgãos e esferas				
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	0	19	9	7

Fonte:

QUADRO A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - situação apurada em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo	4	28	38	29	4
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	4	28	38	29	4
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
2. Provimento de cargo em comissão	0	2	8	8	1
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		2	7	7	1
2.3. Funções gratificadas			1	1	
3. Totais (1+2)	4	30	46	37	5

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

QUADRO A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - situação apurada em 31/12/2011

apurada em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	0	0	9	0	23	71	0	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira			9		23	71			
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	0	0	9	10	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					8	9			
2.3. Funções gratificadas					1	1			
3. Totais (1+2)	0	0	9	0	32	81	0	0	0

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

5.2 Composição do Quadro de servidores inativos e pensionistas

QUADRO A.5.6 - Composição do Quadro de servidores inativos - situação apurada em 31/12/2011

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	86	2
1.1 Voluntária	77	2
1.2 Compulsória		
1.3 Invalidez Permanente	9	
1.4 Outras		
2. Proporcional	32	0
2.1 Voluntária	26	
2.2 Compulsória	2	
2.3 Invalidez Permanente	4	
2.4 Outras		
3. Totais (1+2)	118	2

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

QUADRO A.5.7 - Composição do Quadro de instituidores de pensão - situação apurada em 31/12/2011

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	26	0
1.1. Integral	21	0
1.2. Proporcional	5	0
2. Em Atividade	10	0
3. Total (1+2)	36	0

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.5.8 - Composição do Quadro de estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	8	7	10	8	41.568,26
1.1 Área Fim	4	3	3	4	17.697,38
1.2 Área Meio	4	4	7	4	23.870,88
2. Nível Médio	6	7	8	8	24.739,65
2.1 Área Fim	2	3	4	4	11.118,94
2.2 Área Meio	4	4	4	4	13.620,71
3. Total (1+2)	14	14	18	16	66.307,91

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

5.4 Demonstração de custos de pessoal da unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal nos exercícios de 2009, 2010 e 2011

Em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2011	6.630,376,17		568.551,31	166.504,95	206.225,38	1.146.133,66	10.252,32		3.339,96	8.731.383,75
	2010	6.076.664,55		565.971,99	192.509,36	788.505,69	927.544,00	0,00		3.339,96	8.554.535,55
	2009	5.972.166,43		535.518,62	180.944,03	511.917,83	642.250,36	2.695,63		3.339,96	7.848.832,86
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011										0,00
	2010										0,00
	2009										0,00
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2011					3.675,16					0,00
	2010					1.409,99					1.409,99
	2009					0,00					3.675,16
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2011										
	2010										

	2009										
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2011		306.905,59			116.339,03					423.244,62
	2010		344.249,54			196.437,69					540.687,23
	2009		372.600,93			141.588,89					514.189,82
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2011		10.104,24			13.820,98					23.925,22
	2010		10.104,24			27.233,39					37.337,63
	2009		10.230,42			14.609,99					24.840,41

Fonte: Extração DW SIAPE dos exercícios de 2009, 2010 e 2011.

5.5 Terceirização de mão de Obra empregada pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.10 - Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da Unidade Jurisdicionada

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2010	2009		
Análise crítica da situação da terceirização no órgão					

Fonte:

Quadro A.5.11 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concursos públicos ou de provimento adicional autorizados

Nome do empregado terceirizado substituído	Cargo que ocupava no órgão	Data do D.O.U. de publicação da dispensa

Fonte:

Quadro A.5.12 – Autorização para Realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados

Nome do órgão autorizado a realizar o concurso ou provimento adicional	Norma ou expediente autorizador, do exercício e dos dois anteriores		Quantidade autorizada de servidores
	Número	Data	

Fonte:

5.6 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

QUADRO A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Incra													
UG/Gestão: 373066/37201							CNPJ: 00.375.972/0010-51						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	V	O	00011/2008	***SUPORTE 67.803.726/0001-33	03/09/2008	03/09/2012	2	2					P
2010	V	O	80000/2010	**SUPORTE 67.803.726/0001-33	01/09/2010	31/08/2012			3	3			P
2010	L	O	11000/2009	*ELAINE 08.933.526/0001-36	02/02/2009	02/01/2013	2	2					P
2011	L	E	28000/2011	RAYTONY 10.643.999/0001-40	10/07/2011	10/01/2012	16	16					E
2009	L	O	30000/2009	PROCLEAN 08.279.353/0001-84	03/08/2009	30/06/2011	16	16					E
Observação: *** Serviço de segurança armada patrimonial na UNIDADE AVANÇADA DE ANDRADINA/SP ** Serviço de segurança armada patrimonial no edifício sede do INCRA/SP * Prestação de serviço de Limpeza e consev. na Unidade Avançada de Andradina - SP													
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte:

Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: INCRA													
UG/Gestão: 373066/37201							CNPJ:00.375.972/0010-51						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	2	E	29000/2011	*** ENGELINK 12.139.246/0001-28	18/07/2011	17/01/2012			2	2			E
2010	2	E	0001/2010	***PROCLEAN 08.279.353/0001-84	11/03/2010	30/06/2011			2	2			E
2010	1	O	34000/2010	**NTL 32.185.480/0001-07	19/10/2010	18/10/2012			5	5	1	1	P
2010	1	O	00020/2010	*BK CONSULTORIA 03.022.122/0001-77	01/01/2012	10/01/2013			20	25			P
Observação: *** Prestação de serviços continuados de mão de obra para execução de operação de manutenção preventiva nas instalações elétricas e telefonia hidráulicas e sanitárias do Edifício Sede do INCRA/SP ** Serviço de tecnologia da informação com suporte técnico presencial e remoto aos usuários e equipamentos e o serviço de administração de ativos de rede e servidores. * Serviços de apoio administrativo													
LEGENDA Área: 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional; 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis 3. Serviços de Copa e Cozinha; 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis; 5. Serviços de Brigada de Incêndio; 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; 7. Outras. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte:

5.7 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

.

Não se aplica nesta UJ, gerenciado pelo INCRA-SEDE.

6. Informação sobre as Transferências Vigentes no Exercício de Referência

6.1 Transferências efetuadas no exercício

QUADRO A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Superintendência Regional do Incra no estado de São Paulo									
CNPJ: 00.375.972/0010-51					UG/GESTÃO: 373066/37201				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício			
							Início	Fim	
1	527560	50786714000145	704.060,06	0,00	0,00	704.060,06	03.11.2005	31.12.2011	1
1	572768	48031918000124	1.100.250,00	0,00	105.750,00	1.100.250,00	18.06.2007	31.12.2011	1
1	577016	49607336000106	1.906.000,00	0,00	0,00	1.902.000,00	15.08.2008	30.05.2011	1
1	597234	66991647000130	946.875,00	0,00	108.325,00	946.875,00	11.12.2007	11.03.2012	1
1	639998	50786714000145	8.400.000,00	0,00	0,00	4.556.073,16	31.12.2008	31.12.2011	1
LEGENDA Modalidade: 1 – Convênio 2 - Contrato de Repasse 3 - Termo de Parceria 4 - Termo de Cooperação 5 - Termo de Compromisso Situação da Transferência: 1 - Adimplente 2 - Inadimplente 3 - Inadimplência Suspensa 4 - Concluído 5 - Excluído 6 - Rescindido 7 - Arquivado									

Fonte:

QUADRO A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Superintendência Regional do Incra no estado de São Paulo					
CNPJ:	00.375.972/0010-51					
UG/GESTÃO:	373066/37201					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	0	2	7	0,00	1.849.719,00	1.500.000,00
Contrato de Repasse				0,00	0,00	0,00
Termo de Cooperação				0,00	0,00	0,00
Termo de Compromisso				0,00	0,00	0,00
Totais	0	2	7	0,00	1.849.719,00	1.500.000,00

Fonte: SICONV

QUADRO A.6.3 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigoram em 2011 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Regional do Incra no estado de São Paulo					
CNPJ: 00.375.972/0010-51			UG/GESTÃO: 373066/37201		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	02	2.155.755,00	1.890.075,00	265.680,00	87,675
Contrato de Repasse	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Termo de Parceria	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Termo de Cooperação	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Termo de Compromisso	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais					

Fonte: SIAFI

QUADRO A.6.4 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Superintendência Regional do Incra no estado de São Paulo					
CNPJ:00.375.972/0010-51			UG/GESTÃO: 373066/37201		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas prestadas	Quantidade	05		
		Montante Repassado	11.970.217,46		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	03		
		Montante Repassado	5.904.769,45		
2010	Contas prestadas	Quantidade	13		
		Montante Repassado	48.064.011,25		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	07		
		Montante Repassado	1.731.379,00		
2009	Contas prestadas	Quantidade	16		
		Montante Repassado	5.535.334,70		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	02		
		Montante Repassado	1.500.000,00		
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	03		
		Montante Repassado	599.014,53		
Fonte:					

QUADRO A.6.5 - Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendia Regional do Incra no estado de São Paulo					
CNPJ: 00.375.972/0010-51				UG/GESTÃO: 373066/37201	
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas			5	
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas	4	
			Contas Não analisadas	1	
		Montante repassado (R\$)		9.965.869,81	
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	1	
			Quantidade Reprovada	0	
			Quantidade de TCE		
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	1	
			Montante repassado (R\$)	4.556.073,16	
2010	Quantidade de contas prestadas			13	
	Contas analisadas		Quantidade Aprovada	0	
			Quantidade Reprovada	0	
			Quantidade de TCE	0	
	Contas NÃO analisadas		Quantidade	13	
			Montante repassado (R\$)	21.965.918,67	
2009	Quantidade de contas prestadas			17	
	Contas analisadas		Quantidade Aprovada	2	
			Quantidade Reprovada	2	
			Quantidade de TCE	5	
	Contas NÃO analisadas		Quantidade	8	
			Montante repassado	1.775.555,70	
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas		Quantidade	9	
			Montante repassado	1.531.897,20	

--	--	--	--	--

Fonte: SIAFI

6.2 Análise Crítica

A grande maioria dos convênios firmados por esta Superintendência foram nos moldes da IN/STN 01/97, anterior ao exercício de 2008. À Época da formalização destes convênios foram feitos vários repasses o que gerou um grande estoque de convênios para a análise da prestação de contas, a redução deste estoque está sendo feita de forma gradativa, ano a ano, até porque no início eram apenas dois servidores para análise da prestação de contas, servidores estes que ainda tinham outras atribuições. Com a finalidade de zerar o estoque de convênio foi providenciada uma Ordem de Serviço, criando um grupo de trabalho com 06 (seis) componentes, com a função de efetuar a análise da prestação de contas dos convênios, ocorre que alguns componentes desta Ordem de Serviço tiveram dificuldades em desenvolver os trabalhos, seja por não estarem familiarizado com o serviço ou até mesmo pela falta de capacitação para desenvolver tal trabalho, mesmo assim no exercício de 2011 foram analisados cerca de 28 (vinte e oito) convênios. O resultado da análise da prestação de contas pode gerar a aprovação do convênio, inadimplência da conveniente com a respectiva tomada de contas especial ou a conveniente poderá ser notificada para apresentar nova documentação. Alguns convênios tiveram o fim da vigência no exercício de 2011 o que fez aumentar o numero de convênios vencidos, mesmo assim ainda restaram cerca de 37 (trinta e sete) convênios, nos moldes da IN/STN 01/97, com vigência vencida, para efetuar a análise da prestação de contas dos convênios e mais 12 (doze) convênios formalizados no SICONV, totalizando assim 49 (quarenta e nove) convênios para serem analisados em sua prestação de contas. Para o exercício de 2012, contamos com a chegada de mais um servidor para o setor contábil, bem como uma nova Ordem de Serviço, formando um novo Grupo de Trabalho, com o objetivo de zerar o estoque de convênios com vigência vencida.

7. Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

QUADRO A.7.1 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, **VALQUÍRIA MARIA PESSÔA ROCHA**, CPF nº **028.672.008-65**, **Administrador**, exercido na **Superintendência Regional do INCRA no Estado de São Paulo – Divisão Administrativa**. DECLARO junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

São Paulo, 28 de março de 2012

Valquíria Maria Pessoa Rocha

CPF: 028.672.008-65

Administrador - 373066

8. Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93.

QUADRO A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	06	04	19
	Entregaram a DBR	06	04	19
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte:

8.1 Análise Crítica

Informamos que todos os servidores que foram nomeados, exonerados ou permaneceram em Funções Comissionadas já haviam optado por entregar o Formulário de Acesso à Declaração de Ajuste Anual de Imposto de Renda da Pessoa Física.

Formulário de Autorização de Acesso à Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física

9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ

QUADRO A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ.

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			x		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			x		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				x	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		x			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			x		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.			x		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				x	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				x	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			x		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			x		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			x		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			x		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			x		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				x	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x

Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			x		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			x		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			x		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.		x			
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			x		
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		x			
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			x		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			x		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				x	
Considerações gerais:					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras. (Parte A, Item 10, do Anexo II da DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010)

QUADRO A.10.1 - Gestão ambiental e licitações sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. · Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?		x			
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				x	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).					x
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. · Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?				x	
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). · Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?				x	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). · Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?		x			
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. · Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	x				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). · Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			x		
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					x

10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				x	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					x
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?					x
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?			x		
Considerações Gerais: 1.Nos últimos anos as licitações para aquisições de bens e serviços de equipamentos de TI para uso corporativo foram de realizadas de maneira centralizada, pela Coordenação Geral de Tecnologia. As aquisições realizadas nos exercícios 210/211, levaram em consideração o disposto da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e o Decreto nº 5.940/2006 que institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta.					
<u>LEGENDA</u> Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

11. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros. (Parte A, Item 11, do Anexo II da DN TCU N°108, DE 24/11/2010)

a. Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.11.1 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União.

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
	UF “n”	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
Subtotal Brasil		Σ	Σ
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		Σ	Σ

Fonte:

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

QUADRO A.11.2 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
	UF “n”	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
Subtotal Brasil		Σ	Σ
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		Σ	Σ

Fonte:

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Quadro A.11.3 - Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ.

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
373066	7107 00576.500-7	15	5	8.022.403,79	09/11/2001		64.552,96	224.852,76
Total							64.552,96	224.852,76

Fonte: SPIU

11.1 Análise crítica:

Continuamos com problema referente à manutenção e conservação do imóvel, visto que o edifício sede do INCRA em São Paulo, tem mais de 30 anos de uso, necessário se faz reparos e obras, destacando a parte hidráulica entre outras, pois toda a tubulação existente é de ferro, precisa ser substituída por tubulação de PVC. No exercício de 2011, em caráter emergencial, conseguimos executar pequenos reparos nas tubulações sanitárias.

Como esta UJ é uma unidade executora, as transferências são efetuadas pela UO – Unidade Orçamentária - INCRA SEDE/Brasília, de acordo com o caderno de metas desta UJ, sendo que a execução física depende da descentralização dos recursos financeiros, que não ocorre de acordo com a programação orçamentária, em razão da vinculação com STN – Secretaria do Tesouro Nacional, fator este que no exercício de 2011 prejudicou nossa programação.

12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

Quadro A.12.1 - Gestão de TI da UJ.

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.	Este item será respondido pela DET				
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.	Este item será respondido pela DET				
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	Este item será respondido pela DET				
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.				X	
	Contrato terceirizado 01 ADM REDE e 04 SUPORTE TEC.				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	Este item será respondido pela DET				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	Este item será respondido pela DET				
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.	Este item será respondido pela DET				
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.			X		
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.	Este item será respondido pela DET				
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.				X	
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.				X	
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				X	
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.				X	
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?			X		
Considerações Gerais:					
Item: Planejamento					
✓ 1 - Planejamento Institucional – O planejamento das ações de bens e serviços 1 - Tecnologia da instituição e elaborado de forma participativa Sede/Regionais, porem sua execução é centralizada					
✓ 2 - Planejamento Estratégico - – O planejamento Estratégico das ações de bens e serviços Tecnologia da					

Instituição e elaborado de forma participativa Sede/Regionais, porem sua execução é centralizada ✓ 3 – O Comitê de TI foi criado somente na Sede, porém todas as decisões das ações de Tecnologia para a Instituição são apreciadas por ele. Item: Recursos Humanos de TI ✓ 4 - Caso a unidade tenha contrato em vigor de suporte a TI, deve informar o quantitativo . Ex (Adm de rede: XX Técnico de Suporte: XX ✓ 5 – Não há carreira específica para profissionais de TI na Instituição ✓ Item: Segurança da Informação ✓ 6 - Não foi implantada, ainda, área específica na Instituição para tratar de segurança da informação de bens e serviços de TI ✓ 7 - Desde 2006 há na instituição regramentos que tratam de políticas de segurança, PORTARIA/INCRA/P/Nº 70, DE 29 DE MARÇO DE 2006, em 2010 foi realizada uma reformulação/atualização desta norma, e já foi aprovada pelo Comitê de TI da Instituição. Item: Desenvolvimento e Produção de Sistemas ✓ 8 – Todas as aquisições de bens e serviços de tecnologia, seguem as disciplinas contidas na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, 19 de maio de 2008, revisada em 2010 e 2011 da SLTI/MPOG, que Dispõe sobre o processo de contratação de Soluções de Tecnologia da Informação pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP) do Poder Executivo Federal e demais regramentos, observando sempre o PDTI. ✓ 9 - O desenvolvimento de sistema é realizado de forma centralizada, por metodologia própria, observando sempre as demandas de todas as unidades. ✓ 10 – Sim, seguindo as disciplinas contidas na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, 19 de maio de 2008, revisada em 2010 e 2011 da SLTI/MPOG, e demais regramentos. ✓ 11 – Sim, as disciplinas contidas na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, 19 de maio de 2008, revisada em 2010 e 2011 da SLTI/MPOG, Item: Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI ✓ 12- O nível de terceirização dos serviços de TI da Instituição atinge os 70%, o restante são ações de planejamento e gestão desempenhadas por servidores públicos. ✓ 11 – Sim, seguindo as disciplinas contidas na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, 19 de maio de 2008, revisada em 2010 e 2011 da SLTI/MPOG, e demais regramentos, alem do Planejamento Estratégico da Instituição em suas ações. ✓ 13 – A Não há área específica para gestão de contratos de TI, esta gestão dos processos de bens e serviços de Tecnologia é feita de forma compartilhada entre a área de TI e a Administração da Instituição. ✓ 14 – Sim, e é sempre previsto na elaboração/execução dos contratos.					
<u>LEGENDA</u> <u>Níveis de avaliação:</u> (1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.

Quadro A.13.1 – Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por portador

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	373066	Limite de Utilização da UG			
Portador	CPF	Valor Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
VANDERLEI PEDROSO MANTOVANI	01415073813	9.845,00	9.845,00	0,00	9.845,00
DANIEL CARLOS MAIA MARTINS	01453501690	606,82	606,82	0,00	606,82
AGNALDO APARECIDO DE JESUS	02150198819	11.790,00	11.790,00	0,00	11.790,00
ZULEMA APARECIDA DOS SANTOS LINHARES	02285485867	21.361,41	21.361,41	0,00	21.361,41
MARIA LUCIA FELICIO COSTA	03343977829	1.687,74	1.687,74	0,00	1.687,74
ALESSANDRO ANTONIO OLIVEIRA	07290595610	290,50	290,50	0,00	290,50
GUSTAVO GIROTI BIAJOLI	11276431856	3.200,00	3.200,00	0,00	3.200,00
YARA GONZAGA	14997800287	4.280,00	4.280,00	0,00	4.280,00
GUSTAVO BOVI MATSUOKA	29761338835	66,00	66,00	0,00	66,00
AFONSO DE OLIVEIRA BUENO	55388752615	750,47	950,00	0,00	750,47
ROGERIO MARTINS	56254989972	3.000,00	3.000,00	0,00	3.000,00
Total utilizado pela UG			56.877,94	0,00	56.877,94
Código da UG 2:		Limite de Utilização da UG:			
Total utilizado pela UG					
Total utilizado pela UJ					

Fonte:

Quadro A.13.2 – Despesa com cartão de crédito corporativo (série histórica)
Valores em R\$ 1,00

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011	99	56.877,94	0	0,00	56.877,94
2010	130	51.725,47	07	639,39	52.364,86
2009	117	24.086,00	43	5.844,81	29.930,81

Fonte: SIAFI Gerencial

14. Informações sobre Renúncia Tributária.

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

15. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.

Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Síntese da providência adotada:					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação:			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Síntese da providência adotada:			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação:			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

16. Informações sobre o Tratamento das Recomendações Realizadas pela Unidade de Controle Interno

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	
Data do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida/Data	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	
Descrição da Recomendação	
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Síntese das providências adotadas	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

O INCRA é fiscalizado por uma Auditoria Interna – AUD, ligada ao Conselho Diretor, em que uma de suas funções é elaborar relatórios sobre exames realizados, bem como promover o acompanhamento da regularização das ocorrências apontadas ou verificadas. No final de cada exercício, a AUD elabora um calendário de visitas (exames) às Superintendências Regionais, sendo que para o exercício de 2011 não houve visita à SR (08).

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	
Descrição da Recomendação	
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Justificativas para o não atendimento	

Idem texto A.16.1

Parte B - Informações Contábeis da Gestão

Quadro B.1.1 – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Superintendência Regional do Incra no estado de São Paulo			373066
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	São Paulo	Data	31 de março de 2012
Contador Responsável	Evans Coelho de Carvalho	CRC n°	1SP237178/O-0

Quadro B.1.2 – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Denominação completa (UJ)

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial), **EXCETO** no tocante a:

a).....

b).....

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local

Contador Responsável

17. Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).

UG/GESTAO: 373066/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DE SAO PAULO- INCRA/SR-08

MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 1

BALANCO - FINANCEIRO

CONF. COM RESTRICAO

EXERCICIO

INGRESSOS

2011

INGRESSOS

215.302.473,41

RECEITAS CORRENTES

1.808.738,70

OUTRAS RECEITAS CORRENTES

1.808.738,70

RECEITA CAP. ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO

0,00

TRANSFERENCIAS RECEBIDAS

8.257.434,22

TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS RECEBIDAS

7.396.191,22

SUB-REPASSE RECEBIDO

7.396.191,22

SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.

7.396.191,22

TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS

861.243,00

ORDEN DE TRANSFERENCIA RECEBIDA

861.243,00

TRANSFERENCIAS RECEBIDAS

841.243,00

RECEBIMENTO DE TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS

20.000,00

INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS

205.236.300,49

VALORES EM CIRCULACAO

57.853.814,52

RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER

57.853.814,52

DEPOSITOS

6.550,28

RECURSOS DO TESOURO NACIONAL

6.550,28

OBRIGACOES EM CIRCULACAO	74.692.282,64
FORNECEDORES	94.531,81
DO EXERCICIO	0,00
DE EXERCICIOS ANTERIORES	44.531,81
TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	50.000,00
RESTOS A PAGAR	74.588.171,16
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	72.646.734,28
CANCELADO	1.941.436,88
OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	0,00
EM CONTRATOS	0,00
VALORES EM TRANSITO	9.579,67
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	72.683.653,05
INCORPORACAO DE DIREITOS	72.677.721,55
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	72.677.721,55
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	5.931,50
EXERCICIOS ANTERIORES	5.931,50
OUTRAS DESINCORPORACOES DE OBRIGACOES	0,00
DISPENDIOS	215.302.473,41
DESPESAS CORRENTES	18.727.000,77
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18.565.191,25
TRANSFERENCIAS A ESTADOS E MUNICIPIOS	105.750,00
OUTRAS DESPESAS	18.459.441,25
DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	161.809,52
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	161.809,52
DESPESAS DE CAPITAL	37.456.317,92
INVESTIMENTOS	12.733.000,00
INVERSOES FINANCEIRAS	24.723.317,92
TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	3.950.260,18
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	3.950.260,18
ORDEN DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	2.141.521,48
TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	1.268.913,00
DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	872.608,48
TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	1.808.738,70
DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	155.168.894,54
VALORES EM CIRCULACAO	72.765.809,56
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	72.765.809,56
DEPOSITOS	32.059,72
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00
RECURSOS DO TESOIRO NACIONAL	32.059,72
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	57.818.996,32
FORNECEDORES	52.088,42
DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.088,42
TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	50.000,00
RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	57.761.206,65
OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	5.000,00
EM CONTRATOS	5.000,00
VALORES EM TRANSITO	701,25
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	24.552.028,94
BAIXA DE DIREITOS	24.550.028,94

CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	24.550.028,94
AJUSTES DE OBRIGACOES	2.000,00
AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO	2.000,00

**UG/GESTAO: 373066/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DE SAO PAULO-
INCRA/SR-08**

**MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA:
1**

BALANCO - PATRIMONIAL	CONF. COM RESTRICAO
ATIVO	EXERCICIO
2011	
ATIVO	1.234.041.892,98
ATIVO FINANCEIRO	72.765.809,56
CREDITOS EM CIRCULACAO	72.765.809,56
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	88.088,01
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	72.677.721,55
ATIVO NAO FINANCEIRO	961.845.337,68
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	52.373.253,83
CREDITOS EM CIRCULACAO	67.737.071,05-
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	72.677.721,55-
DIVERSOS RESPONSAVEIS	1.255.640,97
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	3.685.009,53
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	120.110.324,88
ESTOQUES	99.751,07
TITULOS E VALORES	120.010.573,81
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	834.255.895,62
DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	360,10
DEPOSITOS COMPULSORIOS	360,10
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	834.255.535,52
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	177.586.138,14
CREDITOS A RECEBER	656.669.397,38
PERMANENTE	75.216.188,23
IMOBILIZADO	75.212.835,34
BENS MOVEIS E IMOVEIS	75.301.449,72
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	88.614,38
INTANGIVEL	3.352,89
ATIVO REAL	1.034.611.147,24
ATIVO COMPENSADO	199.430.745,74
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	199.430.745,74
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B	6.200,00
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	152.327.411,43
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	7.400.336,39
OUTRAS COMPENSACOES	39.696.797,92

PASSIVO	2011	
PASSIVO	1.234.041.892,98	
PASSIVO FINANCEIRO	72.757.396,04	
DEPOSITOS	6.550,28	
RECURSOS DO TESOIRO NACIONAL	6.550,28	
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	72.750.845,76	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	94.531,81	
FORNECEDORES - DO EXERCICIO	0,00	
FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	44.531,81	
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	
TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	50.000,00	
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	72.646.734,28	
A LIQUIDAR	72.646.734,28	
CREDORES DIVERSOS	0,00	
PASSIVO	2011	
VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	9.579,67	
PASSIVO NAO FINANCEIRO	72.646.734,28-	
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	72.646.734,28-	
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	
RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	72.646.734,28-	
PASSIVO REAL	110.661,76	
PATRIMONIO LIQUIDO	1.034.500.485,48	
PATRIMONIO/CAPITAL	1.011.299.956,15	
PATRIMONIO	1.011.299.956,15	
AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	7.008,57	
RESERVAS	2.214,56	
RESULTADO DO PERIODO	23.191.306,20	
SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	1.034.611.147,24	
PASSIVO	2011	
SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	1.011.419.841,04-	
PASSIVO COMPENSADO	199.430.745,74	
COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	199.430.745,74	
VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	6.200,00	
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	152.327.411,43	
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	7.400.336,39	
COMPENSACOES DIVERSAS	39.696.797,92	

MES DE REFERENCIA : DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO)
PAGINA : 01
UNIDADE GESTORA : 373066 SUPERINTEND.ESTADUAL DE SAO PAULO-INCRA/SR-08
GESTAO : 37201 - INSTITUTO NAC. DE COLONIZACAO E REF.AGRARIA
BALANCO : ORCAMENTARIO CONF. COM RESTRICAO

R E C E I T A S	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA
TOTAL	0,00	0,00
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00
TOTAL GERAL	0,00	0,00

D E S P E S A S	DOTACAO INICIAL	DOTACAO
ATUALIZADA		
CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENTARES	0,00	64.598.680,33
DESPESAS CORRENTES	0,00	18.753.233,43
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	18.753.233,43
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	45.845.446,90
INVESTIMENTOS	0,00	12.733.000,00
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	33.112.446,90
SUBTOTAL I	0,00	64.598.680,33
TOTAL	0,00	64.598.680,33
TOTAL GERAL	0,00	64.598.680,33

**UG/GESTAO: 373066/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DE SAO PAULO-
INCRA/SR-08**

**MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA:
BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL CONF. COM RESTRIC**

EXERCICIO

VARIACOES ATIVAS	2011
VARIACOES ATIVAS	211.618.452,98
ORCAMENTARIAS	61.762.928,48
RECEITAS CORRENTES	1.808.738,70
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.808.738,70
INTERFERENCIAS ATIVAS	7.396.191,22
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	7.396.191,22
SUB-REPASSE RECEBIDO	7.396.191,22
MUTACOES ATIVAS	52.557.998,56
INCORPORACOES DE ATIVOS	7.802.567,60
AQUISICOES DE BENS	7.510.803,21
INCORPORACAO DE CREDITOS	291.764,39
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	44.755.430,96
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	149.855.524,50
INTERFERENCIAS ATIVAS	886.161,37
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	24.918,37
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	861.243,00
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	148.969.363,13
INCORPORACOES DE ATIVOS	147.021.994,75
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	4.720.713,23
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	682.673,35
INCORPORACAO DE DIREITOS	141.618.608,17
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	1.947.368,38
DEFICIT	0,00

VARIACOES PASSIVAS	2011
VARIACOES PASSIVAS	211.618.452,98
ORCAMENTARIAS	56.235.814,54
DESPESAS CORRENTES	18.727.000,77
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18.565.191,25
DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	161.809,52
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	161.809,52
DESPESAS DE CAPITAL	37.456.317,92
INVESTIMENTOS	12.733.000,00
INVERSOES FINANCEIRAS	24.723.317,92
MUTACOES PASSIVAS	52.495,85
DESINCORPORACOES DE ATIVOS	52.495,85
LIQUIDACAO DE CREDITOS	52.495,85
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	132.191.332,24
INTERFERENCIAS PASSIVAS	3.950.260,18
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	2.141.521,48
MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	1.808.738,70

DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	128.241.072,06
DESINCORPORACOES DE ATIVOS	98.310.712,04
BAIXA DE BENS IMOVEIS	0,00
BAIXA DE BENS MOVEIS	195.658,23
BAIXA DE DIREITOS	98.115.053,81
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	58.456,69
DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	58.456,69
INCORPORACAO DE PASSIVOS	29.869.903,33
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.000,00
AJUSTES FINANCEIROS	2.000,00
AJUSTES NAO FINANCEIROS	0,00
RESULTADO PATRIMONIAL	23.191.306,20
SUPERAVIT	23.191.306,20

**UG/GESTAO: 373066/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DE SAO PAULO-
INCRA/SR-08**

**MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA:
BALANCO - DEMONSTRACAO DAS DISPONIBILIDADES CONF. COM
RESTRICA**

EXERCICIO

COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS 2011

COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	0,00
CREDITOS EM CIRCULACAO	72.765.809,56-
CREDITOS A RECEBER	72.765.809,56-
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	72.765.809,56-
LIMITE DE SAQUE C/VINCULACAO DE PAGAMENT	88.088,01-
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	72.677.721,55-
DEPOSITOS	6.550,28
RECURSOS DO TESOIRO NACIONAL	6.550,28
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	72.750.845,76
OBRIGACOES A PAGAR	72.741.266,09
FORNECEDORES	94.531,81
DO EXERCICIO	0,00
DE EXERCICIOS ANTERIORES	44.531,81
TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	50.000,00
RESTOS A PAGAR	72.646.734,28
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	72.646.734,28
CREDORES DIVERSOS	0,00
OUTROS CREDORES	0,00
VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	9.579,67
VALORES A DEBITAR	821,76
SAQUE POR CARTAO DE CREDITO CORPORATIVO	8.757,91
SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO DO EXERCICIO	8.413,52
DISPONIBILIDADES P/FONTE DE RECURSOS	72.669.308,03-
DISPONIBILIDADE DE RESTOS A PAGAR	72.677.721,55
LIMITE DE RESTOS A PAGAR - RECEBIDO	72.677.721,55

**UG/GESTAO: 373066/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DE SAO PAULO-
INCRA/SR-08**

**MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA:
BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL P/ NATUREZA CONF. COM
RESTRICA**

**EXERCICIO
2011**

RECEITAS ORCAMENTARIAS	
RECEITAS CORRENTES	1.808.738,70
RECEITAS NAO TRIBUTARIAS	1.808.738,70
TOTAL DAS RECEITAS ORCAMENTARIAS	1.808.738,70
DESPESAS ORCAMENTARIAS	
DESPESAS CORRENTES	18.727.000,77
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18.727.000,77
DESPESAS DE CAPITAL	37.456.317,92
INVESTIMENTOS	12.733.000,00
INVERSOES FINANCEIRAS	24.723.317,92
(-) TOTAL DAS DESPESAS ORCAMENTARIAS	56.183.318,69
RESULTADO ORCAMENTARIO	54.374.579,99-
INTERFERENCIAS ATIVAS ORCAMENTARIAS	7.396.191,22
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	7.396.191,22
MUTACOES ATIVAS ORCAMENTARIAS	52.557.998,56
INCORPORACAO DE ATIVOS	7.802.567,60
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	44.755.430,96
(-) MUTACOES PASSIVAS ORCAMENTARIAS	52.495,85
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	52.495,85
RESULTADO ORCAMENTARIO APOS INTERF/MUTACOES	5.527.113,94
RESULTADO APOS REC/DESP EXTRA-ORCAMENTARIAS	5.527.113,94
INTERFERENCIAS ATIVAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	886.161,37
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	24.918,37
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	861.243,00
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS EXTRA-ORCAMENTARIOS	148.969.363,13
INCORPORACAO DE ATIVOS	147.021.994,75
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	1.947.368,38
(-) INTERFERENCIAS PASS. EXTRA-ORCAMENTARIAS	3.950.260,18
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	2.141.521,48
OUTRAS INTERFERENCIAS PASSIVAS	1.808.738,70
(-) DECRESCIMOS PATRIM. EXTRA-ORCAMENTARIOS	128.241.072,06
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	98.310.712,04
INCORPORACAO DE PASSIVOS	29.869.903,33
OUTROS DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	60.456,69
RESULTADO PATRIMONIAL / SUPERAVIT OU DEFICIT	23.191.306,20

**UG/GESTAO: 373066/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DE SAO PAULO-
INCRA/SR-08**

**MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA:
BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL P/ NATUREZA E FUNCAO CONF.
COM RESTRICA**

**EXERCICIO
2011**

RECEITAS ORCAMENTARIAS	
RECEITAS CORRENTES	1.808.738,70
RECEITAS NAO TRIBUTARIAS	1.808.738,70
TOTAL DAS RECEITAS ORCAMENTARIAS	1.808.738,70
DESPESAS ORCAMENTARIAS	
PREVIDENCIA SOCIAL	0,00
ORGANIZACAO AGRARIA	11.427.887,73
(-) TOTAL DAS DESPESAS ORCAMENTARIAS	56.183.318,69
RESULTADO ORCAMENTARIO	54.374.579,99-
INTERFERENCIAS ATIVAS ORCAMENTARIAS	7.396.191,22
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	7.396.191,22
MUTACOES ATIVAS ORCAMENTARIAS	52.557.998,56
INCORPORACAO DE ATIVOS	7.802.567,60
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	44.755.430,96
(-) MUTACOES PASSIVAS ORCAMENTARIAS	52.495,85
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	52.495,85
RESULTADO ORCAMENTARIO APOS INTERF/MUTACOES	5.527.113,94
RECEITAS DE INST. FINANC., ENT. COMER. E IND.	0,00
RESULTADO APOS REC/DESP EXTRA-ORCAMENTARIAS	5.527.113,94
INTERFERENCIAS ATIVAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	886.161,37
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	24.918,37
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	861.243,00
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS EXTRA-ORCAMENTARIOS	148.969.363,13
INCORPORACAO DE ATIVOS	147.021.994,75
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	1.947.368,38
OUTROS ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	0,00
(-) INTERFERENCIAS PASS. EXTRA-ORCAMENTARIAS	3.950.260,18
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	2.141.521,48
OUTRAS INTERFERENCIAS PASSIVAS	1.808.738,70
(-) DECRESCIMOS PATRIM. EXTRA-ORCAMENTARIOS	128.241.072,06
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	98.310.712,04
INCORPORACAO DE PASSIVOS	29.869.903,33
OUTROS DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	60.456,69
RESULTADO PATRIMONIAL / SUPERAVIT OU DEFICIT	23.191.306,20

Parte C - Informações Específicas a constar do Relatório de Gestão – Superintendências Regionais do INCRA

18. Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis contendo, no mínimo, as seguintes informações:

a) Relação das matrículas canceladas dos registros rurais vinculados a títulos nulos de pleno direito ou realizados em desacordo com o art. 221 e seguintes da Lei n.º 6.015/75, identificando o imóvel, matrícula e área do imóvel, município de localização, proprietário, ou cópia da(s) declaração(ões) do Corregedor-Geral de Justiça do Estado sobre a inexistência de imóveis na situação descrita;

No exercício de 2011 não foram encontradas irregularidades nos documentos cartoriais ou na cadeia dominial dos imóveis analisados nos Processos de Fiscalização Cadastral.

b) Informações sobre quais medidas administrativas e judiciais foram adotadas junto ao Corregedor-Geral de Justiça, ou apresentação das razões para a sua ausência caso não haja quaisquer das informações indicadas no subitem anterior;

Não foram adotadas medidas administrativas e judiciais previstas porque não foram constatadas irregularidades nos Processos de Fiscalização Cadastral.

c) Relação das situações com irregularidades nos cartórios de registro de imóveis, detalhando o número de casos apurados, a existência de requerimento ao Corregedor-Geral de Justiça de realização de inspeção ou correição e de promoção da correspondente representação ao Ministério Público, devendo conter na relação, no mínimo, a identificação do cartório e comarca, a irregularidade identificada e as medidas adotadas;

Não há, conforme respostas anteriores.

d) Relação de imóveis que tiveram ou venham a ter o Certificado de Cadastro do Imóvel Rural – CCIR cancelado pelo INCRA, contendo: cadastro e área, município de localização, proprietário e motivo do cancelamento;

Não há, conforme respostas anteriores.

e) Relação dos processos irregulares encaminhados à Procuradoria-Geral do Estado, indicando, no mínimo: número do processo, nome e/ou identificação do imóvel, cadastro e área do imóvel, proprietário e a(s) irregularidade(s) apurada(s).

Não há, conforme respostas anteriores.

19. Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.

A demora no pagamento dos compromissos contratuais desta UJ gerou desgaste junto aos fornecedores, criando dificuldades nas novas contratações em razão do grande volume registrados em restos a pagar.

Quanto às ações de mitigação foge a governabilidade da UJ, por se tratar de unidade executora, e tais pendências ficam a cargo da UO/MDA, para a gestão junto a STN.

Em razão do quadro reduzido de funcionários da UJ, para execução de todas as demandas de ações do INCRA, nos últimos anos alguns trabalhos são auxiliados por funcionários terceirizados ou prestadores de serviços, isto foge às ações de mitigação desta UJ por tratar-se de decisões conjuntas do Governo Federal e INCRA/MDA.

No âmbito das restrições estruturais institucionais do INCRA, destacam-se: 1) o efetivo de servidores, em relação às metas, ações e recursos, não tem apresentado crescimento proporcional ao longo dos anos, mesmo considerando a realização dos concursos públicos nos anos de **2004, 2005 e 2010**, que, ainda assim, não repôs a força de trabalho aposentada da Instituição